



CORTES NO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Significados e Efeitos

Renata Alvarez Rossi
João Martins Tude

Organizadores

Salvador
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

João Carlos Salles Pires da Silva
Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira
Vice-reitor

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

João Martins Tude
Diretor

André Luis Nascimento dos Santos
Vice-diretor

Editoria
Renata Alvarez Rossi

Concepção Artística
Adriano Leal Bruni

Diagramação
Jennifer Reis

Fotografias das Obras de Arte
Gabriela Lins Bruni

Edição das Imagens
Francisco Alexandre Moura Ribeiro

Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia

Avenida Reitor Miguel Calmon, s/n – Vale do Canela.

CEP: 40110-903. Salvador, Bahia, Brasil

Contato: +55 (71) 3283.7309 | escadm@ufba.br

Visite nossas redes:



www.eaufba.br



[@eaufba](https://www.instagram.com/eaufba)



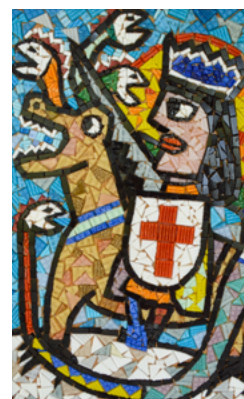
[@escadm](https://www.facebook.com/escadm)

São Jorge Rei Montado na Quimera com Cabeça de Dragão de [Ciro Fernandes*](#)

Adriano Leal Bruni, Itaigara, abril de 2021

“Do mundo dos Encantados, a dualidade entre o bem e o mal. O guerreiro, empunhando suas armas e protegido por sua fê, domina a quimera com sua cabeça de dragão e seus rabos de serpente”.

*A cabeça de dragão é inspiração e homenagem dedicada ao trabalho do xilogravurista paraibano [Ciro Fernandes](#).



SUMÁRIO

Apresentação	4
por Renata Alvarez Rossi e João Martins Tude	
Os Desafios das Universidades Federais Diante dos Constantes Cortes Orçamentários	8
por Denise Ribeiro de Almeida, Ana Rita Silva Sacramento e Fabiano Maury Raupp	
Orçamento, Política e Universidade	13
por Maria Elisabete Pereira dos Santos, Renata Alvarez Rossi e Simone Maria Lima de Carvalho	
A Universidade Pública Brasileira e o Processo de Desconstrução em Curso	23
por Horácio Hastenreiter Filho	
Derrubando Mitos sobre as Universidades Públicas Brasileiras	33
por Felipe Tumenas Marques	
Cortes Orçamentários das Universidades Públicas Federais: Significados e Efeitos para a Formação Pós-Graduada e Desenvolvimento de Pesquisa em Administração na UFBA	37
por Genauto França Filho, Andréa Cardoso Ventura e Elizabeth Matos Ribeiro	
Óbitos e Votos: Um Estudo Didático com os Dados da COVID-19 no Brasil	49
por Paulo Wenderson Teixeira Moraes e Claudiani Waiandt	
Entre Desafios, Tristezas e Cortes: O Fazer Educação durante a Pandemia na Universidade Pública	54
por André Luis Nascimento dos Santos e Maria Carolina de Souza	
Para Além de Cortes Orçamentários: Cortes de Sonhos	58
por Grace Kelly Marques Rodrigues e Floriano Barboza Silva	
Assistência Estudantil Afirmativa: Compromisso da Universidade Pública com a Sociedade que Almejamos	61
por Ana Cristina Muniz Décia e Cláudia Isabele dos Santos Pinho Rocha	
A Vulnerabilidade Social-Econômica-Acadêmica dos Discrentes da Universidade Federal da Bahia & A Lei Orçamentária Anual (LOA)	65
por Bárbara Maria Dultra Pereira e Mônica da Mota Ferreira	
A Crise na Educação e a Terceirização	69
por Floriano Barboza Silva e Grace Kelly Marques Rodrigues	
A UFBA na Pólis: A Consciência Iminente	72
por Tânia Fischer	
Posfácio	74
por Adriano Leal Bruni	
Participam desta Produção	77

Apresentação

Renata Alvarez Rossi
João Martins Tude

Os ataques políticos às Universidades Públicas, associados aos grandes cortes nos seus orçamentos, têm sinalizado para um cenário de extremas dificuldades para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, tanto pelo lado da manutenção da estrutura de funcionamento das unidades, como pelo grave impacto sobre as ações de assistência estudantil, que garantem condições mínimas de participação e aprendizagem de nosso corpo discente. Soma-se a isso, as incertezas sobre a vacinação da comunidade universitária, a pressão pelo retorno de atividades presenciais quando contamos mais de 500 mil mortes pela COVID, identificação de novas variantes do vírus e pouca previsibilidade ou perspectiva de avanço da estratégia de vacinação da população em geral.

No dia 18 de maio, a Reitoria da UFBA organizou um ato público nacional congregando representações de diversas entidades do campo da educação pública para discutir este cenário. No intuito de contribuir com esta mobilização da comunidade universitária, a Escola de Administração realizou um esforço coletivo para a produção de reflexões sobre **Cortes no orçamento das Universidades Públicas: significados e efeitos**. Buscamos produzir reflexões desde a perspectiva do ensino-aprendizagem, das atividades de extensão, de pesquisa e pós-graduação. E buscamos conciliar o necessário tom político à contribuição desde nosso campo - multidisciplinar - do conhecimento. A concepção artística desta produção também nos inspira a refletir sobre a Universidade como o lugar da ciência, da arte, da cultura, além do lugar de luta e resistência. Contamos com valiosas contribuições em formas de textos e imagens, produzidas por nossa comunidade formada por docentes, estudantes e servidores técnicos-administrativos, a quem agradecemos o pronto atendimento a esse chamado urgente e desafiador.

O texto *Os desafios das Universidades Federais diante dos constantes cortes orçamentários*, produzido por Denise Ribeiro de Almeida, Ana Rita Silva Sacramento e Fabiano Maury Raupp abre esta publicação refletindo sobre os sucessivos cortes nos orçamentos das universidades federais, na contramão do recente processo de ampliação de vagas, iniciado em 2007, impactando a necessária oferta de educação superior de forma ampla e inclusiva, sobretudo considerando as desigualdades sociais que marcam o país. Os autores argumentam que, para além de justificativas atreladas à equilíbrios e ajustes fiscais, a destinação de orçamento passa por escolhas e que, portanto, estamos falando de uma dimensão que é política. É nesse sentido que o texto *Orçamento, Política e Universidade* de Maria Elisabete Pereira dos Santos, Renata Alvarez Rossi e Simone Maria Lima de Carvalho caminha ao apresentar a discussão sobre as escolhas políticas que tem sido feitas no âmbito do governo federal quando destina, por exemplo, 56% do seu orçamento para os chamados Encargos Especiais e Reserva de Contingência (dentro do qual



está o refinanciamento da dívida interna e o pagamento dos serviços da dívida interna, com 66% desse total) restando 44% para as ações finalísticas e, entre elas, para as políticas de educação e ciência e tecnologia – mesmo diante de dados que mostram o atraso do Brasil em relação a outros países da região no processo de inclusão de jovens no ensino superior. Nesse contexto movimentos sociais e parlamento tem se mobilizado para questionar prioridades e para discutir sobre o futuro do país em um cenário de escassez e incertezas, explicitando a dimensão política das questões que envolvem o interesse coletivo e mesmo difuso.

O artigo *A Universidade Pública Brasileira e o Processo de Desconstrução em Curso* de Horácio Nelson Hastenreiter Filho contribui com a caracterização da conjuntura política marcada por uma visão ultraliberal da educação, que ataca a autonomia universitária e produz o que o autor qualifica como *vilanização do ensino público superior*. Na narrativa tornada oficial pelo atual governo, as universidades públicas consumiriam recursos em demasia - se comparado com outros países - sobrecarregando a capacidade de investimentos estatais e exigindo a intervenção da iniciativa privada. No entanto, como revela o referido artigo e também o trabalho de Felipe Tumenas Marques, *Derrubando mitos sobre as Universidades Públicas brasileiras*, na realidade, os dados produzidos por instituições internacionais revelam que o país tem uma produção científica relevante graças às universidades públicas e que, apesar das restrições orçamentárias, a produção científica brasileira tem alcançado níveis de excelência em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as ciências de saúde, tão necessárias para o enfrentamento da crise sanitária na qual estamos imersos.

No entanto, é preciso lembrar que o desenvolvimento de uma cultura de produção científica nos variados campos do conhecimento exige uma dimensão estratégica de investimentos consistentes e de longo prazo em ensino, ciência e tecnologia. É nessa perspectiva que Genauto Carvalho de França Filho, Elizabeth Matos Ribeiro e Andréa Cardoso Ventura, se aproximam da larga e consolidada experiência do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EAUFBA) para discutir os impactos das restrições no orçamento público para o desenvolvimento de pesquisas, promoção de intercâmbios, financiamento de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado no artigo Cortes orçamentários das *Universidades Públicas Federais: significados e efeitos para a formação pós-graduada e desenvolvimento de pesquisa em administração na UFBA*.

No artigo *Óbitos e votos: um estudo didático com os dados da Covid-19 no Brasil*, Paulo Wenderson Teixeira Moraes e Claudiani Waiandt refletem sobre a relação entre número de mortes por COVID-19 e o percentual de votos obtidos pelo presidente em 2018 nos estados. Argumentam os autores que o comportamento da liderança escolhida pelos eleitores - marcada pela negação da gravidade da pandemia e das medidas de segurança sanitária - ganhou adeptos, se não pela real validade dos argumentos, pela resistência ou dificuldade do abandono de uma decisão eleitoral que, ao final, se mostrou trágica. E é nesse contexto de negação da ciência em que são produzidas as narrativas que desqualificam o papel das universidades públicas e de sua comunidade, de modo que a tarefa de envolver a sociedade na defesa da educação pública e da recomposição do orçamento das universidades torna-se ainda mais desafiadora.

No texto *Entre desafios, tristezas e cortes: o fazer educação durante a pandemia na Universidade Pública*, André Luis Nascimento dos Santos e Maria Carolina de Souza refletem sobre a superação dos desafios, pela comunidade acadêmica, para adaptação ao ensino e aprendizagem (e sociabilidade) remotos em meio às mazelas e desolação provocadas pela pandemia. Estes desafios se veem aprofundados com o corte no orçamento das universidades públicas que impactam sobre o desenvolvimento de atividades de formação para aprimoramento do acesso e uso de recursos didático-pedagógicos adequados à nova realidade das salas de aulas virtuais e sobre as condições de permanência da comunidade estudantil na universidade, em particular, devido ao drástico corte dos

recursos destinados às políticas de assistência estudantil.

É nessa direção que o texto *Assistência Estudantil Afirmativa: compromisso da Universidade Pública com a sociedade que almejamos* produzido por Ana Cristina Muniz Décia e Cláudia Isabelle dos Santos Pinho Rocha aponta ao apresentar dados e informações sobre a política de assistência estudantil já produzidas pela UFBA – como apoio a atividades de pesquisa e extensão, suporte socioassistencial, estruturas como creche, restaurante e residência, além de políticas de mobilidade intra campi - e das iniciativas adotadas no contexto de pandemia, como acesso a internet, equipamentos eletrônicos para acesso. Afinal, a universidade é o lugar da produção do conhecimento, do debate democrático, mas também, o lugar da inclusão – o que requer políticas e iniciativas concretas que atendam às carências da comunidade estudantil e desenvolvam suas potencialidades.

O fato é que atualmente, segundo levantamento produzido pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, cerca de 70% da comunidade estudantil das universidades federais encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica¹. Soma-se a isso, vulnerabilidades específicas associadas à condição indígenas, quilombolas, trans e travesti, imigrante, refugiada, que a UFBA abraça por meio de políticas específicas. No entanto, como bem pontuado por Bárbara Maria Dutra Pereira e Mônica da Mota Ferreira no texto *A vulnerabilidade social-econômica-acadêmica dos discentes da Universidade Federal da Bahia & a Lei Orçamentária Anual (LOA)*, no bojo do orçamento discricionário da UFBA para o ano de 2021, a rubrica Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sofreu corte de R\$ 6,5 milhões impactando nas condições para a promoção do cuidado, pilar fundamental para o desenvolvimento humano e dever do Estado brasileiro, como oportunamente nos lembram as autoras. Ademais, os efeitos dos sucessivos cortes no orçamento das universidades federais não se encerram na assistência estudantil e atingem atividades essenciais como a prestação de serviços de segurança, limpeza, serviços administrativos, por meio da terceirização e, associada a ela, a precarização do trabalho, como argumentam Floriano Barboza Silva e Grace Kelly Marques Rodrigues no texto *A crise na educação e a terceirização*.

Por fim, consideramos oportuno recuperar texto *A UFBA na Pólis: a consciência iminente*, produzido por Tânia Maria Diederichs Fischer que nos chama a atenção para a dimensão da gestão das universidades públicas, sobretudo após o processo de expansão de vagas, comparando-a à gestão de uma cidade. De fato, a UFBA conta com uma comunidade de cerca de 45.000 pessoas entre estudantes, docentes, servidores técnicos-administrativos e terceirizados e com uma estrutura que atende desde atividades propriamente acadêmicas àquelas que garantem as condições de permanência estudantil – todas elas, impactadas severamente com o corte orçamentário de 2021. Nesse sentido, adicionamos uma questão às provocações desse artigo: o que faria a comunidade de um município caso se defrontasse com o estrangulamento dos recursos que permitem o desenvolvimento das suas atividades precípuas, aquelas que a conferem sentido? Esta publicação espera, então, ser um entre variadas manifestações em defesa da universidade, da recomposição do seu orçamento², da sua autonomia e de garantia das condições de vida e trabalho que viabilizem, inclusive, o retorno presencial às atividades.

Esse material que aqui apresentamos é parte de um conjunto de agendas que a Escola de

¹ ANDIFES. V. *Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação*. Disponível em <https://ufes.br/sites/default/files/anexo/v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos_16_de_maiio.pdf>. Acesso em 21 maio 2021.

² Os dados apresentados sobre orçamentos neste e nos diversos textos recorreram, em alguns casos, aos números do orçamento aprovado, em outros casos, o orçamento executado, razão pela qual pode haver diferenças na apresentação o que não comprometeu o argumento desenvolvido em cada caso. No caso específico dos recursos destinados ao Programa de Assistência Estudantil, por exemplo, a atualização dos dados informa um corte de aproximadamente 7,3 milhões de reais, valor superior aos 6,5 milhões inicialmente previstos, conforme Boletim da PROAE/UFBA sobre Pagamentos Da Assistência Estudantil – julho de 2021 Disponível em: <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/boletim_informativo_proae_-_julho.pdf>.

Administração da UFBA tem construído para refletir sobre o atual momento de crise sanitária, política, econômica e social. No mês de março, lançamos, em parceria com o SEBRAE/BA, o documento *Economia, Micro e Pequenas Empresas e a Pandemia da COVID-19* com posicionamento e reflexões de docentes da EAUFBFA. Os desafios para o ensino e aprendizado no contexto do trabalho remoto tem sido também objeto de discussão em nossos Encontros Pedagógicos e encontros de Departamento e Congregação. Além disso, vale recordar que, ainda em 2019, no contexto da proposição, pelo governo federal do Projeto de Lei que instituiria o *Future-se*, a Escola de Administração também se articulou para a produção de um documento com posicionamento crítico em relação à proposta – somando-se às demais unidades da UFBA que rejeitou por unanimidade o referido PL.

Resto pouco para ser dito depois de apresentarmos, ainda que brevemente, o rico conteúdo produzido por todas as pessoas que atenderam a este chamado, às quais dirigimos nossos agradecimentos. Os trabalhos apresentados convergiram, ou melhor, se encontraram e se complementaram resultando em uma reflexão profunda e imprescindível neste momento de busca de caminhos para o futuro, sempre na perspectiva do cumprimento de nossa missão de desenvolver relações com a sociedade e conhecimentos com base nos valores da reflexividade, da diversidade e da conectividade, garantindo plenamente o acesso e permanência na Universidade Pública, gratuita, inclusiva, autônoma e de qualidade.

Aproveitem a leitura.

Janus Rei

Adriano Leal Bruni, Itaigara, maio de 2020.

“Dos encantos da loba, o começo e o fim. Nas duas faces, duas portas para mudanças e transições. Guardiã da entrada no paraíso, senhor do acesso ao mundo divino. Na sua atitude, o balanço da vida, os acertos e as falhas, nossos e dos outros. No seu agir, a política da proteção dos seus, homens ou deuses. Nas metáforas, o verde com a esperança de um novo recomeço. Nos mistérios, o amarelo com o brilho e o calor do sol. A certeza da luz findar a escuridão”.



Os Desafios das Universidades Federais Diante dos Constantes Cortes Orçamentários

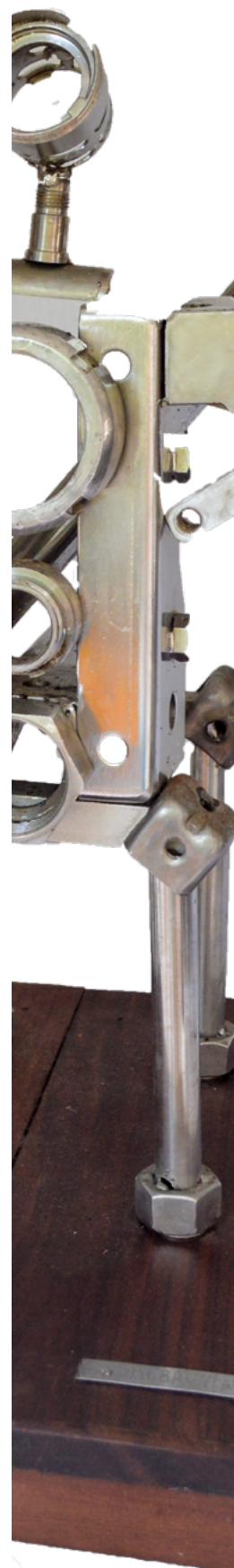
Denise Ribeiro de Almeida
Ana Rita Silva Sacramento
Fabiano Maury Raupp

As sucessivas reduções de recursos orçamentários a que as universidades federais têm sido submetidas ao longo dos últimos sete anos, ou seja, especificamente a partir de 2014, assumem cada vez mais espaço nos debates públicos sobre o ensino superior no Brasil. As opiniões, longe de se aproximarem de um consenso, se tornam cada vez mais polarizadas. Tal situação não surpreende, tendo em vista a complexidade e amplitude do tema. Nesse artigo não se discute a qualidade das justificativas apresentadas pelos governos – notadamente a necessidade de se promover o ajuste fiscal e o equilíbrio entre receita e despesas - para os cortes e contingenciamentos efetuados no geral, até porque se sabe que os recursos financeiros governamentais são limitados quando confrontados com as demandas e necessidades coletivas, discute-se o fato de incluir as dotações para as universidades no alvo dessas reduções. Sim, “orçamento público é escolha” (GIACOMONI, 2019)

Em consonância com Sacramento et al. (2021), consideramos as externalidades positivas decorrentes da oferta da educação superior pública, por si só, como razões para a atuação do Estado enquanto financiador do segmento. Tal concepção ancora-se na visão de que, apesar de não ser vista como um bem público puro, países como o Brasil, marcados pela presença de forte desigualdade social, não podem prescindir de um modelo de financiamento no qual o Estado garanta a oferta de educação superior da forma mais ampla e inclusiva possível, valendo-se para tanto do aporte de recursos para essas instituições.

Não se pode esquecer que, em decorrência das políticas de expansão das vagas, interiorização e democratização do acesso implementadas nos anos que antecederam o período da sequenciada redução orçamentária, a pressão por gastos - tanto para custeio como para investimentos - nessas instituições foi severamente elevada, e tende a continuar para que se satisfaça as necessidades da comunidade nelas envolvida. Um dos exemplos dessas políticas é o que preconiza a Lei Federal n 12.711/2012, ao estabelecer a oferta de 50% das vagas da graduação para alunos oriundos de escolas públicas, alterando sobremaneira o perfil socioeconômico da comunidade estudantil das universidades federais. Sabe-se que hoje mais de 50% dos estudantes dessas instituições vivem em famílias com renda per capita mensal de até um salário-mínimo (ANDIFES, 2019). Tal perfil sinaliza a necessidade de manutenção das ações voltadas para a assistência estudantil que viabilizem as condições de permanência desses estudantes.

Antes de se avançar na discussão dos cortes orçamentários, considera-se fundamental continuar a discorrer, ainda que de forma panorâmica, acerca



de outros impactos positivos, pelo menos em termos de inserção, gerados pelo Programa REUNI, criado em 2007, no segundo mandato do Presidente Lula. Este programa, que pode ser visto no escopo de uma política pública mais ampla, visou ampliar, de diferentes formas, a rede federal de ensino superior, tanto com a criação de novas universidades, quanto o aporte de recursos para que as mesmas ampliassem a sua oferta. Com tal objetivo, foram utilizados diversos mecanismos: oferta de cursos noturnos; criação de cursos superiores de curta duração – os Bacharelados Interdisciplinares e tecnológicos; uso de políticas reparatórias para reduzir a evasão de alunos e minimizar a presença de vagas ociosas; estímulo ao aumento do uso da educação a distância, dentre outras. Ou seja, todas medidas com impactos no volume de despesas das universidades.

Aponte-se ainda, que antes do REUNI, o ensino superior federal vinha se apequenando frente à acelerada expansão do ensino superior privado promovida em governos anteriores. Para se ter a dimensão do porte dessa diferença considera-se fundamental a apresentação de alguns dados do INEP. Assim, em 2008, o ensino superior federal ao ser comparado ao ensino privado possuía 93 organizações frente a 2.032 organizações privadas. Naturalmente essa diferença se refletia no número de matriculados de 698.319 para as universidades federais e de 4.255.064 para as organizações privadas. A discrepância em relação ao número de novos alunos também é significativa com valores de ingressos, respectivamente, de 211.183 e 1.798.425.

Vale a pena também observar alguns dados trazidos por INEP (2012). Inicia-se com o número de matriculados nas universidades federais que passa a ser de cerca de 1.100.000 alunos em 2012, demonstrando um incremento de 61% em relação a 2008. Por sua vez, em termos de número de ingressantes, tem-se nessas organizações um total de 289.083, representando um aumento de cerca de 40% em relação à 2008. É possível então inferir que o aumento do aporte de recursos de custeio e investimento para as universidades federais, muito provavelmente se constituiu em um alavancador da inserção de muitos indivíduos para os quais até o momento, o sonho de fazer um curso superior em uma instituição pública ainda era longínquo.

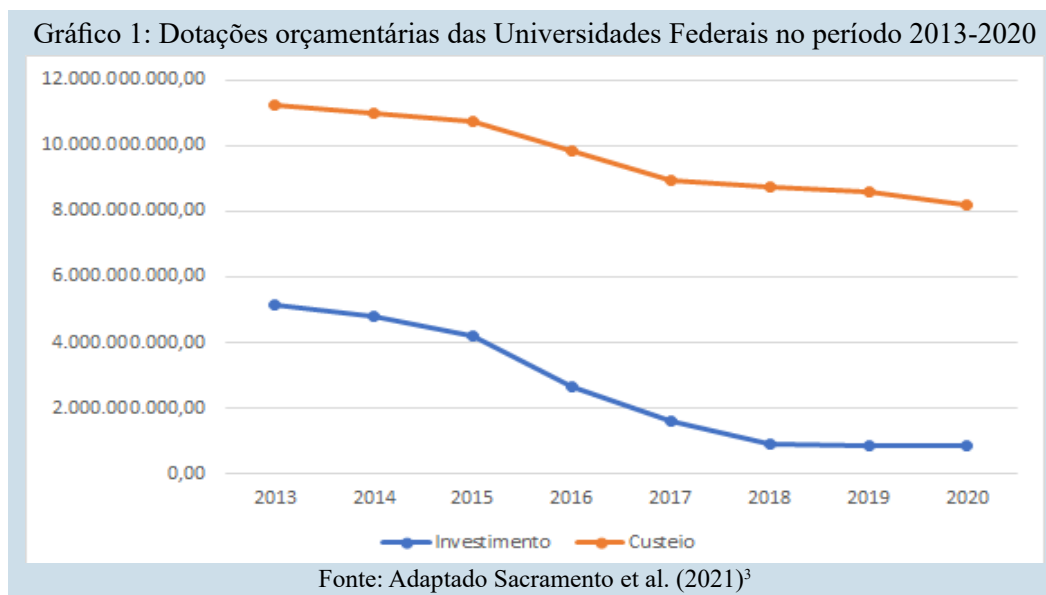
Frente a esse contexto prévio, e em consonância com o objetivo do artigo, apresenta-se a partir de agora uma análise dos cortes, tanto no tocante aos recursos para custeio (recursos para a manutenção das atividades diárias: gastos com terceirizados, contas de água, luz, telefonia, transmissão de dados, bolsas acadêmicas por exemplo), quanto para investimento em infraestrutura (recursos para novas obras, reformas daquelas já existentes, compras de equipamentos etc.) das universidades federais brasileiras. Para tanto, traz-se a Tabela 1 com dados relativos às dotações orçamentárias de forma agregada, tanto em investimento, quanto em custeio para essas universidades, para o período 2013-2020, tendo 2013 como ano base para a análise das reduções.

Tabela 1: Dotações orçamentárias das Universidades Federais no período 2013-2020				
Ano	Investimento	Custeio	Total	Variação
2013	5.142.070.000,00	11.228.800.000,00	16.370.872.013,00	100,00%
2014	4.790.400.000,00	10.979.260.000,00	15.769.662.014,00	96,33%
2015	4.180.010.000,00	10.756.320.000,00	14.936.332.015,00	91,24%
2016	2.671.040.000,00	9.852.320.000,00	12.523.362.016,00	76,50%
2017	1.627.720.000,00	8.951.250.000,00	10.578.972.017,00	64,62%
2018	915.990.000,00	8.754.500.000,00	9.670.492.018,00	59,07%
2019	853.981.000,00	8.588.820.000,00	9.442.803.019,00	57,68%
2020	883.760.000,00	8.170.680.000,00	9.054.442.020,00	55,31%

Fonte: Adaptado de Sacramento et al. (2021)³

³ Elaborada originalmente a partir de dados do Tesouro Gerencial, 2021. Sítio, <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>> Nota: dados atualizados segundo o Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

Com base nos dados da Tabela 1, verifica-se que a dotação orçamentária para investimentos sofreu sucessivos cortes até 2019, voltando a crescer de forma pouco expressiva em 2020. Por sua vez, a dotação orçamentária em custeio recebeu reduções em todo o período analisado. Em termos analíticos, percebe-se um comportamento bastante similar ao encontrado para custeio, nas dotações para investimentos. Tais movimentos são percebidos também a partir dos dados do Gráfico 1.



Identifica-se que no segundo ano do segundo mandato da presidente Dilma e durante o mandato do presidente Temer, os cortes em novos investimentos começam a ocorrer em função da crescente escassez de recursos para suporte às políticas públicas em geral, não sendo a educação superior uma exceção, ainda que apresente um pequeno aumento em 2020, já no governo atual, muito provavelmente em função dos aportes necessários para a operacionalização do ensino remoto, como um dos efeitos da pandemia de Covid-19 nas atividades fim dessas instituições. Para dimensionarmos o aumento da participação das universidades federais é apresentado um comparativo em relação ao ano de 2008 (início da implantação do REUNI) por meio da Tabela 2.

Indicador	2008	2019	Variação
Matrículas totais	698.319	1.335.254	91,21%
Total de ingressos	211.183	362.558	71,68%
Número de instituições	93	110	18,28%
Número de cursos	3.235	6.669	106,15%

Fonte: Elaborado a partir de INEP (2010; 2019)

Os dados da Tabela 2 fornecem uma análise da variação de alguns indicadores do Ensino Superior Brasileiro no período 2008-2019. Em geral são variações expressivas, demonstrando o aumento significativo da capacidade instalada, ou seja, para atingir esse nível de variação as universidades federais precisaram promover a expansão de suas instalações; de investimentos em tecnologias; do número de funcionários, tanto docentes, quanto técnicos; bem como de terceirizados com a redução dos concursos para técnicos. Ressaltamos o porte dessas instituições, muitas delas sendo multicampi,

⁴ Elaborado originalmente a partir de dados do Tesouro Gerencial, 2021. Sítio, <<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/>> Nota: dados atualizados segundo o Índice Nacional de Preço ao Consumidor.

o que talvez esteja se refletindo no menor crescimento deste indicador quando comparado aos demais aqui apresentados. Evidencia-se que o sistema federal foi “equipado” para atender volumes maiores de novos alunos, o que cada vez vem se tornando mais complexo.

Logicamente, não podemos deixar de reconhecer nessa reflexão que um contexto em que a dotação recebida do orçamento deixa algum dirigente completamente satisfeito é praticamente impossível, como também a necessidade de os gestores do ensino superior buscarem mais alternativas de financiamentos e melhoria na gestão. Contudo, perante o exposto, não podem parecer exageradas suas afirmações quando qualificam a situação atual das universidades como asfixiante.

Tal preocupação com os sucessivos cortes no orçamento, tanto em custeio quanto em investimentos, evidenciados anteriormente (Tabela 1, Gráfico 1), podem comprometer a continuidade das atividades. Como já encontrado em Sacramento et al. (2021), só para citar alguns exemplos, pesquisas e programas de extensão ficam difíceis de serem implementados; as estruturas/instalações depreciadas ficam mais distantes da possibilidade de reformas; a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado para o decênio 2014-2024, de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% mais difícil ainda de ser alcançada. De forma mais substancial, pode ficar fragilizada a qualidade dos resultados gerados a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão. Resgatando o próprio título, são muitos os desafios para que o direito de ensino superior devido às futuras gerações não seja comprometido.

Referências

ANDIFES. V. *Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação*. Disponível em: <https://ufes.br/sites/default/files/anexo/v_pesquisa_do_perfil_dos_graduandos_16_de_maio.pdf>. Acesso em 21 maio 2021.

BRASIL. *Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 20 maio 2021.

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em 21 maio 2021.

GIACOMONI, J. *Orçamento governamental: teoria, sistema, processo*. São Paulo: Atlas, 2019.

INEP. *Miolo resumo técnico censo do ensino superior*, 2010. 2010. Disponível em <https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2010/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

INEP. *Resumo técnico do censo da educação superior*, 2012. 2012. Disponível em <https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em 20 maio 2021.

INEP. *Resumo técnico do censo da educação superior*, 2019. 2019. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf>. Acesso em 21 maio 2021.

SACRAMENTO, A. R. S. et al. Cortes no orçamento das universidades federais: quais os possíveis impactos? *ESTADÃO. Blog Gestão, Política e Sociedade*. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/cortes-no-orcamento-das-universidades-federais-quais-os-possiveis-impactos/>>. Acesso em 20 maio 2021.

Centauro Primeiro

Adriano Leal Bruni, Itaigara, maio de 2015

“Na verdade do vinho, bestiais e lascivos, fusão do sagrado e do profano, da razão e da emoção. No encanto de Chiron, a sabedoria e o amadurecer, a lança e o destemor.”



Orçamento, Política e Universidade

Maria Elisabete Pereira dos Santos
Renata Alvarez Rossi
Simone Maria Lima de Carvalho

Orçamento e Política

O orçamento frequentemente é tratado como uma questão técnica. E certamente assim é, por envolver conhecimento especializado sobre Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual, o que requer conhecimentos em contabilidade, direito administrativo, finanças, dentre tantos outros campos de conhecimento. Desse modo, a necessidade de conhecimentos especializados suscita a interpretação, equivocada, de que o orçamento é uma peça, sobretudo, de natureza técnica. Diante de circunstâncias nas quais os recursos são limitados e, em geral são limitados, qualquer decisão relativa à alocação de recurso envolve escolha e definição de prioridade. Em sendo assim o orçamento pressupõe e implica a política.

Referimo-nos aqui a um conceito amplo de política, fruto da distinção originária entre vida pública e privada: “(...) o homem é, por natureza, um ser vivo político”. A sua condição de ser político decorre da sua condição gregária, de pertencer a uma família, a uma cidade. Citando Homero, Aristóteles sentencia: um homem sem família, sem lei e sem lar terá permanecido ou decaído à condição não humana: “Quem for incapaz de se associar ou não sente essa necessidade por causa da sua autossuficiência, não faz parte de qualquer cidade, e será um bicho ou um deus.” E não se trata tão somente de falar da sua condição gregária e mesmo do fato do homem “possuir a palavra”, o que o torna “um ser político em um sentido pleno” é o fato de que “só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família, a cidade.” (Aristóteles, 1988, 1253a, p. 26). Como destaca Aristóteles a ética e mesmo a moral são requisitos da política.

Hannah Arendt se distancia da concepção aristotélica do homem como *zoon politikon* e considera que a política não pode ser concebida como algo inerente ao próprio homem, à vida em comunidade. A política resulta da relação entre os homens, em sendo assim, “a política trata da convivência entre diferentes”, e o “sentido da política é a liberdade.” (ARENDT, 2002, p.3).

Francis Wolff se aproxima da formulação de Hannah Arendt quando afirma que a noção, o sentido, o sentimento de comunidade, não são suficientes para definir o político ou a política. Ele não coloca exatamente a liberdade como elemento definidor do conceito e chama a atenção para a relação entre política e poder, de modo que é necessário considerar crenças, ideologias e mesmo a coerção. Eis o paradoxo, afirma Wolff: “os homens vivem, necessariamente, em comunidades políticas, mas não podem fazê-lo sem coerção, isto é, sem política, justamente. E viver politicamente é isso. É como se a natureza os



obrigasse a viver contra a sua natureza. Essa dupla natureza é o político.” (WOLFF, 2003, p. 28). Estaríamos, certamente, falando de vida em comunidade, em sociedade, mas sobretudo em poder, nas suas mais distintas e variadas formas. Ora, se assim é, se não temos como escapar da política, o que dela pode ser feito? E como ela se faz presente nos processos de produção e reprodução da vida – na alocação de bens e serviços considerados como fundamentais para a vida em comunidade?

Orçamento e Universidade - O Futuro Estilhaçado

Se a política pressupõe sociabilidade, a convivência entre diferentes e relações de poder ela perpassa todas as dimensões da vida e implica, sempre, em escolhas. Escolhas em relação a quanto gastar ou investir (como se preferir) nos vários aspectos da vida coletiva. E essa situação ganha tons mais ou menos dramáticos a depender da maior ou menor escassez de bens, de recursos e mesmo de crise. A Pandemia do COVID 19 está aí para nos lembrar disso. Ademais, ao associar orçamento à política e, como anteriormente referido, a liberdade de escolha não deve desconsiderar as “amarrações” e vinculações as quais qualquer orçamento está submetido. Entretanto, sobretudo em tempos de crise, precisamos lembrar o óbvio: os elementos que condicionam e direcionam o orçamento resultam de construções, de pactos socialmente construídos – a nossa constituição cidadã é um bom exemplo. Quando afirmamos que o estado brasileiro é obrigado a investir um determinado percentual do seu orçamento em educação, por exemplo, isso resulta de um pacto social, forjado ao longo do processo de redemocratização entre um conjunto de forças políticas. É a favor e contra tal determinação que parcelas da sociedade brasileira se debatem.

A relação entre orçamento e política ainda se mostra estrita quando falamos de modelo de desenvolvimento e de programas de governo que orientam a ação de gestores públicos. A definição de prioridades de investimento, a despeito de amarrações legais, espelha concepções políticas e projetos de sociedade.

Ainda desenvolvendo o argumento do quão é estreita a relação entre orçamento e política vejamos alguns elementos relativos à composição do orçamento brasileiro. Em primeiro lugar, olhemos para o orçamento da despesa do governo federal, do como “gastamos” ou “investimos” o que o país arrecada. É preciso destacar a proporção entre os gastos com as chamadas áreas finalísticas e os Encargos Especiais e Reserva de Contingência, destacando, nesta última o refinanciamento da dívida e Serviço da dívida interna. (Tabela 1).

Tabela 1 - Orçamento da Despesa por área de atuação (função) do Governo Federal

ANO/ VALOR (R\$)	FUNÇÃO			
	Encargos Especiais e Reserva de Contingência	Refinanciamento da dívida interna e Serviço da dívida interna*	Áreas Finalísticas	Total
2017	R\$2.107.019.746.648 ,00	R\$1.428.958.389.838 ,00	R\$1.243.587.504.738 ,00	R\$3.350.607.251.386 ,00
	62,88%	70,00%	37,12%	100,00%
2018	R\$2.179.748.694.996 ,00	R\$1.920.543.377.730 ,00	R\$1.279.946.000.827 ,41	R\$3.459.694.695.823 ,41
	63,00%	76,00%	37,00%	100,00%
2019	R\$1.900.348.156.774 ,00	R\$1.301.091.655.572 ,00	R\$1.343.001.360.070 ,87	R\$3.243.349.516.844 ,87
	58,59%	70,00%	41,41%	100,00%

2020	R\$2.311.788.511.555 ,00	R\$1.499.228.616.657 ,00	R\$1.816.067.153.058 ,85	R\$4.127.855.664.613 ,85
	56,00%	66,00%	44,00%	100,00%

*Valor contido em Encargos Especiais e Reserva de Contingência.

Fonte: Portal da Transparência - Governo Federal, julho de 2021

A análise da relação entre o investimento em áreas finalísticas (saúde, educação, etc.) e em Encargos Especiais e Reserva de Contingência (Refinanciamento da dívida interna, Outros encargos especiais, Transferências para a educação básica, Serviço da dívida interna, Outras transferências, Outros), indica o peso do que é destinado a refinanciamento da dívida interna e serviços, ou seja, em 2017 esse valor é de 62,88%, em 2018 é de 63,00%, em 2019 de 58,59% e em 2020 de 56,00% (sendo que em torno de 70,00%, 76,00%, 70,00% e 66,00%, respectivamente, dessa rubrica são destinados especificamente para refinanciamento da dívida interna e serviço da dívida interna). Dados do Portal Auditoria da Dívida Pública indicam o volume dos pagamentos ao longo do ano de 2020 de juros e amortizações: “em 2020, os gastos com essa dívida atingiram R\$ 1,381 trilhão, quantia 33% superior ao valor gasto em 2019, privilegiando principalmente grandes bancos e investidores nacionais e estrangeiros.” (FATTORELLI, ÁVILA, MULLER, 2021, p.1) Isso significa que, a cada dia, pagamos aos bancos nacionais e estrangeiros 3,8 bilhões. Talvez devêssemos perguntar se, afinal, dívida não é para ser paga. Em sendo assim, precisamos saber como essa dívida é composta.

Sem pretender avançar neste debate aqui nesse texto, cabe ao menos refletir sobre o fato de que o principal fator de crescimento dessa dívida são os elevados juros, contabilizados nas contas oficiais como “amortização”. Concretamente, isso significa o seguinte: “Em 2020, por exemplo, o governo contabilizou oficialmente como “juros da dívida” apenas o valor de R\$ 347 bilhões, enquanto o valor efetivamente gasto com tais juros ficou muito acima disso. Calculando-se uma estimativa extremamente conservadora, que não considera os juros incidentes sobre emissões de dívida federal ocorridas durante o ano, obtém um gasto com juros da dívida federal de no mínimo R\$ 515 bilhões em 2020.”(FATTORELLI, ÁVILA, MULLER, 2021, p.6) Ora, em sendo assim, o que sobra para investimento público? Pouco, muito pouco. Somos, assim, um país rico, porém pobre. Mais uma vez: o que de fato dessa dívida deve ser pago? Certamente essa é uma questão política.

Dados relativos ao orçamento da despesa por área finalística revelam o que têm sido investimentos nos últimos anos (2014-2021). Destaca-se o peso da Previdência Social, com participação de 51,6% (com redução de 31,9% no último ano), vindo em seguida a Assistência Social, com 13,1%, (e que aumentou de forma substantiva no período de 2019-2020, em função do auxílio emergencial, passando de 7,3% a 24,6% do orçamento, apresentando uma variação de 341,4%), vindo em seguida a Saúde, com 10,1% (com redução de 35,4% em relação ao último ano), e a Educação com 7,9% (com redução de 26,0% também em relação ao último ano).

No conjunto, os itens que apresentaram uma maior variação para mais e para menos ao longo do período de 2014 a 2021 foram: para mais – assistência social, habitação, comércio e serviços, defesa nacional, energia, previdência social; para menos desporto e lazer, organização agrária, ciência e tecnologia, indústria, saneamento, gestão ambiental, cultura, trabalho, direitos da cidadania, educação. As variações para menos nos montantes autorizados contemplam, além da educação, áreas com vinculação importante com a formação e qualificação, tais como desporto e lazer, cultura e trabalho. (Tabela 2).

Tabela 2 - Orçamento da Despesa por área de atuação (função) do Governo Federal – Área Finalística

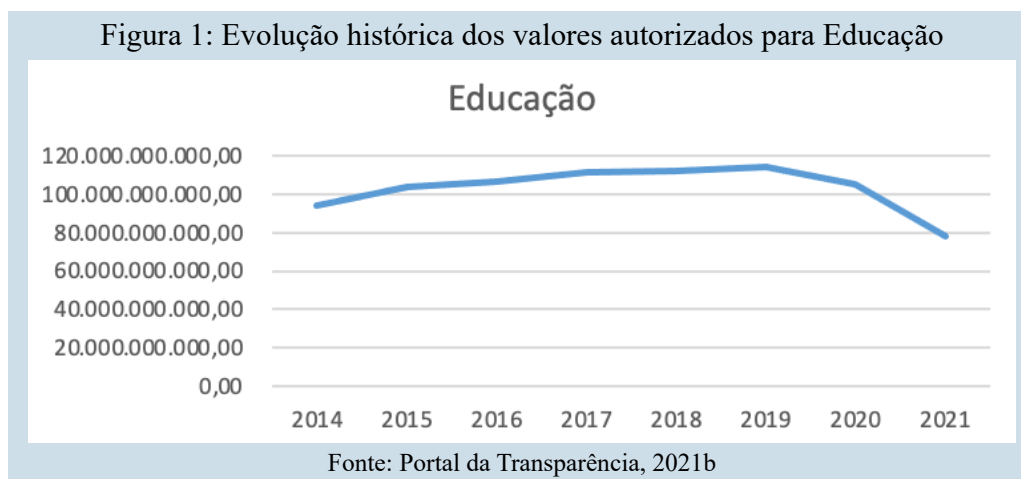
	2014 (R\$)	2015(R\$)	V%	2016(R\$)	V%	2017(R\$)	V%	2018(R\$)	V%	2019(R\$)	V%	2020(R\$)	V%	2021(R\$)	Varição (%)
Agricultura	18.851.839,975,87	21.628.517.308,76	14,7	25.988.772.483,66	20,2	23.226.443.291,02	-10,6	22.828.549.925,41	-1,7	21.908.317.266,25	-4,0	20.198.769.530,81	-7,8	12.539.476.572,89	-37,9%
Assistência social	70.433.458.815,51	73.231.136.410,30	4,0	79.760.646.985,41	8,9	84.718.166.402,85	6,2	88.678.803.759,65	4,7	95.973.703.167,08	8,2	423.583.684.282,52	341,4	130.073.316.284,26	-69,3
Ciência e Tecnologia	14.236.349.381,29	8.537.621.355,92	-40,0	7.325.466.434,87	-14,2	7.483.518.954,58	2,2	7.602.822.624,91	1,6	7.248.729.775,71	-4,7	7.318.370.016,33	1,0	2.531.117.295,16	-65,4
Comunicações	1.516.608.507,18	1.446.006.079,95	-4,7	1.420.376.004,86	-1,8	1.262.769.104,02	-11,1	1.418.986.844,31	12,4	1.396.546.477,61	-1,6	1.836.280.944,96	31,5	1.267.214.513,36	-31,0
Comércio e serviços	4.983.156.540,55	4.261.112.364,29	-14,5	3.206.783.122,67	-24,7	2.893.574.882,03	-9,8	4.739.486.209,83	63,8	2.899.217.528,58	-38,8	7.961.234.426,50	174,6	3.299.695.178,36	-58,6
Cultura	1.835.787.687,54	1.867.416.088,66	1,7	1.939.529.497,31	3,9	1.904.144.069,80	-1,8	1.999.667.407,80	5,0	1.808.382.861,15	-9,6	1.260.148.701,50	-30,3	540.884.358,74	-57,1
Defesa nacional	40.250.272.804,70	41.424.403.141,07	2,9	62.091.542.578,11	49,9	68.701.012.217,81	10,6	76.872.103.002,58	11,9	84.284.262.968,94	9,6	82.379.949.941,71	-2,3	55.537.166.606,64	-32,6
Desporto e lazer	2.444.762.414,56	2.074.412.495,24	-15,1	1.441.444.801,11	-30,5	1.298.227.685,63	-9,9	1.247.153.560,09	-3,9	1.333.611.079,56	6,9	596.632.003,04	-55,3	196.895.143,57	-67,0
Direitos da cidadania	1.489.530.623,33	1.325.984.308,67	-11,0	2.416.012.833,10	82,2	1.772.106.473,28	-26,7	1.541.279.472,63	-13,0	2.405.061.192,78	56,0	1.443.512.792,38	-40,0	538.592.890,42	-62,7
Educação	93.897.205.425,65	103.779.614.560,55	10,5	106.738.168.651,59	2,9	111.405.396.355,76	4,4	112.190.976.092,05	0,7	114.075.570.749,66	1,7	105.375.040.044,45	-7,6	78.002.947.605,52	-26,0
Energia	1.160.244.802,13	1.886.424.789,96	62,6	1.901.690.428,01	0,8	1.911.790.578,18	0,5	2.011.409.993,12	5,2	2.702.982.425,31	34,4	1.628.375.218,86	-39,8	1.052.552.283,00	-35,4
Gestão ambiental	6.792.097.023,85	4.840.686.704,89	-28,7	5.575.463.928,03	15,2	4.186.968.610,01	-24,9	4.640.334.003,52	10,8	4.770.109.447,89	2,8	4.791.858.089,88	0,5	1.772.863.521,12	-63,0
Habituação	47.587.018,33	68.608.429,49	44,2	R\$ 38.162.826,94	-44,4	51.351.554,20	34,6	18.530.684,98	-63,9	21.506.500,00	16,1	77.460.407,00	260,2	5.372.299,99	-93,1
Indústria	4.716.110.425,40	4.568.941.254,48	-3,1%	2.357.999.866,24	-48,4	2.293.022.929,96	-2,8	2.241.628.365,89	-2,2	1.909.924.550,00	-14,8	1.744.614.214,09	-8,7	1.002.144.342,81	-42,6
Organização agrária	4.292.230.105,80	3.091.101.291,63	-28,0	2.986.742.338,23	-3,4	2.753.906.299,95	-7,8	2.709.815.098,06	-1,6	1.958.279.340,92	-27,7	1.988.495.014,21	1,5	710.954.348,80	-64,2
Previdência social	485.771.010.577,23	530.684.596.975,49	9,2	583.975.447.746,41	10,0	642.661.831.725,26	10,0	670.521.735.428,04	4,3	711.132.332.424,63	6,1	750.984.047.576,24	5,6	511.754.955.072,67	-31,9
Saneamento	1.691.433.568,68	1.093.555.474,56	-35,3	563.574.028,61	-48,5	858.728.938,56	52,4	921.150.484,67	7,3	514.804.925,16	-44,1	889.681.580,99	72,8	216.842.689,84	-75,6
Saúde	94.065.346.000,55	102.093.782.976,83	8,5	108.268.384.482,50	6,0	117.602.483.172,46	8,6	120.871.652.323,48	2,8	125.933.858.365,08	4,2	164.603.912.463,03	30,7	106.263.128.372,42	-35,4
Segurança pública	8.945.185.298,87	9.035.951.435,95	1,0	9.715.492.478,72	7,5	10.860.870.233,63	11,8	12.451.251.853,48	14,6	11.105.803.199,24	-10,8	13.823.158.499,76	24,5	7.276.218.496,12	-47,4
Trabalho	71.639.538.842,98	67.328.190.166,35	-6,0	72.409.670.573,00	7,5	71.493.605.521,03	-1,3	72.391.739.114,40	1,3	74.297.402.647,53	2,6	77.234.347.654,23	4,0	48.012.768.037,58	-37,8
Transporte	21.123.901.222,43	16.806.926.167,72	-20,4	14.217.272.943,78	-15,4	15.307.399.907,46	7,7	15.155.172.028,95	-1,0	12.224.514.539,42	-19,3	11.782.182.210,92	-3,6	7.092.578.184,10	-39,8
Urbanismo	4.142.871.787,60	4.370.785.072,54	5,5	3.825.101.166,71	-12,5	6.355.264.614,68	66,1	5.386.967.533,34	-15,2	7.472.849.244,07	38,7	8.295.389.680,51	11,0	622.035.954,59	-92,5%
Outros *	26.537.410.187,89	27.797.081.313,55	4,7	30.500.763.430,74	9,7	33.506.642.030,19	9,9	37.886.965.827,98	13,1	33.606.016.678,72	-11,3	35.390.749.755,23	5,3	21.574.406.941,55	-39,0%
Total	980.863.939.037,92	1.033.242.856.166,85	5,3	1.128.664.509.630,61	9,2	1.214.509.225.552,35	7,6	1.266.328.181.639,17	4,3	1.320.983.787.355,29	4,3	1.725.187.895.049,15	30,6%	991.884.126.995,51	-42,5%

Notas: V = Variação Anual

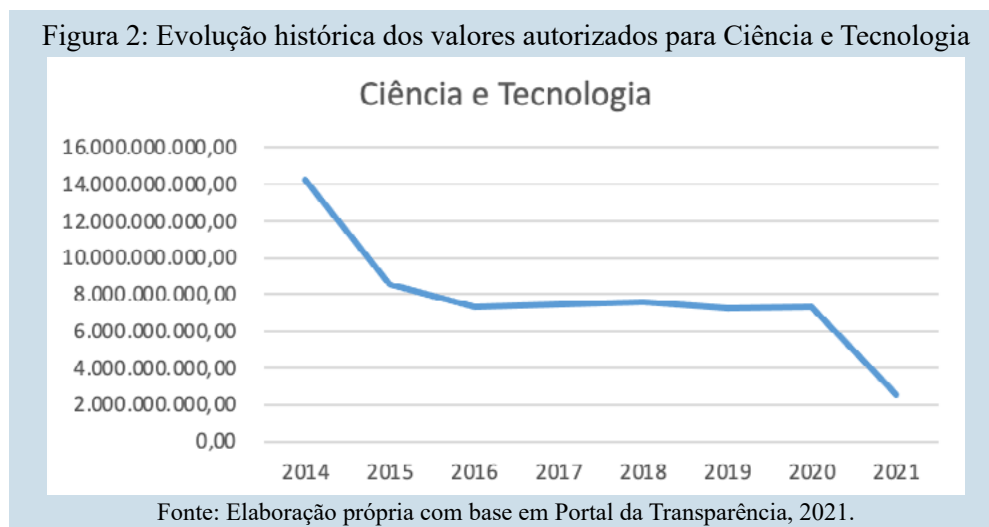
* Administração, Relações Exteriores, Essencial à Justiça, Inválido, Judiciário, Legislativo

Fonte: Portal da Transparência – Governo Federal, julho de 2021.

Aproximando-nos dos dados sobre orçamento no campo da educação temos, no período de 2014 a 2016, uma situação de estabilidade dos percentuais de recursos autorizados para essa área em relação ao total de investimentos destinados às áreas finalísticas, observando-se, a partir de 2017, montantes decrescentes de investimentos, a cada ano, atingindo variações negativas nos percentuais autorizados, nos anos de 2020 (-7,6% comparativamente a 2019) e 2021 (-26,0%, comparativamente a 2020) (Figura 1).



Outro setor, o de ciência e tecnologia, que se vincula ao campo da educação, cujas ações afetam significativamente a produção do conhecimento, registram-se percentuais decrescentes de valores autorizados, em todo o período considerado, com variações anuais significativas. Verificam-se, em 2015 e 2016, reduções substanciais dos valores autorizados em relação ao total de investimentos das áreas finalísticas, com variações negativas de 40% e 14%, respectivamente, que não são recompostos nos anos seguintes, acumulando uma variação negativa em 119,6% (Figura 2).



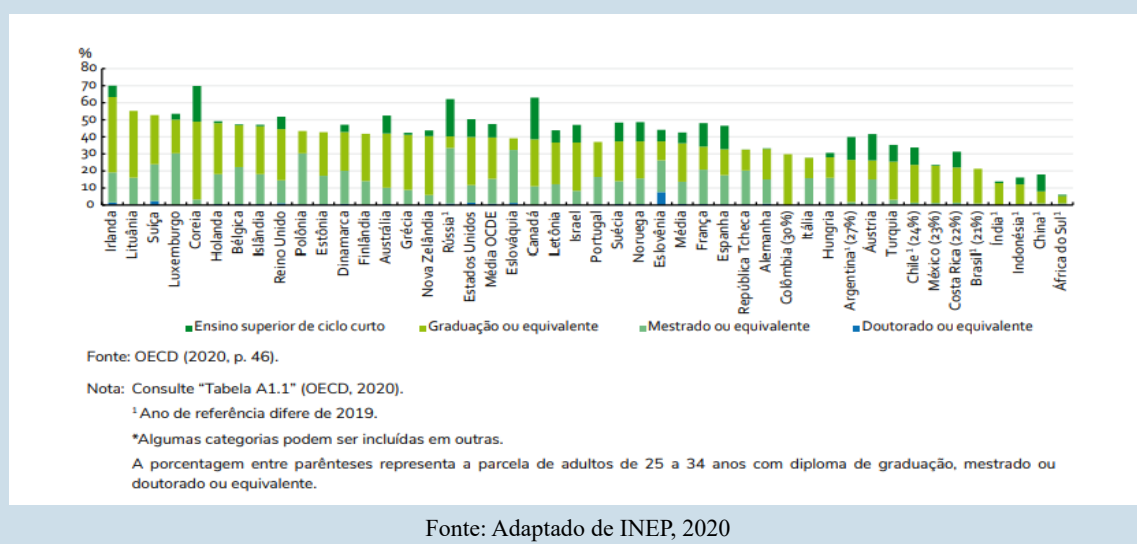
Os investimentos em ciência e tecnologia envolvem os projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, a concessão de pós-graduação, bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional, bolsas especializadas em tecnologia e inovação, a modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas, entre outras ações de promoção da pesquisa, o desenvolvimento tecnológico. Assim, a redução dos valores autorizados para esta área afeta o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos.

Os cortes no orçamento da educação superior e da ciência e tecnologia vão na contramão da

realidade do país que ainda ocupa um lugar inferior à média dos países que integram a OCDE e parceiros, quanto à percentual da população com nível superior. Segundo Relatório Education at a Glance (EAG) produzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e divulgado pelo INEP, até 2018 no Brasil, 21% das pessoas de 25 a 34 anos alcançaram a conclusão do ensino superior, percentual inferior à média dos demais países - que se encontrava em torno de 45% – e também entre os países latino americanos que integram a pesquisa - o Chile apresentou a taxa de 33,7% para essa mesma faixa etária, a Costa Rica de 31,1% e o México de 23,6% (INEP, 2020) (Figura 3).

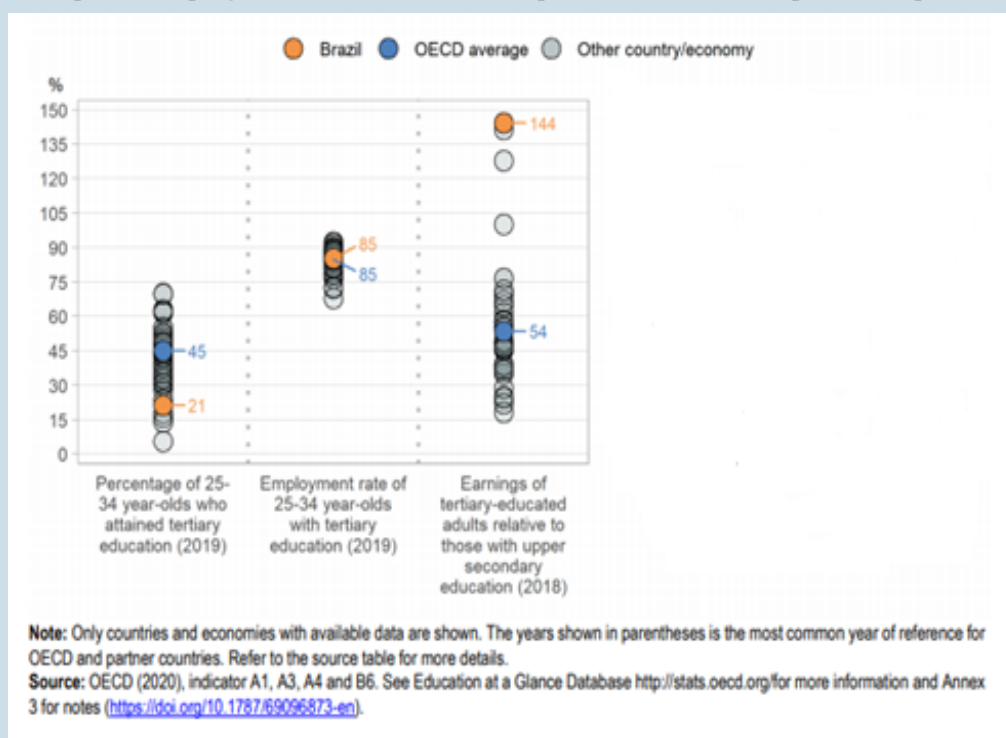
Ainda segundo o Relatório, o atraso brasileiro em relação à formação superior se mostra ainda mais dramático quando nos referimos à titulação em mestrado e doutorado. Segundo o INEP: “Isso ocorre apesar de as metas do PNE vigente terem sido atingidas para o mestrado, com 64,4 mil títulos anuais em 2018. Já para o doutorado, ainda que os 22,9 mil títulos anuais de 2018 não representem o alcance da meta prevista para 2024, com pretendidos 25 mil títulos anuais, mostra-se que a capacidade atual do sistema de pós-graduação do País precisará ser ampliada pelo menos nesse nível [...]” (INEP, 2020) (Figura 3).

Figura 3: Proporção da população de 25 a 34 anos com educação superior, por nível de ensino



Por meio do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), a OCDE buscou dimensionar a expectativa de jovens a partir de 15 quanto à formação em nível superior identificando que 80% esperam ter um diploma de educação superior no Brasil (INEP, 2020). O Relatório traz o argumento de que o acesso ao ensino superior produz maiores chances de acesso ao mercado de trabalho e maiores remunerações. Em 2019, a taxa de emprego para pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior concluído foi, em média, de 85% no conjunto dos países. Enquanto isso a taxa de emprego de pessoas sem ensino médio e apenas com ensino médio (ou equivalente) foi, respectivamente, de 61% e 78%, em média, no conjunto dos países. No Brasil, essas taxas foram de 62% e 73%, respectivamente (INEP, 2020). Há também uma relação direta entre os ganhos auferidos com o trabalho e nível e escolarização de pessoas de 25 a 64 anos em empregos de tempo integral, durante um ano inteiro, segundo o documento: pessoas com ensino superior ganharam 144% a mais que aqueles apenas com ensino médio no ano de 2015. Nos demais países da OCDE este percentual é de 54% em média. (INEP, 2020) (Figura 4).

Figura 4: Relação entre Brasil e países da OCDE (e parceiros) quanto a acesso ao ensino superior, empregabilidade e rendimento de pessoas com ensino superior completo.



Fonte: Adaptado de INEP (2020)

A possibilidade de maior e melhor inserção no mercado de trabalho como resultado do acesso ao ensino superior torna-se ainda mais relevante no contexto em que o país alcança taxa recorde de desemprego: 14,7% no primeiro trimestre de 2021 (PNAD, 2021). Segundo os recentes dados da PNAD (2021) trabalhadores com menor nível de escolaridade encontram-se desocupados em maior percentual em relação à trabalhadores com ensino superior completo e incompleto - 38,9% das pessoas desocupadas não possuem o segundo grau, 40,4% possuem até segundo grau, 7,9% possuem superior incompleto e 12,8% possuem curso superior completo (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição percentual das pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência (%), por nível de instrução

Nível de instrução						
Sem instrução e menos de 1 ano estudo	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	Ensino fundamental completo ou equivalente	Ensino médio incompleto ou equivalente	Ensino médio completo ou equivalente	Ensino superior incompleto ou equivalente	Ensino superior completo ou equivalente
1,2%	18,2%	8,1%	11,4%	40,4%	7,9%	12,8%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2021)

É urgente, portanto, retomada dos investimentos nas universidades públicas como forma de enfrentamento ao contexto de crise econômica por meio da formação cidadã, da produção do conhecimento socialmente referenciado e inovador, somente possíveis por meio da articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que são marcas das universidades públicas. Essa é uma decisão política, determinada por modelos e projetos de desenvolvimento e de gestão.

O significado das decisões e cortes orçamentários se mostra mais grave em situações de

precariedade. Como registra Laura Carvalho (2020) muitas já são as evidências de que a situação de crise sanitária pela qual passam os países, em particular países como o Brasil, situado na periferia do sistema capitalista, atinge de forma diferenciada classes sociais distintas: “sobram evidências de que a pandemia não é tão democrática quanto muitos gostam de fazer parecer. Sim, ela está prejudicando a vida de todos, mas os mais pobres sofrem muito mais os seus impactos na saúde e na economia.” (CARVALHO, 2020, p. 9)

No caso da educação superior, os investimentos do governo federal na ampliação de vagas, a partir de 2007 reconfigurou o perfil dos estudantes incorporando segmentos situados nas menores faixas de renda de maneira que, no ano de 2018, 70,2% da comunidade estudantil encontrava-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica – estudantes que possuem até 1 e meio salário-mínimo de renda mensal per capita. Este dado foi produzido pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES que informa, ainda que a maior parte destes estudantes seja formada por mulheres (54,6%) e, pela primeira vez, as pessoas autodeclaradas negras - pretos e pardos formam a maioria da população estudantil com 51,2% (ANDIFES, 2021). Ainda segundo a pesquisa, é marcante o aumento da presença de indígenas aldeados (o número dobrou passando de 2.329, em 2014, para 4.672 em 2018) e quilombolas (passando de 4.231 para 10.747 no mesmo período), crescimentos superiores ao aumento populacional destes grupos (ANDIFES, 2021).

No contexto de pandemia, acirram-se às vulnerabilidades da comunidade estudantil como a conciliação da criação de filhos e com trabalho ou estágio, maior necessidade de apoio de políticas de assistência estudantil que viabilizam a creches, a moradia, o acesso à alimentação (em decorrência do fechamento dos restaurantes universitários), acesso a equipamentos e à rede de internet, à transporte para deslocamento para cidades de origem, recursos para a manutenção das necessidades básicas. Além disso, no esforço de retorno ao ensino presencial, as universidades terão que contar com recursos para adaptação e recuperação de suas instalações e, sobretudo, terá que contar com recursos para apoiar o retorno dos estudantes, impedindo a evasão em função das dificuldades de ordem econômica enfrentadas pelas famílias.

Desse modo, um ato, um acordo, que resulte em corte em um setor e investimento em outro pode ter sim serias consequências em situações de escassez e de pobreza. Particularmente nos casos acima referidos menos recurso significa a restrição de acesso a universidade brasileira por parcela significativa dos seus jovens e de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Ainda segundo Carvalho (2018), precisamos ser capazes de identificar com a necessária clareza a natureza da crise na qual o país está mergulhado (e não faltam adjetivos para qualificá-la) e arregimentar forças no sentido de construção de projetos de sociedade nos quais os recursos públicos estejam destinados a atendimentos de interesses socialmente referenciados. O país passa hoje por uma situação de agravamento de seus problemas estruturais e de estilhaçamento de projetos e perspectivas.

A Título de Interrogação

O quadro apresentado atesta a tese da íntima associação entre orçamento e política. Essa tese coloca a urgência de uma auditoria da dívida pública que consome parcela significativa do orçamento com o pagamento de juros e amortizações. Coloca também em discussão a relevância dos investimentos na educação superior, o que pressupõe o aporte de recursos para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sem esse tipo de debate e ação política qualquer discussão sobre falta e alocação de recurso fica comprometida. Voltamos então ao argumento inicial desse texto: a produção do

orçamento envolve um conjunto significativo de questões e conhecimento de natureza propriamente técnica, porém, cada questão técnica tem como elemento orientador questões de natureza política uma vez que envolve relações de poder, luta, disputa e correlação de força os distintos segmentos e classes sociais.

Recentemente movimentos sociais tem se mobilizado para questionar as medidas adotadas pelo governo federal no enfrentamento à pandemia, o que envolve a crítica à negação da ciência e aos dados da realidade que mostram o agravamento da crise sanitária e das condições mais gerais de vida da população. No âmbito das universidades públicas tivemos o ato nacional que reuniu, em maio deste ano, representações estudantis, de docentes e técnicos da educação e produziu um manifesto público intitulado Educação, sim! Barbárie, não! (UFBA, 2021). Nas ruas, temos assistido o aumento da adesão às manifestações públicas questionando o tratamento dispensado pelo governo federal a temas como meio ambiente, direitos humanos, saúde, educação, ciência e tecnologia e reivindicando a abertura de processo de impeachment do presidente da república. No parlamento os conflitos giram em torno da questão como os cortes no orçamento desse ano e vacinação para o retorno às aulas presenciais, que embasou a discussão sobre o Projeto de Lei 5592/2020 que estabelece a educação como serviço essencial determinando o retorno imediato às atividades (CONGRESSO EM FOCO, 2021a; CONGRESSO EM FOCO, 2021b).

Deparamo-nos com interrogações, muitas interrogações sobre o futuro do país em um cenário de escassez de recursos, mas, sobretudo, de implementação de políticas públicas danosas e equivocadas, do ponto de vista do interesse coletivo e mesmo difuso. Muitas são as interrogações no atual cenário de crise e muitos são os adjetivos para qualificá-la. Porém, se a crise pela qual passamos tem um fundamento político, como o próprio orçamento, certamente estará na política, em seu sentido mais amplo, a sua solução. Nesse sentido poderíamos, sim, diante de tantas interrogações, afirmar – é a política moço! É a boa política que pode nos tirar do fundo do poço.

Referências

ANDIFES. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018*. Disponível em <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Graduac%C3%A3o-das-U.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Veja, 1988.

CARVALHO, Laura. *Curto-circuito – O Vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira – do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CONGRESSO EM FOCO. *Senadores querem condicionar aulas presenciais à vacinação de professores*. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/senadores-querem-condicionar-aulas-presenciais-a-vacinacao-de-professores/>>. Acesso em 28 de abril de 2021.

CONGRESSO EM FOCO. *Deputados cobram explicações de ministro da Educação sobre cortes no orçamento*. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/deputados-cobram-explicacoes-de-ministro-da-educacao-sobre-cortes-no-orcamento>. Acesso em 09 de junho de 2021.

FATTORELLI, Maria Lúcia, ÁVILA, Rodrigo, MULLER, Rafael. *Gastos com a Dívida Pública Cresceram 33% em 2020*, 25.01.2021. Portal Auditoria Cidadã da Dívida IN <<https://auditoriacidada.org.br/>>. Acesso julho de 2021.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral*. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4095>>. Acesso em 30 de junho de 2021.

INEP. *Education at a Glance – Country Note (Brazil)*. Disponível em <https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2020/EAG_2020_CN_BRA.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Despesas em Políticas Públicas – Ciência e Tecnologia*. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/funcoes/19-ciencia-e-tecnologia?ano=2021>>. Acesso em 28 de junho de 2021.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Despesas em Políticas Públicas – Educação*. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/funcoes/12-educacao?ano=2021>>. Acesso em 28 de junho de 2021b.

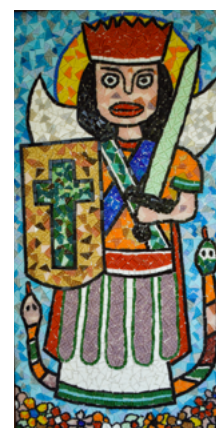
UFBA. *Educação, sim! Barbárie, não!* Disponível em <https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/educacao-sim-barbarie-nao>. Acesso em 26 de junho de 2021.

WOLFF, Francis. A Invenção da Política. In: NOVAES, Adauto. *A Crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Miguel Entre Flores e Serpentes

Adriano Leal Bruni, Itaigara, março de 2021.

“Guerreiro do divino, armado e protegido por sua fé. A luta coroada pelo fogo. Sob os pés, a força do bem, o limite do mal. Sobre as asas, o sonho e a aurora. Na base do seu existir: cores, flores e renasceres”.



A Universidade Pública Brasileira e o Processo de Desconstrução em Curso

Horácio Nelson Hastenreiter Filho

Introdução

Entre as acusações que podem ser dirigidas ao atual mandatário do país, a que menos se aplica é a de estelionato eleitoral. Desde a campanha para as eleições de 2018, o então candidato não escondeu de ninguém que o seu governo seria norteado pela destruição. Após quase dois anos e meio no poder, é inegável que o agora presidente vem entregando mais que o prometido.

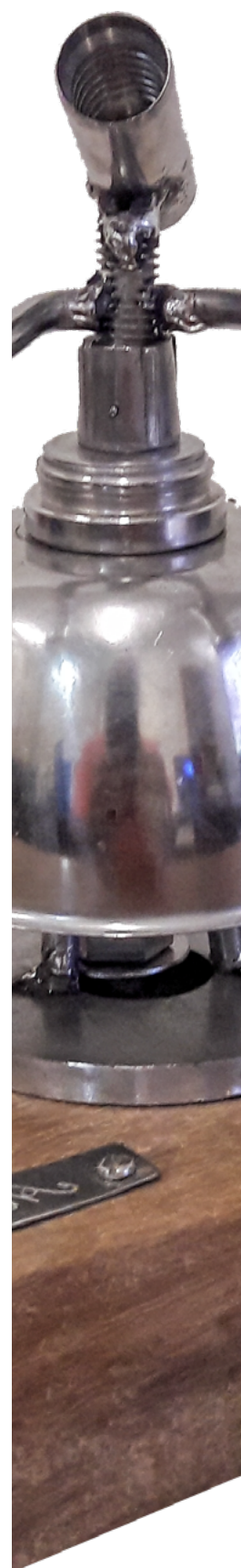
Além dos dismantelamentos das políticas sociais e culturais, da estrutura de Estado relacionada à área ambiental, das barreiras aos venenos agrícolas, a eficiência destrutiva do atual governo tem sido surpreendente nas áreas de educação e saúde. É justo reconhecer que, em relação a essa última, a parceria com o Sars-Cov-2 vem facilitando enormemente o trabalho. Neste texto, no entanto, o interesse mais específico é dirigido ao desmonte na área educacional.

Desde o consenso de Washington, na década de 80 do século passado, o capitalismo e a sua elite econômica vêm procurando avidamente recuperar a estrutura de desigualdade verificada antes das grandes guerras e as fatias do bolo da riqueza cedidas devido ao estado de exceção determinado inicialmente pelos conflitos vividos entre 1914 e 1945, os quais foram seguidos de imediato pela ameaça real de disseminação do comunismo pelo ocidente no pós-guerra.

O papel do Estado como regulador da desigualdade vem sofrendo contínuos desgastes e o que se observa, de fato, é que, em muitas nações, esse vem atuando, efetivamente, como um amplificador de desigualdades, transferindo renda e riqueza dos menos para os mais abastados. Nesse contexto, em sintonia com o discurso neoliberal, a educação vem perdendo espaço como elemento capaz de distribuir renda e riqueza a partir da desconcentração de oportunidades. Além disso, a visão ultraliberal da educação preconiza o seu distanciamento do campo social e político para caminhar à semelhança da lógica mercadológica, com a argumentação de que a sua função é apenas a de entregar ao setor empresarial uma força de trabalho qualificada, capaz de ampliar a produtividade das organizações.

No entanto, mesmo essa função está em risco no contexto atual. Interesses diversos, inclusive os relacionados às instituições privadas de educação superior, vem corroborando para que a vilanização do ensino público superior ocupe um lugar de destaque na vilanização mais ampla e geral do serviço público.

É a partir desse contexto que o presente documento pretende discutir o processo de desconstrução da universidade pública em curso. Para tal, serão contrapostos os principais argumentos utilizados para a criação de uma imagem negativa do sistema público de ensino superior, debatidas as principais ações do governo federal nos últimos anos para dar cabo ao processo de desmanche e apresentadas possíveis propostas para a sua defesa.



Vilanização da Universidade Pública

Para colocar em curso o desmonte da universidade pública, identificou-se como indispensável a construção e divulgação para a sociedade de um discurso. Esse é verdadeiramente amplo, sustentado por um conjunto abrangente de mitos, dos quais cinco receberão destaque especial nesse texto: i) A universidade pública brasileira faz parte do contexto de um país com Estado agigantado; ii) A universidade pública é muito cara; iii) Nos países desenvolvidos, as universidades são, em sua maioria, privadas; iv) A universidade pública está muito distante da sociedade; v) A universidade pública oferta vagas gratuitas para quem poderia pagar por elas. Serão debatidos a seguir cada um desses pontos.

1) A universidade pública brasileira faz parte do contexto de um país com Estado agigantado

Qualquer olhar para o orçamento público federal e para a arrecadação fiscal do país não deve prescindir da compreensão de que somos uma nação relativamente pobre que fez a opção na sua Constituição por um Estado de bem-estar social amplo, com oferta de serviços universais. Não são raros, no entanto, os artigos e matérias na imprensa nacional que comparam a arrecadação do país, em termos de percentual do Produto Interno Bruto (PIB), com a de outros países mais desenvolvidos, com a intenção de apontar o que julgam, ora uma carga tributária elevada, ora o excessivo gasto com funcionários públicos.

Entre os países mais ricos, membros da OCDE, o Brasil, segundo o FMI, em 2017, ocupava a sétima posição no ranking dos 37 países para o indicador percentual do PIB gasto com funcionários públicos, superando Estados-nações como a França e a Bélgica. No entanto, quando o gasto com funcionários públicos é avaliado como percentual da arrecadação, o Brasil ocupa apenas a 32ª posição e, quando se avalia o custo do funcionalismo por habitante, figura em 30º lugar, portanto, último quartil nos dois rankings.

Outra mistificação, em relação aos funcionários públicos no país, é a de que esses são excessivos. A figura 01, a seguir, revela que no Brasil eles representam apenas 12% do total de trabalhadores, percentual bastante inferior ao da maioria dos países da OCDE e cerca de um terço da representatividade que possuem em países nórdicos como a Dinamarca e a Noruega.

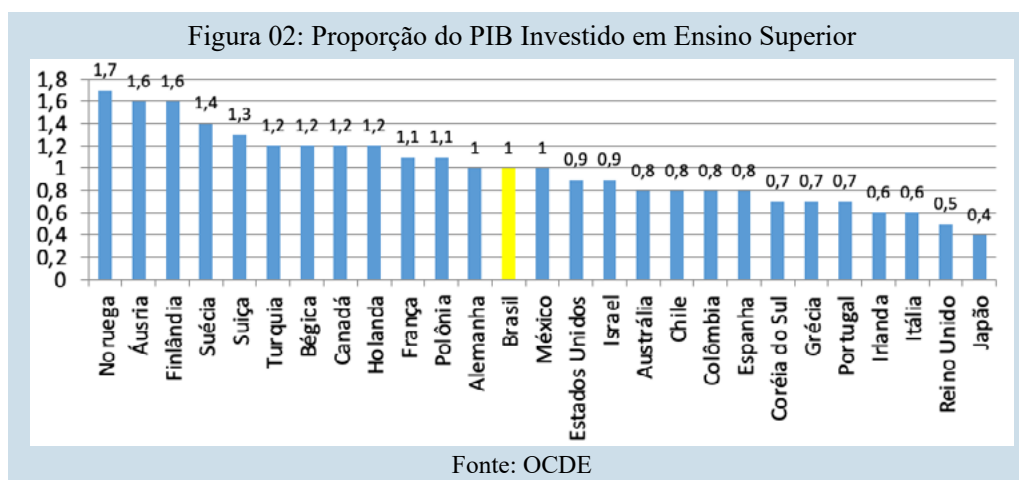
Figura 01: Representatividade dos Funcionários Públicos em Relação ao Total de Pessoas Empregadas



Fonte: OCDE (2015)

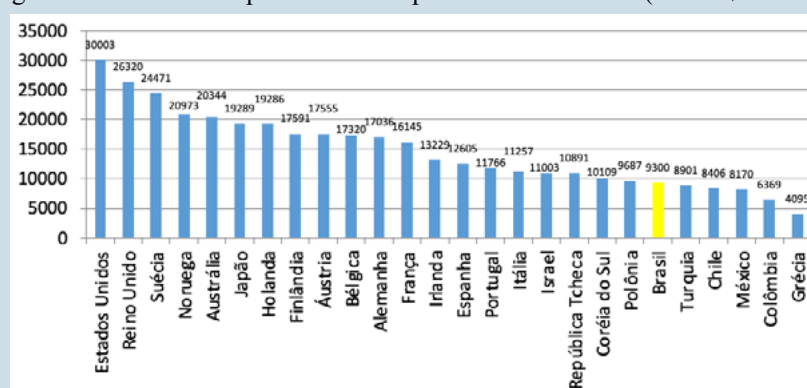
II) A universidade pública é muito cara

A argumentação de que a universidade pública brasileira é muito cara é outra das justificativas adotadas pelos que defendem a redução do Estado na oferta de vagas de ensino superior no país. Frequentemente, o simplismo de comparar a universidade pública, que realiza pesquisa e extensão em larga escala, além de ensino, com universidades privadas que apenas ofertam ensino, em geral com nível inferior de qualidade, respalda o argumento. Novamente, dados internacionais mostram que o país está longe de apresentar custos mais elevados que outros países que são relevantes na oferta de ensino superior público. Em termos de proporção do PIB investido em ensino superior (Figura 02), o Brasil situa-se em uma posição intermediária com cerca de 1% do PIB do país destinado à atividade. Percentual cerca de 40% inferior aos identificados em países como Noruega, Áustria e Finlândia, por exemplo.



Além disso, quando é feito o comparativo de custo por aluno, torna-se ainda mais difícil a defesa de que o ensino superior gratuito no Brasil é caro. O custo anual de US\$ 9.300 por aluno, mesmo inflado por atividades não relacionadas ou apenas indiretamente relacionadas ao ensino, é cerca de um terço dos custos levantados em países como os EUA ou o Reino Unido e bastante inferiores aos da grande maioria dos países da Europa Ocidental como Holanda, Bélgica, Alemanha ou França (Figura 03).

Figura 03: Custo Anual por Aluno Comparativo Entre Países (em US\$ de 2016)



III) Nos países desenvolvidos, as universidades são, em sua maioria, privadas

O terceiro mito compartilhado na formação do discurso de vilania sobre a universidade pública brasileira é o de que o país estaria na contramão dos países mais desenvolvidos, nos quais predominariam as vagas de ensino superior em instituições privadas. A Figura 04 e a Tabela 01, a seguir, mostram que

não somente o percentual de matrículas no setor privado no Brasil é bastante superior ao da maioria dos países, como também, que, a despeito do significativo crescimento na oferta de vagas nos últimos 50 anos, a representatividade das matrículas no setor privado vem crescendo em ritmo muito mais acelerado que no setor público. Enquanto elas representam mais de 70% das matrículas no país, em países como EUA e Argentina esse percentual fica em torno de 25%.

Figura 04: Percentual de Matrículas no Setor Privado em Diferentes Países

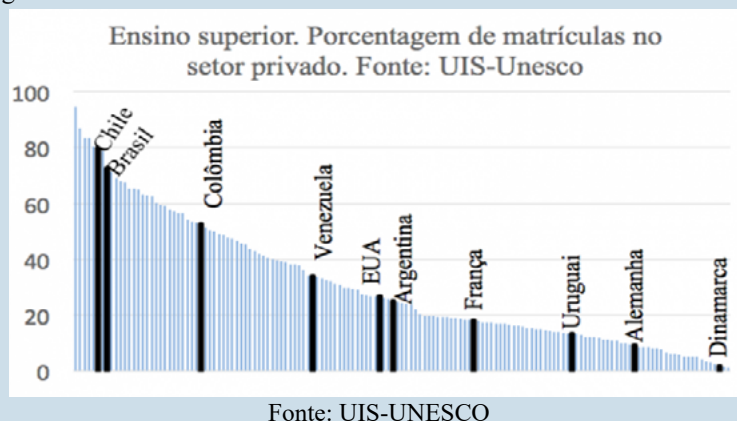


Tabela 01: Evolução do Número de Matrículas em Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas

Ano	Pública		Privada		Total
	Matrículas	Total (%)	Matrículas	Total (%)	
1960	59.624	58,6	47.067	41,4	101.691
1970	210.613	49,5	214.865	50,5	425.478
1980	492.232	35,7	885.054	64,3	1.377.286
1990	578.625	37,6	961.455	62,4	1.540.080
2000	887.026	32,9	1.807.219	67,1	2.694.245
2010	1.461.696	26,8	3.987.424	73,2	5.449.120

Fonte: INEP

IV) A universidade pública está muito distante da sociedade

Dentre as mitificações, a insistência em distanciar a universidade pública da sociedade configura-se, ao mesmo tempo, como a mais cruel e a mais falaciosa. Cruel, não somente porque procura reduzir a importância que possuem para a produção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural no país, mas também por desmerecer a sua missão e atribuir valor menor à sua importância para a formação de cidadãos imbuídos de valores éticos, que na sua atuação profissional atribuam equivalência à competência técnica e à responsabilidade social. Falaciosa porque induz ao esquecimento da sua relevância para a pesquisa e a extensão e o papel dessas atividades para o desenvolvimento do país.

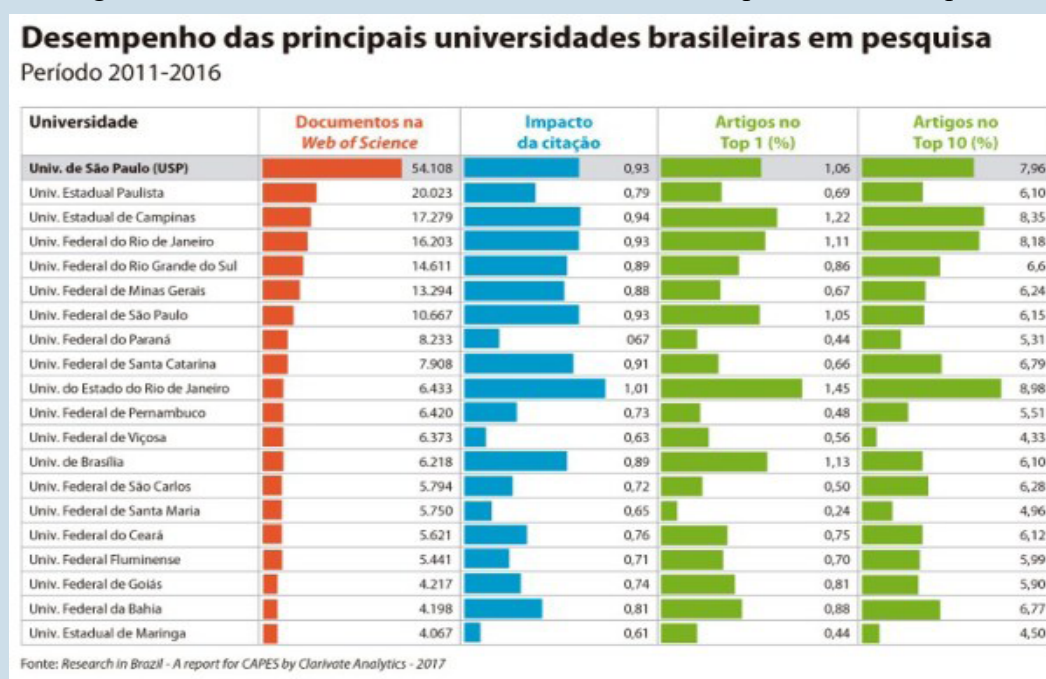
Em termos de extensionismo, apenas na medicina, as universidades públicas, em 2018, foram responsáveis pela realização de 17,4 milhões de exames, 6,8 milhões de consultas médicas, 339 mil internações de pacientes, 232 mil cirurgias e 1.398 transplantes.

Inúmeras universidades federais e estaduais vêm gerando tecnologias sociais de extrema relevância, a partir das suas práticas extensionistas, articulando-se à economia popular e solidária. Várias iniciativas de agências de inovação e de incubadoras sociais surgiram nos últimos anos no

país, contribuindo não somente para o engajamento discente nas questões que dizem respeito à responsabilidade social, mas também contribuindo de forma significativa com o desenvolvimento local, disseminando soluções para problemas voltados às demandas de alimentação, recursos hídricos, educação, habitação, saúde, meio ambiente, renda, trabalho, cultura, entre outras áreas.

Na área de pesquisa, a relação das universidades públicas com o desenvolvimento da sociedade e do país é ainda mais evidente. 95% das pesquisas do país são desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras, ainda que essas respondam por apenas 24,7% do total dos alunos matriculados. A figura 05, a seguir, torna ainda mais evidente a relevância das universidades públicas brasileiras para a pesquisa.

Figura 05: Universidades Brasileiras Mais Bem Ranqueadas em Pesquisa



Fonte: Academia Brasileira de Ciências

Como é possível verificar, entre as 20 universidades brasileiras mais bem ranqueadas em pesquisa, no período de 2011 a 2016, todas são públicas. O ranking considera critérios como impacto das citações e a publicação de artigos nas principais revistas científicas do mundo.

V) A universidade pública oferta vagas gratuitas para quem poderia pagar por elas

A afirmação de que a universidade pública é destinada à elite econômica do país demonstra um desconhecimento da dinâmica de mudança de perfil socioeconômico dos estudantes das universidades de ensino gratuito, sobretudo nas últimas duas décadas. Segundo pesquisa organizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e divulgada pela Agência Brasil (2019), a maior parte dos estudantes das universidades federais, 70,2%, é de baixa renda, com renda mensal de até um salário-mínimo e meio per capita, ou seja, R\$ 1.431,00, no valor de 2018, quando a pesquisa foi realizada. O estudo mostra, ainda, que o percentual de estudantes nessa faixa de renda era, em 2003, de 42,8%.

Ainda segundo o mesmo estudo, a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que estabeleceu que 50% das vagas das universidades federais e das instituições federais de ensino técnico de nível médio deveriam ser reservadas a estudantes de escolas públicas e que determinou reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a porcentagem dessas populações nas unidades federativas, foi

determinante para essa mudança de perfil. Atualmente, o percentual de estudantes negros é de 51,2% do total de estudantes, número que representa o triplo desde 2003. O número de estudantes indígenas que vivem em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais.

Desmanche do Ensino Superior Público

A estratégia de desmanche do ensino superior é executada a partir de três pilares básicos. O primeiro deles foi apresentado no item anterior e diz respeito a uma ação comunicacional, baseada, fundamentalmente, na busca da antagonização das universidades públicas com a sociedade a partir da omissão de informações, da divulgação de informações falsas e da criação de mitos. A segunda diz respeito ao escopo da ação da universidade e alia a busca de restrições às agendas social, política e crítica, respaldada por notícias falsas em relação à formação dos alunos, ao ambiente universitário e a um suposto processo de doutrinação. Finalmente, o último sustentáculo da destruição que está em curso é a asfixia financeira, promovida a partir de seguidos cortes orçamentários, que atingem não somente as universidades, mas também as principais instituições que irrigam financeiramente o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação nacionais, indispensáveis para uma agenda de pesquisa relevante.

Restrições às Agendas Social, Política e Crítica

A mordaza à comunidade acadêmica a partir do impedimento ao livre pensar e da inibição à liberdade de aprender a e ensinar é crescente nos últimos cinco anos. Inicialmente, a ação se deu, sobretudo, a partir da busca de implementação do Programa Escola sem Partido. Esse movimento político, associado a uma visão conservadora para a educação brasileira estabelece uma vinculação equivocada entre construção de visão crítica e doutrinação ideológica, procurando barrar conteúdos que possam denotar posicionamento político, ainda que pelo simples relato de fatos históricos, no processo de ensino.

Marilena Chauí, importante escritora e filósofa brasileira, e incansável na defesa da formação crítica no ensino superior, faz severas condenações ao que chama de universidade operacional, reduzida à condição de organização prestadora de serviços, administrada segundo a lógica da empresa capitalista moderna e distanciada de sua vocação política democrática. O discurso que procura respaldar a desconstrução da universidade pública brasileira vai, justamente, de encontro ao caráter indissociável da verdadeira formação de cidadãos e do exercício da vocação política da universidade.

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, o processo de busca de silenciamento da universidade vem se acelerando. No início de 2021, o presidente ordenou que o Ministério da Educação (MEC) enviasse ofício a Rede de Instituições Federais de Ensino Superior com o objetivo de prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino. Além disso, ao arrepio da lei, o governo, com alguma frequência, tem se negado a indicar nomes eleitos pela comunidade acadêmica para o exercício do cargo de reitor. Ademais, passou a exigir que todo e qualquer cargo da gestão das instituições federais de ensino seja antes aprovado pelos serviços de informação do governo federal, em flagrante desrespeito à autonomia universitária consagrada pelo artigo 207 da Constituição Federal que garante às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além da obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Asfixia Financeira

A outra e impactante forma de desmontar o sistema brasileiro público de ensino superior se dá a partir da asfixia financeira. A Figura 06, a seguir, mostra a redução do orçamento destinado às despesas correntes no período de 2014 a 2021. Esse orçamento corresponde à verba discricionária, ou seja, aquela utilizada para custear o pagamento de despesas como água, luz e limpeza, e manutenção da infraestrutura.

Como é possível perceber, o orçamento agregado das 69 universidades federais, em valores a preços de janeiro de 2021 foi reduzido em aproximadamente R\$ 3,5 bilhões ou quase 40% do valor disponível no início do período de referência. Observando essa informação em conjunto com a apresentada pela Figura 07 que mostra, entre outras informações, a evolução do número de matrículas da rede federal, com crescimento em torno de 15% no período, verifica-se que o valor para despesas correntes por aluno foi reduzido a praticamente metade nesses últimos sete anos.

Tomando como exemplo a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das mais penalizadas, o orçamento para o ano de 2021 é R\$87 milhões a menos do que o do ano anterior. Este é o nono ano consecutivo que a verba para essa universidade é reduzida. O valor corresponde ao valor do orçamento que foi destinado à Instituição para as despesas correntes em 2008, o qual corrigido a valores de 2021 pelo IPCA seria cerca de 104% maior. No mesmo período, a UFRJ passou de 34 mil alunos matriculados para 57 mil estudantes, o que significa que no caso específico dessa universidade o valor para as despesas correntes por aluno representa menos de 30% desse valor há 13 anos.

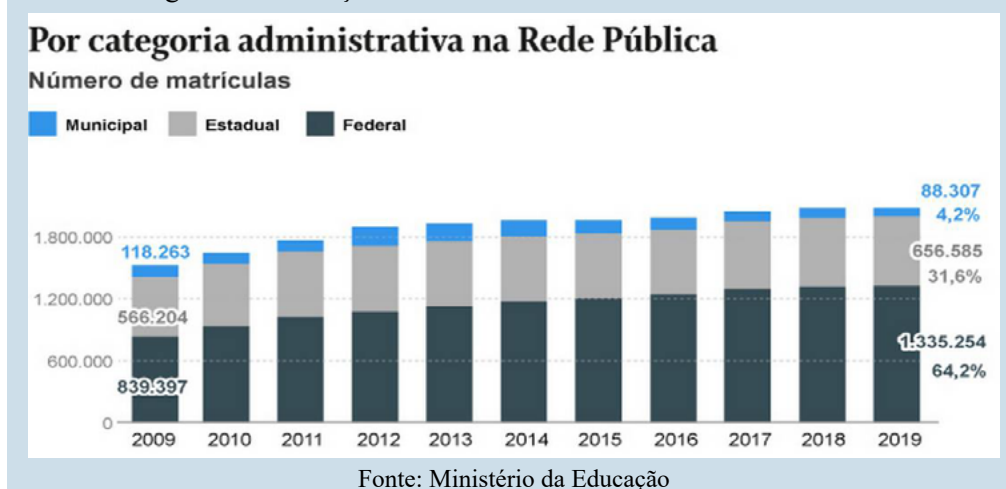
Nessa situação, os investimentos das 69 universidades federais foram praticamente extintos. Obviamente, a duplicação do número de matrículas no ensino superior no período 2005 a 2019, exige ampliação da infraestrutura universitária. Além disso, há um natural aumento do uso da estrutura já existente com ampliação dos turnos de funcionamento e correspondente aumento de serviços de limpeza e segurança e do consumo de água e luz, entre outros.

Figura 06: Evolução do Orçamento Para Despesas Correntes nas Universidades Federais



Fonte: Câmara dos Deputados

Figura 07: Evolução do Número de Matrículas na Rede Pública



A asfixia financeira que repercute na atividade universitária, no entanto, não diz respeito unicamente ao orçamento destinado às despesas correntes. Sendo as universidades públicas brasileiras, importantes centros de pesquisa, as suas atividades são fortemente impactadas pelo desmonte das instituições que suportam as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nessas, os cortes orçamentários foram ainda mais expressivos que nas universidades. Desde o início do governo Bolsonaro, os orçamentos do CNPq (Figura 08) e da CAPES (Figura 09) estão em níveis inferiores ao do início do século. Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o orçamento de 2021 é 28,7% inferior ao do último ano e dos 71,3% restantes, quase 50% dos recursos estão contingenciados.

Os cortes em instituições como o CNPq e a CAPES repercutem fortemente no número de bolsas de pós-graduação, uma vez que esses órgãos são os principais financiadores de pesquisa no país. A redução na quantidade de bolsas é apenas um dos fatores que compromete a qualidade da pesquisa relacionada à pós-graduação. As bolsas de mestrado e doutorado tiveram o seu valor fortemente deteriorado nos últimos 25 anos. O reajuste pelo IPCA dos valores praticados para as bolsas de mestrado e doutorado em 1995 exigiria aumentos superiores a 300%, em relação aos valores atualmente vigentes.

Figura 08: Orçamento do CNPq em R\$ Bilhões Corrigido pelo IPCA

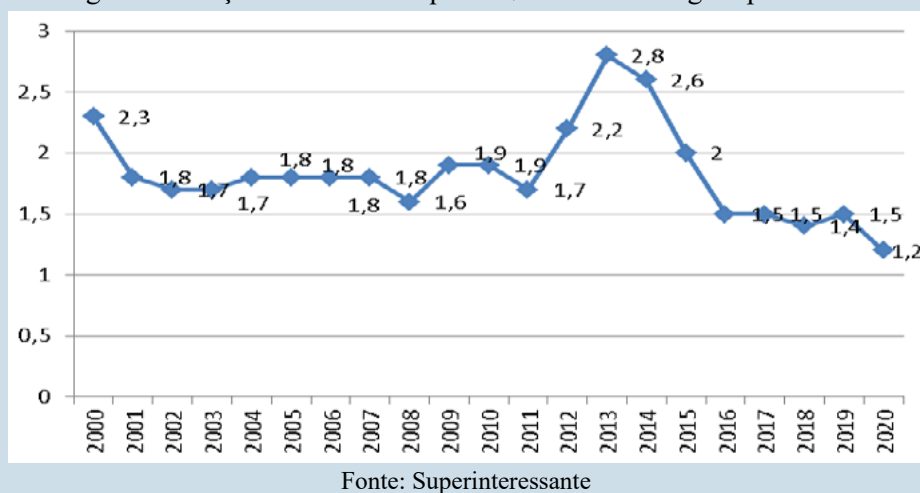
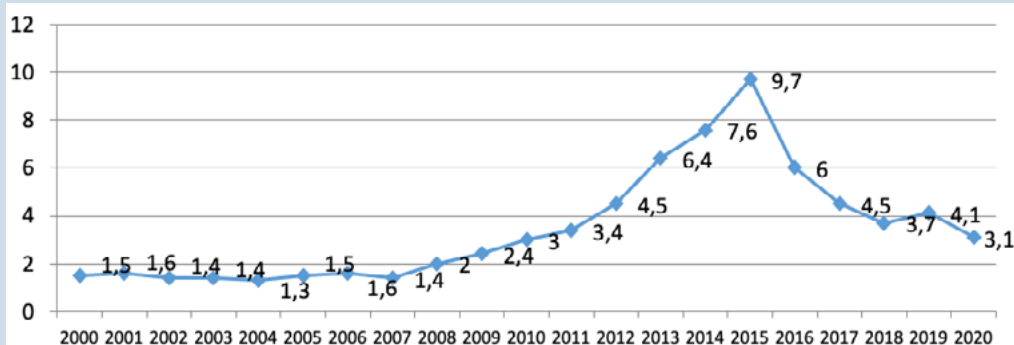


Figura 09: Orçamento da CAPES em R\$ Bilhões Corrigido pelo IPCA



Fonte: Superinteressante

Uma Agenda em Defesa da Sobrevivência da Universidade Pública

Ainda que na sociedade contemporânea, muitas vezes, os fatos objetivos tenham menos valor que os apelos às emoções e às crenças pessoais, a busca de sobrevivência da universidade pública não prescinde do aumento da sua capacidade de comunicação.

Renato Dagnino, ao tipificar os tipos de conflitos, define conflitos latentes como aqueles que são ocultados por mecanismos ideológicos controlados pelos atores mais poderosos com o consentimento dos mais fracos. Esse é certamente o caso do processo de desmonte da universidade pública. Enfrentando problemas extremamente afligentes, como o desemprego, a saúde (essa com status ainda mais prioritário devido ao contexto pandêmico devastador), a violência e a baixa qualidade do ensino fundamental e médio, a situação dramática da universidade pública e da agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação no país não adquirem status de prioridade para a maioria da população.

A sociedade, de um modo geral, não compreende que a competitividade entre países e a possibilidade de ampliação do desenvolvimento humano exige, atualmente, uma complexidade econômica que não se obteve em nenhum país do mundo sem fortes investimentos em ensino superior e pesquisa. Não haveria complexidade econômica sem diversas das pesquisas desenvolvidas nas Universidades Públicas Brasileiras. Não haveria pré-sal, nem competência distintiva na exploração em águas ultra profundas, sem as parcerias do CENPES com Universidades brasileiras. A EMBRAER não seria uma das quatro maiores empresas do mundo no setor aeroespacial sem o ITA.

A necessidade de se comunicar para que a sociedade possa perceber verdadeiramente o que está em jogo com o desmonte do ensino superior público, gratuito e de qualidade no país e da capacidade universitária de desenvolver pesquisa e ação extensionista vai exigir que o conjunto de universidades desenvolva uma capacidade de mobilizar e se articular sem precedentes. A grande maioria dos talentos e profissionais de destaque na administração pública, empresarial, nas instituições do terceiro setor e até nas artes é oriunda das universidades públicas no país. Um movimento conjunto e articulado pela ANDIFES para o fortalecimento e/ou criação de associações de ex-alunos das principais universidades públicas nacionais pode ampliar a articulação com esse público, em larga medida representado por importantes formadores de opinião.

Algumas das informações e indicadores discutidos nesse breve texto estão muito distantes da percepção que a sociedade, de um modo geral, possui da universidade pública. O contexto pandêmico, entre tantas mazelas que traz para o país, vem dando mais voz aos grandes pesquisadores epidemiologistas e os que atuam em áreas correlatas. Importante preservar os canais estabelecidos com a grande mídia para dar mais visibilidade, não somente ao que representa a pesquisa e o

extensionismo universitário na área de saúde, mas também ao extensionismo em áreas relacionadas às áreas tecnológicas e sociais. A universidade precisa ocupar mais espaço na grande mídia e aproveitar o aprendizado relacionado ao intenso uso da internet no contexto do ensino na pandemia (os congressos da UFBA são exemplos do potencial sucesso desse caminho) para chegar mais à sociedade como um todo, evidenciando não somente os seus grandes números e resultados, mas ampliando a sua capacidade de intervenção e evidenciando a situação vexatória pela qual vem passando.

Por fim, as 69 universidades federais devem se compreender mais como um sistema, ampliando a capacidade de desenvolver projetos em conjunto. Seria extremamente interessante se a ANDIFES anualmente coordenasse um projeto interuniversidades de ampla visibilidade, reunindo pesquisadores de diversas áreas e regiões do Brasil. Poder-se-ia ter, por exemplo, uma Agência de Inovação Social integrada, que articulasse demanda e oferta de tecnologias sociais em todo o país, capaz de gerar aprendizado e difusão das tecnologias desenvolvidas.

Os tempos são extremamente desafiadores e requerem que as capacidades organizativa, transformadora e inovadora das universidades sejam plenamente utilizadas, sobretudo diante das transformações sociais e econômicas que se projetam para o restante do século e que irão requerer, mais que nunca, que elas sejam, como sempre foram, a clareira na escuridão.

Iansã Formosa

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2014

“O mistério procurou a mãe-d’água e propôs a troca do abebé pelo eruexim. O encantamento trouxe a senhora do entardecer, a rainha dos raios. Que possa ser fogo e ar em movimento. Que nos proteja nas tempestades e batalhas”.



Derrubando Mitos sobre as Universidades Públicas Brasileiras

Felipe Tumenas Marques

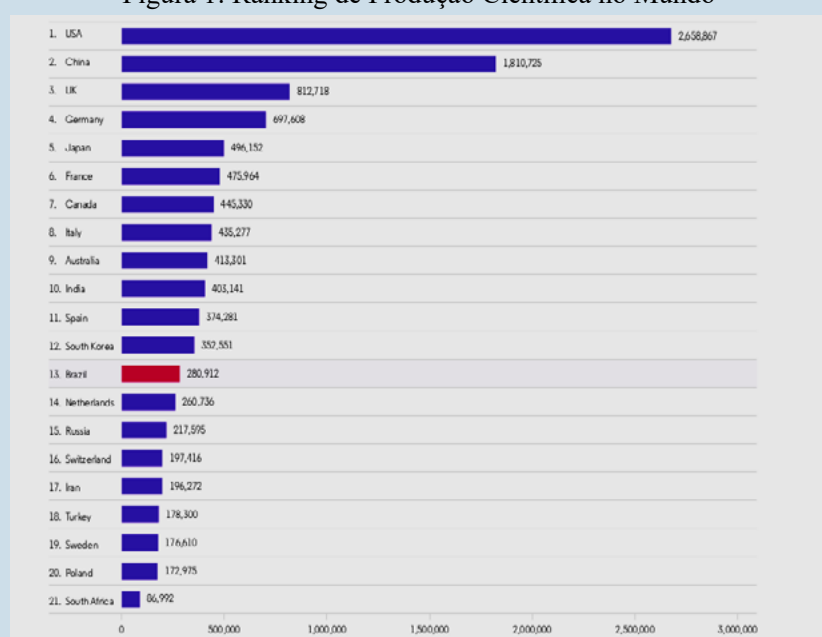
Os avanços tecnológicos são cada vez mais acelerados e temas como 5G, Indústria 4.0, Inteligência Artificial e Vacinas mostram a importância do conhecimento para a soberania das nações. Apesar do local de produção de conhecimento ser as universidades, o seu financiamento no Brasil tem sido estrangulado. Além disso, o debate sério sobre o financiamento é interditado por alguns mitos baseados em visões distorcidas sobre as universidades públicas brasileiras. Vamos a 3 deles:

Mito 1 - As Universidades Públicas Brasileiras Não Apresentam Resultados e/ou Vão Mal nos Rankings Internacionais.

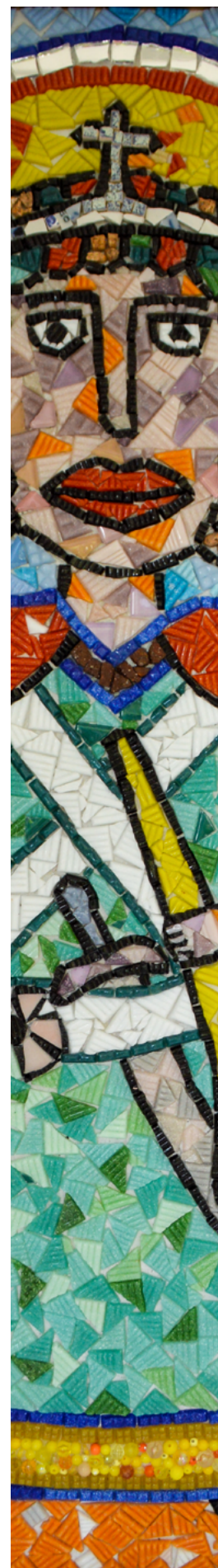
Existem diversos rankings universitários, com os mais distintos critérios de avaliação. Por exemplo, no NTU Ranking (Taiwan) de 2020, a USP está em 52º lugar, antes da primeira universidade alemã da lista (LMU München em 64º lugar) (NATIONAL TAIWAN UNIVERSITY, 2021). Já no ARWU (Shangai) de 2020 a mesma USP aparece na faixa das 101-150 melhores universidades (SHANGHAI RANKING CONSULTANCY, 2021).

Uma forma objetiva e direta de mensurar os resultados das universidades seria observar a sua produção de conhecimento, que é normalmente realizada via publicação de artigos em revistas científicas. Nesse quesito, o Brasil é o 13º país com maior produção científica no mundo, e mais de 90% dessa produção é realizada nas universidades públicas (Figura 1).

Figura 1: Ranking de Produção Científica no Mundo



Fonte: Clarivate Analytics (2019)



O Brasil tem uma produção científica relevante no mundo, e essa produção se deve às universidades públicas. Além disso, esses rankings de produção científica não capturam todo o impacto das universidades públicas, como a formação de mão de obra qualificada e a solução de problemas locais, através de atividades de extensão universitária (fatos que vão além da produção de artigos científicos).

Mito 2 - As Pesquisas feitas pelas Universidades Brasileiras são de Pouca Relevância

A produção científica brasileira se concentra nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra, seguidas por publicações na área de Ciências Agrícolas e Engenharias (Figura 2).

Figura 2: Áreas de Concentração da Produção Científica Brasileira

Research Area	Papers	CNCI	% International Collaborations
Health Sciences	82,406	0.96	34.7
Biological Sciences	75,717	0.74	37.0
Exact and Earth Sciences	71,214	0.90	45.1
Agricultural Sciences	46,222	0.71	21.7
Engineering	42,506	0.76	37.1
Multidisciplinary	30,190	0.82	39.5
Applied Social Sciences	14,229	1.03	30.1
Humanities and Social Sciences	9,581	1.00	30.5
Linguistics, Literature and Arts	953	0.68	19.1

Output and Category Normalized Citation Impact (CNCI) of Brazilian papers published between 2013 and 2018 in nine CAPEs research categories

Fonte: Clarivate Analytics (2019)

A relevância dos artigos científicos é mensurada pelo número de citações, ou seja, o quanto os artigos serviram de referência para outros pesquisadores desenvolverem suas pesquisas. Como critério de comparação, a proporção de artigos científicos brasileiros que estão no “Top 1%” dos mais citados do mundo tem evoluído constantemente e alcançou a média global no ano de 2016.

Figura 3: Proporção de Artigos Científicos Brasileiros Mais Citados do Mundo

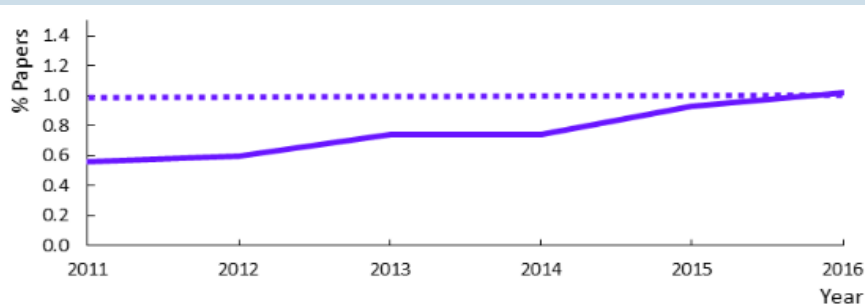


Figure 4 Percentage of Brazilian papers in the world's top 1% of most highly cited papers 2011 – 2016 (world average marked by the dotted line).

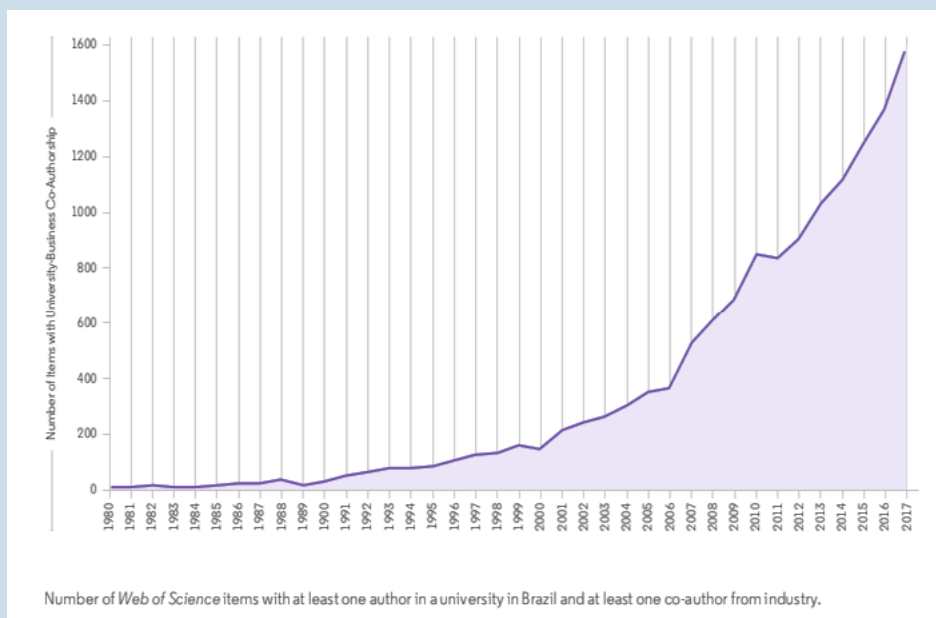
Fonte: Clarivate Analytics (2018)

O Brasil tem sua produção científica concentrada nas áreas de ciências “duras”, e a qualidade das pesquisas, medida em citações e proporção entre os artigos mais citados, segue a média mundial.

Mito 3 - O Financiamento das Pesquisas Universitárias deveria ser feito por Empresas

A produção científica no Brasil em parceria com empresas apresenta uma tendência crescente (Figura 4).

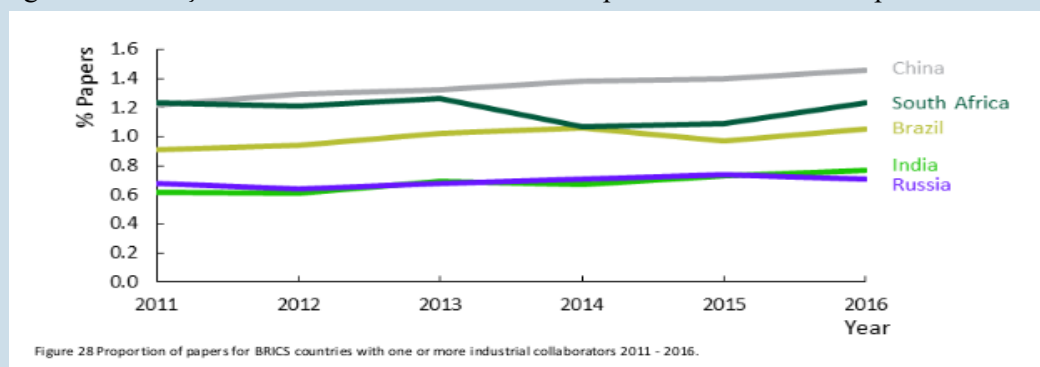
Figura 4: Produção Científica em Parceria com Empresas no Brasil (1980 - 2017)



Fonte: Clarivate Analytics (2019)

Comparando com outros países, a produção científica brasileira em colaboração com a indústria está em linha com outros países dos BRICS (Figura 5).

Figura 5: Produção Científica em Parceria com Empresas no Brasil - Comparativo BRICS



Fonte: Clarivate Analytics (2019)

Apesar da tendência crescente de parcerias de pesquisa com a indústria, a solução para o financiamento das universidades não se dá por esse caminho. Mesmo nas universidades líderes de rankings internacionais, a pesquisa é majoritariamente financiada pelo governo. Por exemplo, no Massachusetts Institute of Technology - MIT, apenas 7,77% das receitas de pesquisa vêm da indústria (Non-federally sponsored - Industry) (TUMENAS, 2021).

As universidades públicas sustentam a produção brasileira de conhecimento, com uma produção científica em linha com outros países em desenvolvimento. Porém, o caminho para o desenvolvimento ainda é longo e um Brasil desenvolvido e independente tecnologicamente requer investimentos em pesquisa e em produção de conhecimento.

Há cerca de 100 anos, em 1920, foi estabelecida a primeira universidade federal no país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, desde então, lutamos para seguir no caminho do conhecimento e do desenvolvimento. Com o estrangulamento no financiamento corremos o risco de regredir 100 anos, para um Brasil sem universidades públicas e, consequentemente, sem produção científica e nem desenvolvimento.

Referências

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil: Funding excellence. Analysis prepared on behalf of CAPES by the Web of Science Group, 2019. Disponível em <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2019/09/ClarivateReport_2013-2018.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2021.

CLARIVATE ANALYTICS. Research in Brazil. A report for CAPES by Clarivate Analytics, 2018. Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-992337666.pdf>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

NATIONAL TAIWAN UNIVERSITY. Performance Ranking of Scientific Papers for World Universities. Disponível em <<http://nturanking.csti.tw/ranking/OverallRanking/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

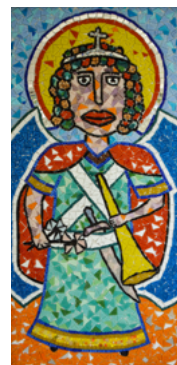
SHANGHAI RANKING CONSULTANCY. Academic Ranking of World Universities. Disponível em <<http://www.shanghairanking.com/>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

TUMENAS, Felipe. Financiamento das universidades líderes nos rankings internacionais, um caminho para as universidades públicas brasileiras? Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, n. 1, p. 270-287, 2021.

Gabriel para Maria Rosa

Adriano Leal Bruni, Itaigara, outubro de 2020

“O trovejo encantado da vida e da esperança. Na mão direita, meus mistérios. Meu Alfa e meu Ômega. Meu Yin e meu Yang. Anúnciação dos meus temores. Atestados supremos e soberbos do meu infinito”



Cortes Orçamentários das Universidades Públicas Federais: Significados e Efeitos para a Formação Pós-Graduada e Desenvolvimento de Pesquisa em Administração na UFBA

Genauto Carvalho de França Filho
Elizabeth Matos Ribeiro
Andréa Cardoso Ventura

Introdução

Os efeitos dos atuais cortes orçamentários governamentais sobre a realidade específica do nosso Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/UFBA) são extremamente graves pelos seus diversos alcances e significados.

A leitura desse problema nos parece requerer um esforço de reflexão ampliado, envolvendo as múltiplas dimensões de significados que acompanham o caso do NPGA em si mesmo. O que nos instigou a refletir sobre as seguintes questões: Como tais restrições afetam o propósito da pós-graduação em uma universidade pública? Esses cortes representam medidas pontuais ou participam de uma agenda histórica em termos nacionais? Como tais cortes afetam a condição específica do NPGA em seu contexto regional?

Considerando essas problematizações, o pressuposto que orientou esse texto está fundamentado em uma análise preliminar sobre os efeitos diretos provocados pelos cortes orçamentários tanto em termos do seu impacto no funcionamento de um programa institucional de pós-graduação, quanto no que estas mudanças representam para a sustentabilidade e qualidade das políticas educacionais e seus impactos no desenvolvimento nacional. Essa é a razão pela qual buscamos descrever neste breve ensaio os efeitos da redução orçamentária na gestão do NPGA e interpretar seus significados na tentativa de compreender o sentido ou lógica que preside esse processo de mudança em curso.

Com esse intuito quatro seções estruturam o desenvolvimento do nosso argumento. Na primeira, apresentamos uma breve reflexão sobre o papel e importância da pós-graduação feita pelas universidades públicas no Brasil, indicando sua razão de ser ou propósito e destacando seu significado diante das características do contexto nacional. Na segunda seção, interrogamos sobre a origem de tais cortes para propor uma abordagem histórica que consiste em avaliar tais medidas como um movimento mais amplo e complexo que envolve estratégias de mudanças da gestão do capitalismo global e nacional, inauguradas a partir dos anos de 1980. Na seção seguinte exibimos uma reflexão sobre os efeitos desses cortes no caso específico do NPGA/UFBA. E, finalmente, nas breves considerações finais, serão destacadas algumas consequências dos cortes para o futuro da pós-graduação caso essa conjuntura se confirme.



Sobre Papel e Importância da Pós-Graduação Pública

Os Programas de Pós-Graduação (PPG) no Brasil cumprem duas funções primordiais: (i) formar quadros acadêmico-profissionais, ou seja, mestres e doutores que passarão a atuar como professores e/ou pesquisadores em instituições de ensino e pesquisa, mas também atuarão como gestores em diversas instituições nacionais; e (ii) produzir e difundir conhecimentos científicos e técnico-tecnológicos. Estas funções se retroalimentam na medida em que a produção do saber e consequente inovação de práticas sociais está na base do processo formativo, atualizando-o permanentemente. O que implica reconhecer que a formação de recursos humanos pós-graduados é realizada, fundamentalmente, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, a partir da produção e disseminação de novos conhecimentos. Investir na formação de mestres e doutores reflete, portanto, o compromisso de uma nação com a preparação qualificada de novas gerações de pesquisadores, professores e profissionais.

Como se trata de uma atividade bastante sensível, pela inovação e longo prazo requeridos, fazer ciência sempre foi considerado uma atividade estratégica para qualquer sociedade, pressupondo elevado investimento e com regularidade. Historicamente no Brasil, essa tarefa tem sido realizada graças ao investimento público do Estado. O que explica termos uma alta concentração da pesquisa científica nacional sendo desenvolvida pelas universidades públicas, que ocupam as principais posições nos rankings nacional e internacional.

Um conjunto de condições em termos de recursos e investimentos são requeridos no exercício do fazer ciência através da atividade regular dos PPGs. Podemos mencionar, em primeiro lugar, o tempo de dedicação dos envolvidos, como os professores-pesquisadores que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão, orientam teses e dissertações, além de praticarem o exercício da docência. Mas, é importante destacar a dedicação aos discentes em seus processos de aprendizagem e formação, bem como dos servidores técnicos administrativos, cuja atuação ampara todas as atividades acadêmicas ali desenvolvidas. Um segundo fator de investimento diz respeito a infraestrutura necessária em termos de condições de trabalho (espaços físicos, equipamentos, acesso a base de dados, idas a campo, softwares de apoio a tratamento de dados e outros utensílios). Além disso, são necessários recursos também para os meios de difusão do conhecimento produzido (publicações em periódicos que, muitas vezes, exigem investimento em revisões linguísticas e até mesmo taxas administrativas, participação em eventos científicos, intercâmbios científicos, entre outros investimentos).

A experiência internacional revela que o trabalho de valorização da ciência apenas acontece quando se constitui um ambiente institucional favorável, no qual se forja uma efetiva cultura da produção científica. O que requer políticas públicas efetivas e investimento regular. Entretanto, se se trata de atividade tão essencial para a sociedade brasileira, como explicar a atual política de cortes?

Significado dos Cortes: Contexto Global e Nacional

Entender os cortes orçamentários propostos pelo atual governo para as políticas de educação superior federais exige avaliar tais medidas como um movimento mais amplo e complexo, envolvendo estratégias de mudanças da gestão do capitalismo global e nacional, inauguradas nos anos de 1980. De fato, a história das sociedades modernas e contemporâneas confirmam a dinâmica histórica de transformações progressivas que tem estimulado a produção e socialização de conhecimentos, sem que esse processo de modernização possibilite modos equânimes de transformações sociais comprometidos em articular os meios de inovação, aumento da produção de riqueza e renda e bem-estar coletivo.

Esse movimento de integração entre conhecimento e desenvolvimento socioeconômico ganhou

contornos mais explícitos, a partir da segunda metade do século XVIII, quando as sociedades capitalistas assumiram a ciência como base central do processo de modernização do sistema produtivo. Desde então, observa-se um movimento ascendente de indissociabilidade entre conhecimento, política e economia. Tal movimento ganha força no século XIX e assume maior relevo a partir da segunda metade do século XX, marcando o nascimento da “sociedade do conhecimento” (CASTELLS, 2001, 2014; LÉVY, 1997; MARQUES DE MELO, 2005; MONTUSCHI, 2014; VELAZQUEZ, 2014, entre outros).

Naturalmente, o papel da Universidade ganhou destaque nesse processo acentuado de modernização das relações sociais de produção e os programas de pós-graduação passaram a assumir nesse contexto a liderança pela consolidação desse movimento, amparado tanto pelos investimentos aportados pelo Estado como também pelo estímulo dado pelo setor privado (especialmente nas nações desenvolvidas).

Analisando a experiência brasileira, constata-se que a consolidação tardia do sistema universitário nacional explica, em grande medida, a ausência de uma política consistente de financiamento da educação superior no país. Nesse sentido, pode-se inferir que o agravamento dos limites orçamentários atuais são reflexos desse atraso político-institucional. Essa situação tem se agravado desde os anos de 1980, em razão da inauguração do movimento conservador neoliberal que tem defendido políticas fiscais de cortes nos gastos públicos (SANTOS et al. 2004 e 2016). Os rebatimentos das reformas do Estado têm impactado negativamente no processo de desestruturação das ações de planejamento governamental e políticas públicas.

Esse movimento reformista conservador tem produzido impactados perversos nas políticas educacionais e demais políticas sociais, refletidos no processo acentuado de desmonte do sistema educacional brasileiro, prejudicando, desse modo, a promoção de avanços necessários no desenvolvimento de pesquisas científicas geradoras de novas fronteiras de conhecimento e de produção de tecnologias inovadoras. O movimento de desmonte da capacidade do Estado oferecer serviços públicos de qualidade e promover inclusão social (conforme compromisso garantido pela Carta Constitucional de 1988) se acentuou nos anos de 1990 mediante o aprofundado da onda reformista do Estado liderado pelos governos civis.

Nesse contexto, o papel das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) foi sendo progressivamente reduzido para dar lugar a ampliação acentuada da participação do setor privado no ensino superior. A partir desse movimento, os já reduzidos recursos destinados para o financiamento das IFES passaram a ser divididos com os interesses do mercado através da criação de novos programas governamentais como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), dentre outras medidas de estímulo ao setor privado (BIACHETTI, 2001; CATANI, 2002; CHAUI, 2000; PIRES, 2003; DOURADO, 2005).

Esse movimento encontra um arrefecimento relativo, porém importante, entre os anos de 2003 e 2016, durante os governos do Partido dos Trabalhadores que vai priorizar a democratização e qualificação da educação nacional. Nesse cenário, ganha destaque as ações de interiorização e ampliação do acesso ao ensino superior e técnico, materializado através do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, (REUNI) (BRASIL, Decreto nº 6.096/2007). Tal dinâmica gerou uma ampliação da oferta de vagas em todas as Universidades Públicas Federais que se integraram ao Programa através da criação de novos cursos e/ou criação de cursos noturnos.

Entretanto, a partir dos governos de Dilma Rousseff (2011-2016), os cortes nas despesas em políticas de educação, com destaque para o ensino superior, aumentaram progressiva e acentuadamente. Desde então, esse movimento de cortes tem imposto às IFES grandes desafios para manter sua capacidade plena de gestão, especialmente no que diz respeito às despesas comprometidas com o

processo de expansão dos investimentos; com destaque para o aporte à expansão e manutenção da infraestrutura das Universidades e o atendimento aos estudantes de baixa renda, conforme pactuado no REUNI. A redução dos gastos, associada à deterioração acelerada da capacidade de gestão pública, tem minado os avanços importantes alcançados entre os anos 2003-2010.

Esse processo se deteriora, ainda mais, a partir das mudanças político-institucionais inaugurado pelo governo de Michael Temer (2016-2018) que aprofunda as medidas restritivas do orçamento público federal, inauguradas nas duas décadas anteriores. Esse governo se destacou por conseguir aprovar, em tempo recorde, a atual política de ajuste fiscal através da “PEC do Fim do Mundo” que resultou na aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016. Esta medida ganha relevo por ter conseguido aprovar o congelamento dos gastos públicos por mais de 20 anos, afetando diretamente as despesas ou investimentos em políticas sociais relevantes para os cidadãos e para a retomada do crescimento e desenvolvimento do Brasil.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que o esforço liderado pelo governo de Jair Bolsonaro (desde 2019), no que se refere às restrições orçamentárias para as políticas sociais no Brasil, com ênfase para os cortes na pasta da Educação, parece ser o ato final de um longo ciclo reformista, inaugurado nos anos de 1980 e aprofundado nas décadas subsequentes. Esse argumento nos permite sustentar que as restrições orçamentárias atuais, além de ampliar as limitações em curso nas últimas décadas, afetam, de forma direta e imediata, as condições infra estruturais, acadêmico-pedagógicas e assistenciais dos estudantes comprometendo, assim, a sustentabilidade e qualidade dos serviços educativos disponibilizados à sociedade.

Analisando os impactos no desempenho da educação superior, de modo geral, e na sustentabilidade e qualidade da formação pós-graduada, de forma particular, é possível afirmar que essas limitações financeiras afetam dramaticamente as capacidades das IFES de alcançar os propósitos da formação superior e limitam drasticamente a capacidade de desenvolvimento das pesquisas.

Efeitos dos Cortes nos Programas de Pós-Graduação em Administração da UFBA/NPGA

Os efeitos dos cortes para os Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAs) da UFBA, especialmente para os cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmico, que não tem possibilidades de conseguir financiamento externo, tornam-se ainda mais graves, em razão da relevância histórica assumida para a formação de quadros e desenvolvimento de pesquisa no estado da Bahia e região Nordeste – espaço marcado pela carência no desenvolvimento científico e tecnológico.

Comprovam a importância do NPGA, portanto, seu pioneirismo na formação de pós-graduação em administração no Nordeste, tendo exercido papel de grande destaque na formação dos mais importantes quadros acadêmicos e profissionais em variadas instituições (públicas, privadas e sociais) responsáveis pelo processo de desenvolvimento da região. Sua influência regional mantém-se, até os dias atuais, mediante não apenas a formação de recursos humanos, mas também da liderança de pesquisas nos mais diversos campos de conhecimento da área de administração, assim como pela relevante rede de parceria interinstitucional consolidada através do estabelecimento de intercâmbio e cooperação científica em nível local, regional, nacional e internacional, cujos frutos se observa no volume da sua produção científica e tecnológica.

O conhecimento sobre a gestão precisa estar à altura das exigências impostas atualmente pelos grandes dilemas de sociedade que enfrentamos. Para tanto é fundamental reconhecer o papel salutar da pesquisa e formação pós-graduada em administração. Ela é garantidora de uma perspectiva mais ampliada que reflita a administração em sua diversidade. Visões simplórias da gestão, desprovidas

de complexidade e em descompasso com a natureza dos problemas atuais apenas são superadas com a pesquisa. Investir em formação de excelência, sustentada no desenvolvimento de pesquisas de ponta, é o caminho que resulta na geração de impactos que contribuam para transformar as práticas administrativas em organizações públicas, privadas e sociais.

É justamente essa dinâmica virtuosa estabelecida e consolidada nos quase 40 anos de existência do NPGA que se encontra seriamente afetada pelos cortes orçamentários atuais. Tais medidas restritivas atingem a capacidade de funcionamento da gestão institucional, organizacional e administrativa e acadêmico-pedagógica do NPGA de variadas formas. Essas consequências têm produzido repercussões negativas tanto no desenvolvimento de pesquisas, limitado a participação dos professores/pesquisadores em programas de intercâmbios nacionais e internacionais (fundamentais para a formação/consolidação de redes de pesquisas), como tem impactado na redução da oferta de bolsas de pesquisa que, em grande medida, garante a permanência de muitos estudantes nos programas. Efetivamente, o NPGA já está sentindo reflexo dos cortes, especificamente no que diz respeito aos seguintes aspectos mais evidentes:

Limitação da Oferta de Bolsas de Pesquisa de Mestrado e Doutorado Acadêmico

Desde o início do ano 2021, os PPGs brasileiros não têm mais garantidas as cotas de bolsas de pesquisa anteriormente destinadas a eles. Até o ano de 2020, essas cotas eram concedidas a cada PPG em um cálculo que considerava, entre outros fatores, sua nota no processo de avaliação realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Na atualidade, os discentes que estão com suas bolsas ativas seguem podendo utilizá-la. No entanto, à medida em que esses discentes finalizam suas pesquisas, as bolsas, que antes permaneciam com os programas para a realização de seleção interna de novos bolsistas, retornam para o MEC. Para ter acesso a novas bolsas, todos os PPGs devem submeter projetos de pesquisa ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A grande questão que os cortes de bolsas provocam está refletida pela desproporcionalidade de aprovações de projetos por parte de PPGs das áreas de exatas e biológicas (que ficaram com a grande parte das bolsas) e as da área de humanidades, onde se encontram as ciências sociais e aplicadas e, portanto, a administração. Essa desproporcionalidade foi fortemente sentida pelos PPGs da UFBA, onde se constata o baixíssimo grau de aprovação de projetos na área de humanidades.

Adicionalmente, muitos dos programas que tiveram seus projetos de pesquisa aprovados, o que, em princípio, lhes daria direito a bolsas, foram informados pelo CNPq que o que está garantida é a “expectativa de direito”. Ou seja, não se sabe “quando” e nem ao menos “se” efetivamente as bolsas serão concedidas. Nesta nova realidade, o NPGA, que tem nota 5 no processo de avaliação da CAPES no tocante a seu programa acadêmico, já deixou de ter acesso a seis bolsas de pesquisa para estudantes de mestrado e duas relativas a estudantes de doutorado.

Limitação de Oportunidades para a Realização de Programas de Pós-Doutorado, Doutorado Sanduíche e Intercâmbios Acadêmicos

Até o presente momento, o NPGA, juntamente com todos os PPGs brasileiros, está sendo afetado em sua possibilidade de bolsas de pós-doutoramento. Isso ocorre porque o sistema CAPES está fechado para receber novas indicações desde o início do ano 2020. Com isso, ao finalizar o projeto de pesquisa do bolsista em estágio pós-doutoral, a bolsa não retorna ao programa para a realização de novo processo de seleção. Ainda não se sabe como ficará a questão do Programa Nacional de

Pós-Doutoramento (PNPD) da CAPES. A única informação transmitida pelo órgão aos PPGs é que substituições e novas inclusões não estão autorizadas no momento.

Limitação de Acesso a Recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP)

Os PPGs da UFBA, juntamente com o NPGA, estão aguardando a liberação do MEC para utilização dos recursos do PROAP do ano de 2021, tendo a última liberação ocorrido em julho de 2020, com sete meses de atraso. Estes recursos eram disponibilizados anualmente para as instituições públicas de ensino para “financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos” e também para “a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação stricto sensu mantidos por instituições públicas” (BRASIL, 2014). Estes recursos são destinados a: (i) apoio às atividades inovadoras dos PPGs, voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico; (ii) custeio das atividades acadêmico-científicas relacionadas à titulação de mestres e doutores e ao estágio pós-doutoral; e (iii) apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento e de execução da política institucional de pós-graduação.

Assim, eram utilizados para o pagamento de passagens, diárias e taxas de inscrição para participação de docentes em congressos e eventos científicos, ressarcimento de taxas de inscrição de eventos científicos para discentes, custeio da participação de coordenadores de curso em reuniões nacionais como as da própria CAPES, pagamento de passagens e diárias para membros externos participarem de bancas, e para a aquisição de bens e serviços, a exemplo de serviços de manutenção de equipamentos de ensino e pesquisa, de tradução de artigos aprovados para publicação em periódicos e até mesmo, eventualmente, taxas de publicação em revistas ou publicação de livros.

As análises realizadas pelo conjunto de coordenadores de PPGs da UFBA, assim como avaliações realizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) indicam que novos impactos passarão a ser sentidos muito em breve. Esses impactos têm relação com: a) limitação de oferta de bolsas de doutorado sanduíche e intercâmbios acadêmicos e b) limitação de editais de apoio à pesquisa nas variadas áreas. No tocante ao primeiro item, ainda não é possível realizar uma avaliação acurada. Isso porque, diante das limitações de viagens ocasionadas pela pandemia do COVID 19, as restrições foram forçadas por aspectos alheios aos cortes. Entretanto, já se observa um movimento de grandes cortes nessas bolsas, assim como a redução significativa de editais de apoio a pesquisas que não tenham relação direta com inovações tecnológicas.

Considerações Finais: Consequências do Corte

Os atuais cortes orçamentários indicam duas ordens de significados, uma mais geral, relativa ao papel da pós-graduação, e outra mais específica, relativa à atuação do NPGA. Em termos gerais, os cortes representam o prolongamento de uma trajetória histórica de negação do valor do investimento público para a pesquisa e produção de conhecimento. A ideia de que tal tendência seria revertida via investimento privado esbarra num dado elementar da realidade relativo ao peso e importância do investimento público neste âmbito no Brasil, cujas universidades públicas são responsáveis pela grande maioria da pesquisa nacional. Além disso, tal crença deixa de reconhecer o papel histórico do investimento público para o desenvolvimento da ciência entre as nações mais desenvolvidas. Algumas consequências de tais cortes são dramáticas para o desenvolvimento da sociedade brasileira. O agravamento da situação de dependência científica do país é um deles, que se soma a supressão gradual de uma cultura de pós-graduação qualificada. De fato, o desaparecimento progressivo do que ainda resta de cultura científica

nacional representa o apagamento de uma memória, tanto antiga quanto atual, consubstanciada num ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do conhecimento, da pesquisa qualificada e da extensão inovadora, que tanta influência teria para as novas gerações e para o futuro do país.

Uma cultura de pós-graduação permite o espraiamento dos benefícios da pesquisa para além dos grupos e instituições que atuam com excelência. É toda a realidade nacional que se beneficia pouco a pouco. Os cortes rompem esse processo, eliminam a possibilidade de carreiras estáveis e produtivas no âmbito da pesquisa, além de promoverem a fuga de cérebros do nosso país. Quando não se valoriza a pesquisa, e, portanto, a ciência, não é apenas a condição de dependência ou de neocolonialidade de um país que está em jogo. A rigor, cria-se um ambiente propício ao domínio do não saber, ao orgulho da ignorância e, assim, a gestão da barbárie.

Em termos mais específicos, a condição singular do NPGA não o torna imune aos efeitos dos cortes. Historicamente, o NPGA foi capaz, simultaneamente, de afirmar o seu propósito de universidade pública e gerar recursos próprios. Tais recursos foram e são provenientes, sobretudo, da oferta de formação pós-graduada no âmbito do Mestrado Profissional em Administração (MPA), como resposta às demandas institucionais diversas, especialmente, de instituições públicas. Se tais recursos permitiram um incentivo valioso à pesquisa feita pelo Núcleo, intensificando a produtividade docente e discente, além de representar um suporte importante em termos de infraestrutura, especialmente em contextos de restrições do investimento público, eles estão longe de qualquer horizonte de autossuficiência. A geração de recursos próprios tem caráter complementar ao investimento público. É este último o responsável fundamental pela sustentabilidade do NPGA. Em termos de política de pós-graduação isso está muito claro no escopo de atuação do NPGA. Imaginar a geração de recursos próprios como uma estratégia progressiva de substituição de um modelo de financiamento é desconhecer profundamente a estrutura de funcionamento da pós-graduação pública no Brasil, além de não reconhecer seu propósito público e significado institucional essencial para a sociedade brasileira.

Se o NPGA inova ao consolidar um modelo de gestão capaz de gerar níveis mínimos de recursos próprios, ele o faz, acima de tudo, em nome da importância e valor fundamental da sua condição de universidade pública. Foi exatamente essa condição que produziu a elevação do nível de reputação institucional do nosso programa. E é precisamente essa reputação que explica a geração de recursos próprios, pois, diferentemente de um agente privado, o NPGA não oferta livremente serviços à sociedade. Mas, ao contrário, ele responde a demandas institucionais específicas de formação, sobretudo na modalidade de programas de cooperação interinstitucionais (PCIs).

Estes recursos complementares podem permitir algum apoio à participação em congressos e eventos científicos, alguma infraestrutura adicional ou, até mesmo, algumas revisões linguísticas de artigos. Mas jamais serão capazes de fornecer as condições necessárias à formação de mão de obra qualificada em administração, tão necessária ao Brasil como um todo e em especial à região Nordeste. O NPGA e a pós-graduação brasileira seguem precisando de apoio governamental real e suficiente para garantir as condições de pagamento de professores e técnicos, a manutenção de sua infraestrutura física e a concessão de bolsas de estudo, imprescindíveis para a permanência destes quadros em nosso país.

Referências

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1. 8. ed. Tradução: Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandíni Gehrhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHAUI, M. Universidade em ruínas. In: TRINDADE, H. (Org.). A universidade em ruínas na república dos professores 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 211-222.

DAVID, Paul A; FORAY, Dominique. Una Introducción a la economía y a la sociedad del saber. Revista Internacional de Ciencias Sociales, n. 171, Marzo, 2002.

DOURADO, L.F. Reorganização dos sistemas público e privado da educação superior. Linhas Críticas, v. 11, n. 20, jan-jun. 2005

FRANÇA FILHO. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando seu objeto. IN: SANTOS, Reginaldo Souza. A Administração Política como Campo do Conhecimento. São Paulo: HUCITEC, 2004. P. 119-143).

LEOPOLDO E SILVA, F. Universidade, cidade, cidadania. São Paulo: Hedra, 2014.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência. São Paulo: 34, 1997

MARQUES DE MELO, José; et al. Sociedade do conhecimento – Aportes latino-americanos. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005.

MONTUSCHI, Luisa. La economía basada en el conocimiento: Importancia del conocimiento tácito y del conocimiento codificado. CEMA Working Papers: Serie Documentos de Trabajo 204, Universidad del CEMA, 2001.

SVARTMAN, B. P.; CROCHÍK, J. L.; MASSOLA, G.M. A reestruturação produtiva universitária e suas consequências sobre a produção acadêmica. Psicologia USP, São Paulo, v.26, n.2, p.129-32, 2015.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 38(1):7-32, jan./fev. 2004.

SANTOS, Reginaldo Souza. A Administração Política como Campo do Conhecimento. São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Reginaldo Souza et al. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. Cad. EBAPE.BR, v. 14, nº 2, Artigo 10, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016

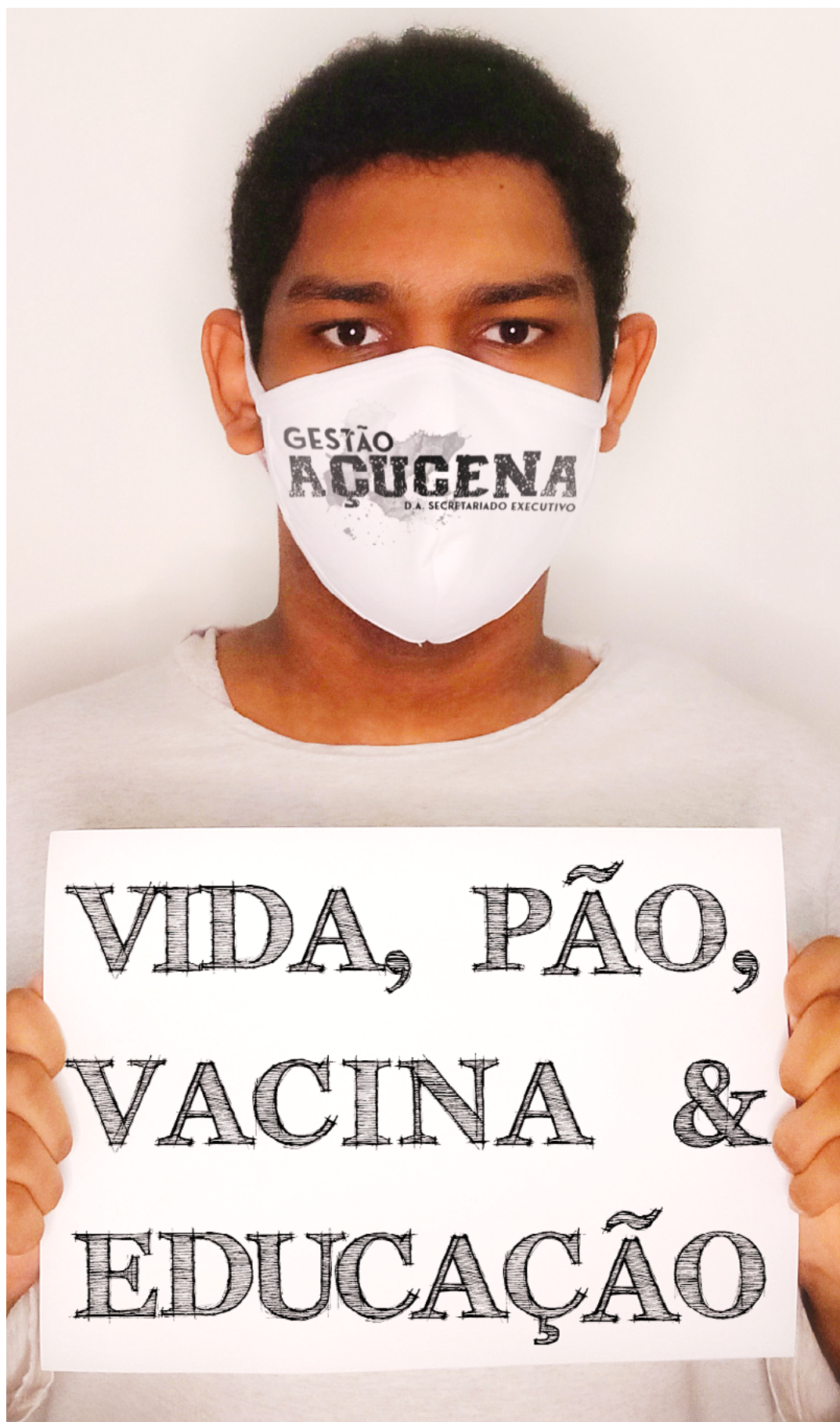
VELAZQUEZ, Nilsa. Características de una Economía del Conocimiento. Ponencia ante la Cámara de Representantes de Puerto Rico Sobre la Economía del Conocimiento. Agosto, 2006.

Xangô Centurião

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2014

*“Nos mistérios da criação, a luta pelo bem consumiu uma das faces do seu Oxé.
Que seu fogo e sua justiça transformem as pedras do nosso caminho em majestosa
morada. E que nela venham saudar o Rei”.*





Victor Azevedo do Amaral






Alana Ventura Moura



Isaac de Santana dos Santos

VIDA, PÃO, **VACINA &** **EDUCAÇÃO!**

EDUCAÇÃO  **CONTRA A BARBARIE**
 TODOS EM DEFESA DA CIÊNCIA E DA VIDA
 CONTRA O DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Óbitos e Votos: Um Estudo Didático com os Dados da COVID-19 no Brasil

Paulo Wenderson Teixeira Moraes
Claudiani Waiandt

Morrer ou viver pode ser decidido em um simples jogo de dados. Cada decisão que a pessoa toma é um lance decisivo na vida. Na democracia, o lance de dados decisivo é o voto para eleger um representante. Cada um faz suas apostas esperando colher um determinado resultado e faz suas estimativas e prognósticos. Nem sempre somos bons jogadores e por descuido ou falta de conhecimento, a população acaba escolhendo o número mais improvável para realizar o sonho do prêmio da loteria, que no caso é um presidente que através de sua liderança promova a vida e o desenvolvimento do país.

A ilusão com a qual o sujeito se agasalha fornece os argumentos para manter firme a teimosia numa determinada linha de jogo. O sociólogo Howard Becker (1960) fez a teoria dos side-bets com esse fenômeno. A pessoa, quando entra num curso de ação, investe recursos dos quais deseja algum retorno. Com o tempo, a tendência é que ela aumente suas apostas no rumo que tomou, tornando ainda mais difícil abandonar a decisão inicial, pois a sensação de prejuízo, diante de uma possível perda de tudo o que já foi investido, conduz a uma estratégia de recuperação que compromete, ainda mais, os recursos disponíveis. Quando a decisão se mostra recompensadora, o indivíduo segue tranquilo. Quando não, a teoria explica a bancarrota, na qual muitos investidores acabam entrando, pelo simples fato de não conseguirem mudar o rumo de suas ações, tendo em vista que já investiram muito tempo e dinheiro na esperança de alguma compensação. É o autoengano que produz esse comportamento irracional. O antídoto para isso é encarar a insuportável sensação de perda.

O ser humano parece ter sido programado para detestar qualquer tipo de prejuízo. É muito ruim perder e, ao tentar evitar um pequeno fracasso, na vã ilusão de recuperar o dinheiro perdido, o sujeito pode aumentar suas perdas. Muitos jogadores ficam presos nessa armadilha, tentando repetir a sensação da grande vitória conquistada no passado e aumentam as apostas num rumo fadado à frustração e ao fracasso.

Não há mais cartas na manga e os dados da eleição de 2018 aqui no Brasil já foram lançados. Está disponível para todos. A pergunta que se faz é qual foi a consequência desse resultado que se apresentou? Impactou em óbitos ou em vidas? É possível traçar alguma relação entre votos e óbitos? Como este cenário se relaciona com a educação e a ciência?

Buscando responder estas reflexões, o artigo busca analisar a correlação entre os votos do primeiro turno da eleição de 2018 e o número de mortes por COVID-19, obtidos em 16 de abril de 2021 através de registros populacionais registrados em larga escala na realidade brasileira, e discutir a relação com a ciência.



A ciência utiliza de probabilidade para se aproximar de algum fundamento para validar seus argumentos. Mas o ‘povo’ quer uma verdade absoluta, nem que seja uma comprada no supermercado mais próximo. A forma elegante do cientista se opor a isso sem dizer diretamente que alguém não tem razão em seus argumentos e ideias é falar que ele mesmo pode se enganar com os seus cálculos e teorias. Isso cria uma empatia e uma humildade de reconhecer que não se tem a verdade absoluta numa máquina de calcular. Com esse cuidado da prudência, é possível fazer prognósticos. Mesmo assim, algumas vezes a Estatística se surpreende com o surgimento do improvável. Para evitar um fracasso vergonhoso e a situação vexatória do revés, ela reconhece que pode errar, avisa antes invertendo a forma mais intuitiva de enunciar uma hipótese. Ao invés de dizer “é muito provável que o número de mortes está relacionado com a porcentagem de votos”, diz de forma mais comedida: “É improvável que o número de óbitos por cem mil habitantes nos Estados brasileiros e a respectiva porcentagem da votação em Bolsonaro sejam mero fruto do acaso”.

Na tabela 1, a seguir, é possível observar alguma tendência entre os Estados que mais deram votos ao presidente Bolsonaro e a incidência de mortes por cem mil habitantes.

Tabela 1 - Porcentagem de Votos em Jair Bolsonaro em Ordem Decrescente e Mortalidade por COVID-19 por Estado por 100 Mil Habitantes.		
ESTADO	% voto Jair Bolsonaro*	Mortalidade/100mil hab
RR	0,61	237
SC	0,61	174
AC	0,59	158
RO	0,59	267
MS	0,56	184
DF	0,55	236
RJ	0,54	236
GO	0,53	192
PR	0,53	177
MT	0,52	254
ES	0,50	214
RS	0,49	202
SP	0,48	190
MG	0,43	140
AM	0,41	298
TO	0,41	149
AP	0,39	172
PA	0,34	135
AL	0,31	118
PB	0,28	159
RN	0,28	144
PE	0,27	137
SE	0,24	170
MA	0,23	96
BA	0,21	115
CE	0,20	176
PI	0,17	143
Total	-	4872
Média	0,40	174
Desvio Padrão	0,14	49,47

* Percentual de votos dados a Jair Bolsonaro no 1º turno das eleições presidenciais de 2018, considerando a soma total dos votos. Fonte: TSE. ** Óbitos registrados até 16/04/2021, às 18:10h no site <https://covid.saude.gov.br/>.

Percebe-se que a maior incidência de mortes pela COVID-19 está no alto da Tabela 1. A média geral de óbitos por cem mil habitantes é de 174. Se dividir a tabela em duas, colocando na parte de cima apenas os Estados que tiveram porcentagem de votos no Presidente acima de quarenta por cento

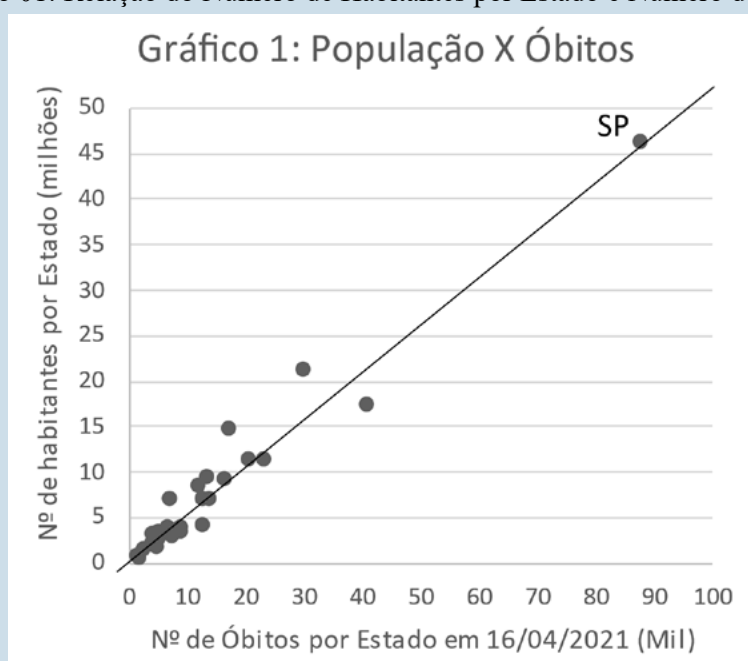
e na parte de baixo o restante dos Estados que tiveram votação inferior a esse percentual, a parte superior fica com média de 206,8, enquanto a parte de baixo tem média de 142,3. Mas essas diferenças são importantes? São significativas? Qual a intensidade dessa diferença?

Os estatísticos estabelecem critérios para responder a essas perguntas que não possuem uma solução definitiva, mas indicativa de que algo afetou o resultado dos dados, ou seja, que não se tratou de mera consequência do acaso.

Em termos de votos, a parte superior teria eleito o presidente ainda no primeiro turno com 52% dos votos. A parte inferior ofereceu modestos 27% dos votos. O que isso quer dizer? Que Deus está colocando seu messias em provação ao enviar uma praga que atinge com maior força o seu reduto eleitoral? Pelo lado racional, compreende-se que no reduto eleitoral se tem maior influência e o que é dito pelo líder tem um impacto decisivo, principalmente na imitação do comportamento de quem está no topo da hierarquia e é visto por todos. Assim, no início da pandemia, o vírus foi tratado com descrença e desconfiança. O próprio presidente não usa máscaras em diversas aparições públicas e chamou de “gripezinha” o que estava afetando os cidadãos. As falas imprudentes foram inumeráveis conforme CPI da Covid-19 instalada no Senado Federal, em 2020. Por exemplo, a frase “temos que lidar como ‘homens’ para vencer essa guerra [...]”. O presidente se coloca no lugar de fala do ‘Macho Alfa’, mas que na verdade, é uma posição irracional de negação do risco da pandemia. O negacionismo ganhou muitos adeptos no Brasil. Enfim, os dados indicam que as medidas preventivas foram ignoradas sistematicamente pelo governo federal, como evidenciou a CPI, além daqueles que estão mais sujeitos a continuar apostando no líder em quem votaram.

Voltemos para a ciência. Um procedimento estatístico para compreender esse problema é calcular o “r” de Pearson, que indica a intensidade da associação entre duas variáveis. Ou seja, para cada caso, quanto mais próximo de 1 está o “r”, mais forte é a correlação positiva, indicando que o valor alto para uma variável tende a ser acompanhado pelo valor alto também na segunda variável. Para dar um exemplo didático, se um Estado tem uma grande população, havendo correlação, seria de esperar um alto número de mortes. Graficamente, é possível observar se há uma correlação linear quando os dados se aproximam de uma reta, conforme Gráfico 1.

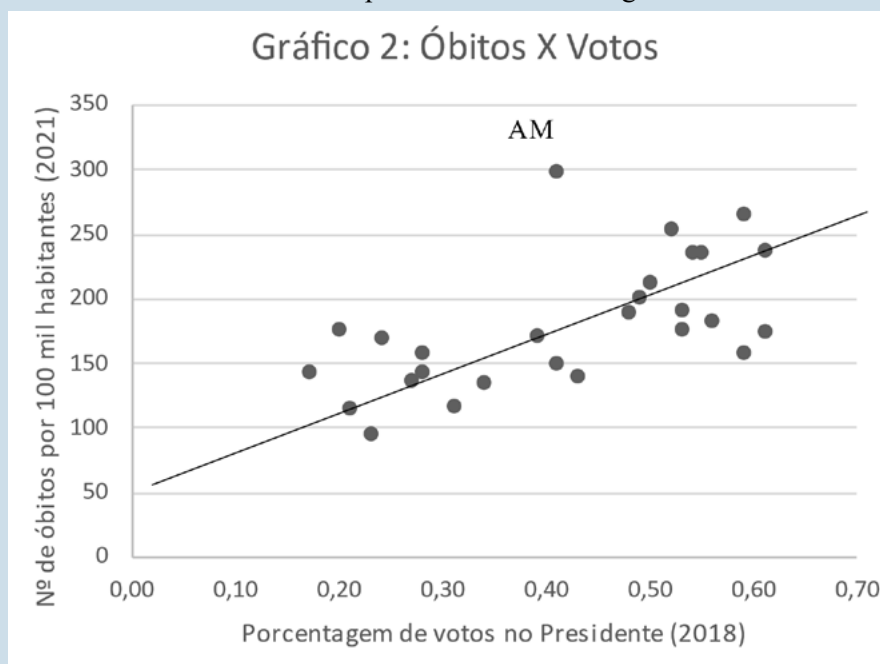
Gráfico 01: Relação do Número de Habitantes por Estado e Número de Óbitos



Fonte: Próprios autores.

No gráfico 1, está representada uma correlação quase perfeita com “r” de Pearson de 0,98 entre a população dos Estados e o número de mortes por COVID-19. Como esperado, o Estado mais populoso que é São Paulo (46.289.333 habitantes) é também aquele que tem mais mortes (87.326 mortes). No gráfico 2, encontra-se uma correlação mais moderada em relação à anterior: “r” de Pearson igual a 0,62.

Gráfico 02: Número de Habitantes por Estado e Porcentagens de Votos no Presidente



Conforme o Gráfico 2, os dados estão um pouco mais dispersos em relação à reta, que tem uma inclinação também menor. Um caso foge bastante da média esperada: é o Estado do Amazonas. Isso pode ser explicado pela forma como a pandemia foi gerenciada naquela região, gerando uma distorção na tendência observada nos outros Estados que se aproximam da reta. É possível contestar o fato de que a reta traçada força a barra para uma tendência que não existe, ou seja, a hipótese nula seria mais provável: não existiria nenhuma relação entre as variáveis em análise. Entretanto, em relação a fenômenos sociais, esta correlação é bastante significativa, tendo em vista que as causas das mortes são múltiplas e complexas. Dificilmente se encontra uma correlação acima de 0,6 entre duas variáveis, quando uma delas se constitui uma opinião ou um voto.

Se a transmissão do vírus seguisse um desenvolvimento padrão sem nenhuma intervenção sanitária, era de se esperar que ele se espalhasse de maneira uniforme pela população. Assim, nos Estados com maior população haveria, proporcionalmente, mais casos de adoecimentos juntamente com o maior número de mortes. Se a proporção de mortes por cem mil habitantes se revelou diferente dessa tendência esperada, provavelmente alguns fatores interferiram para influenciar nos resultados observados. Assim, onde houve maior compromisso com a utilização de máscaras, paralização das atividades para evitar a transmissão e maior conscientização das pessoas, provavelmente essas ações e atitudes impactaram na velocidade da transmissão do vírus e, consequentemente, no número de óbitos.

Um procedimento comum na Estatística para facilitar a compreensão desse resultado em termos de porcentagem é elevar ao quadrado o “r” obtido. Assim, 0,62 elevado ao quadrado é igual a 0,38. Isso pode ser traduzido da seguinte forma: cerca de quarenta por cento (38%) da variação do número de mortes por COVID-19 em abril de 2021 é explicada pela variação do percentual de votos no presidente

em 2018. Isso indica que uma das principais causas da variação dos óbitos é uma função direta da influência do Presidente eleito.

Por que negar a ciência? Por que negligenciar a educação superior pública? Quais são os interesses no desmantelamento da educação de qualidade?

É notório que as universidades públicas possuem os melhores cursos de graduação e pós-graduação do país, que sua contribuição, seja através do ensino, pesquisa ou extensão, tem promovido uma transformação social importante ao longo das décadas e em áreas ou populações que muitas vezes são negligenciadas pelas políticas públicas. A universidade tem papel ativo na formação do cidadão, pelo estímulo de uma ‘tomada de consciência’, do sentido de sua existência histórica, pessoal e social. Despertar no estudante a “prática consciente”, como diz Paulo Freire, possibilita ir mais longe e dizer que “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente” em uma sociedade justa, igualitária e revolucionária.

Num momento em que as forças de dominação, de degradação, de opressão e de alienação se consolidam nas estruturas econômicas, sociais e políticas, é necessário ‘apagar’ esta força pungente da universidade.

Nosso desafio como sociedade é lutar para manter a ‘chama’ acesa e trabalhar em prol de políticas públicas para a educação e o seu financiamento público. Num tabuleiro justo, não se pode voltar atrás e o que foi lançado está dado. Este é o momento em que as probabilidades se revelaram com suas consequências que lhes são peculiares. Em 2022, começamos uma nova rodada e podemos mudar o jogo. A pandemia vai passar, o novo normal se aproxima e o desejo é que saíamos desta roleta russa inconsciente.

Miguel Alado

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2019

“Guardião da minha cria. Meu escudo e minha espada. Nas asas, meu desejo do seu voar. No brilho, minha esperança do seu crescer. No aço imortal, a transividade eterna do nosso amar”.



Entre Desafios, Tristezas e Cortes: O Fazer Educação durante a Pandemia na Universidade Pública

André Luis Nascimento dos Santos
Maria Carolina de Souza

Quando decretada a calamidade pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus em março de 2020, as Universidades Públicas, respondendo aos reclames de manutenção da integridade física de suas comunidades, bem como, aos decretos governamentais estaduais e municipais, interromperam suas atividades presenciais, uma decisão extraordinária que ressignificou o fazer universitário na contemporaneidade. Em que pese a rotina presencial ter deixado de fazer parte momentaneamente da vida das comunidades acadêmicas das Universidades Públicas de um modo geral, a verdade é que provavelmente nunca se tenha trabalhado tanto em tempos de tanta escassez, incertezas e lutos. Desde decretada a peste contemporânea, inúmeros são os desafios apresentados e enfrentados pelo coletivo composto por professores, estudantes, técnicos e profissionais terceirizados.

Entre o choque da vida interrompida e a vã esperança de um retorno breve, um interlúdio de adaptações mobilizou toda a comunidade nesse momento dramático não só do Brasil, mas do mundo. Aos poucos, a comunidade acadêmica foi se apropriando das ferramentas remotas e esse se constituiu o primeiro passo para retornos lentos e graduais das pesquisas em curso, das atividades de gestão e dos planejamentos acadêmicos que, precisaram ser revistos, ressignificados e rearranjados para a nova realidade que se impunha.

Até retornarmos às atividades de ensino, podemos testemunhar uma série de esforços e investimentos pessoais e coletivos, por parte dos membros da comunidade acadêmica, para a transição do modelo de ensino eminentemente presencial rumo ao ensino remoto. Esse é um movimento que não para e que nos lança praticamente em paralelo, rumo ao planejamento para outra transição, qual seja, o ensino híbrido quando nos for possível realizar presencialidades, com número limitado de estudantes em sala de aula. Aqui estamos diante de um sem-número de esforços coletivos de criatividade e trabalho colaborativo, a fim de mitigar as consequências humanas que as atuais restrições impostas provocam na dinâmica da sala de aula e do ato de ensinar e aprender. Esse esforço é intenso, até porque não é de hoje que sabemos o quanto é trabalhoso planejar, produzir e acompanhar processos de ensino-aprendizagem em situações de não presencialidade.

A não presencialidade oferece ao docente a oportunidade de investir em ações assíncronas de aprendizagem, as quais além de provocar ganhos pedagógicos já reconhecidos, possibilitam a flexibilização seja de aspectos temporais (a exemplo da duração das aulas e o seu horário de acontecimento), seja de aspectos espaciais, haja vista que não exige deslocamentos físico de



alunos e professores. Todavia, essa desocupação do espaço físico público, para além de minar as dinâmicas historicamente consolidadas das aulas presenciais, mina, também, outros espaços relevantes da esfera pública universitária, à exemplo dos corredores, refeitórios, auditórios e terraços. Ademais, a mobilização do ensino-aprendizagem fora da lógica do presencial impõe uma série de outras restrições, demandando reflexões, modificações, atualizações e muita criatividade para assegurar a qualidade, sobretudo em contextos de baixíssimos investimentos financeiros na educação.

O isolamento social no ambiente acadêmico reduz a influência de estímulos importantes para a intensificação das interações e da aprendizagem coletiva, tais como as expressões corporais, o contato físico e o calor humano no cotidiano da sala de aula. Ao longo do curso dessa pandemia, observa-se que esse isolamento impacta no aumento das taxas de evasão, pois muitos estudantes enfrentam dificuldades para acompanhar as aulas. Nesse contexto, dificuldades de adaptação, estresses e depressões são sinais nítidos desse momento difícil em que a validação das aprendizagens sofre sérios riscos de efetividade, prejudicando sobremaneira o próprio processo de produção do conhecimento.

Não poder estar fisicamente nas unidades de ensino, dificulta, sim, a construção e manutenção das relações sociais, tão importantes para o exercício do compartilhamento, da colaboração e mobilização do acolhimento e da afetividade tão caras à educação. Para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por sua vez, a impossibilidade de frequentar o campus significa, por exemplo, não poder se alimentar nos restaurantes universitários, impedimento de visita e estadia nas bibliotecas para os horários de estudos, bem como, a ausência de acesso aos laboratórios de informática. Essas restrições impactam direta ou indiretamente no processo de aprendizagem e, muitas vezes, justificam a não aderência desses estudantes ao formato remoto.

Em paralelo a esse contexto de desafios, um mar de tristezas nos atravessa nesse momento que parece não ter fim. A pandemia, tal como se nos apresenta, é uma série de notícias ruins misturadas com eventos também ruins. Desde as primeiras notícias de brasileiros infectados juntamente com os noticiários internacionais de colapso dos sistemas de saúde da Europa, até o Brasil totalmente pandêmico dos meados de 2020 e da atualidade de 2021, a triste constatação de que nos tornamos um dos epicentros da COVID 19 e suas variantes no mundo.

Essa não é uma constatação meramente retórica, ela nos alcança dia após dia, não mais apenas nos noticiários aparentemente distantes, mas nos nossos cotidianos. As cidades pandêmicas são uma realidade que impactam as comunidades acadêmicas sobremaneira. Tal como num filme de horror, a lista recorrente de pessoas mortas pelo COVID 19 transforma as realidades institucionais das universidades em um grande obituário que já ceifou a vida de muitos professores, estudantes, técnicos, terceirizados, isso, sem falar nas pessoas dos afetos dos membros das comunidades acadêmicas.

E como o ensino remoto instaurado não pode parar, a verdade é que os lutos, os dramas e os traumas ocasionados pela COVID são cada vez mais solitários e arrastam as comunidades acadêmicas ao torpor de uma realidade cinzenta em que ausência de vacinas para todos vai tirando-nos a esperança e ampliando os nossos cansaços. Esse é o cenário repleto de adoecimentos mentais de docentes, de discentes, de técnicos administrativos e profissionais terceirizados.

Muitos professores reclamam da carga horária remota que cansa e exaure mais do que nos regimes presenciais, tanto no que concerne ao planejamento das aulas, como a sua execução. Reclamam do sem-número de reuniões que invadem os horários de descanso, de lazer e atividades do lar, tais como, o preparo das refeições, a limpeza da casa e o acompanhamento dos filhos nas atividades de escola também remotas. Quando a sala de estar de casa que se transmuta no espaço de trabalho, se instaura uma realidade que expõe as intimidades e que obriga o profissional da docência a controlar todas as variáveis para uma boa aparição nas telas, algo que passa pela composição de cenários, a manutenção do silêncio, a velocidade da internet e o imperativo de se manter a boa aparência estética.

Os alunos por sua vez, são concordes de que o grande número de atividades impostas nesse período crítico, por mais que signifique o compromisso e a dedicação docente para com os conteúdos de seus componentes, significa também alguma ausência de empatia que não considera as diversas limitações dos estudantes já relatadas acima, tais como, ausências de ambiente e equipamentos propícios para estudo dentro de casa, assim como, a invasão de domicílio e de horas que poderiam ser usadas mais e melhor em atividades de autoestudo e autocuidado nesse momento de tantas perplexidades e medos.

Não sem razão, em 2020, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020b) publicou um conjunto de recomendações com vistas a reorganização do sistema educacional, enquanto estivermos sujeitos a esse cenário pandêmico. A Organização sinaliza ser importante que as instituições de ensino redefinam seus objetivos curriculares, a fim de se identificar quais assuntos/temas são prioritários para serem estudados durante o distanciamento social; esforço para deixar claro o papel do docente como mediador da aprendizagem; disponibilidade de suporte e apoio importantes para estudantes vulneráveis, assim como implementação de planos educacionais alternativos, e; desenvolvimento de sistema de comunicação diversificado.

Nesse mesmo sentido, a UNESCO (2020), divulgou dados a respeito dos impactos da pandemia na educação mundial, demonstrando que a crise sanitária causada pelo COVID 19 provocou uma verdadeira crise nos sistemas educacionais espalhados pelo mundo. Na Reunião Global de Educação, a UNESCO, com base na análise dos dados coletados durante o período, destacou a importância de os governos protegerem os orçamentos educacionais, a fim de minimizar os danos provenientes da crise e dedicar esforços para que a abertura das instituições de ensino ocorra de forma segura e inclusiva. Para isso, atenta para a necessidade da efetivação da campanha de vacinação pública e acessível para todos.

Em que pese o ensino remoto se constituir em uma realidade imposta pelo momento em favor da salvaguarda de todas as vidas envolvidas, a verdade é que dada a realidade nacional, isso não significa mais estarmos plenamente a salvo por nos mantermos em casa. Por não vivenciarmos uma pandemia com medidas restritivas de modo coordenado nacionalmente, a verdade é que o Brasil se tornou um grande cultivador de cepas com altos índices de infecção, ao que estamos todos sob o risco de contaminação. Nesse sentido, tal como as circunstâncias do contexto nacional nos impõe, o ensino remoto é arte do possível conjugada com as impossibilidades e permanências de cada um dos atores que compõem a gestão desse complexo círculo em que permeiam o ensino, a aprendizagem, bem como, a pesquisa, a extensão e a gestão das IES.

E como “para além da queda, o coice”... Acompanhado esse cenário dramático de desafios e tristezas, as notícias de cortes no financiamento das Universidades Públicas soa como verdadeiro ato de escárnio governamental quanto ao papel que jogam as Universidades nos processos de formação de quadros nacionais para as ciências. Em tempos de uma crise sanitária sem precedentes em que tanto se espera o apoio das ciências para atravessarmos esse longo túnel de incertezas, é sintomático que as Universidades sofram esse tipo de ataque tão cruel, capaz, inclusive de inviabilizar o funcionamento das Universidades Públicas brasileiras, sobretudo no que se refere ao seu custeio e manutenção da assistência estudantil.

O mundo da sociedade pós pandêmica é uma incógnita a qual muito precisaremos de todos os campos do conhecimento científico concentrado nas Universidades. Para além dos conhecimentos médicos, a calamidade que mudou o mundo contemporâneo deixará as suas marcas por gerações e a Universidade Pública precisará estar preparada para a avalanche de pesquisas e práticas extensionistas que precisarão ser geradas para dar conta dessas lacunas deixadas pela pandemia.

Por outra via, promover a aprendizagem a partir de práticas não presenciais de ensino nesse momento regido ainda pela pandemia exige dos docentes o desenvolvimento de inúmeras habilidades e competências relacionadas ao exercício da docência e da sociabilidade online. Seja para o ensino remoto ou híbrido, planejar, produzir conteúdos didáticos e realizar a gestão das aprendizagens, acompanhando e avaliando processualmente os estudantes, demanda dos professores a participação de cursos de formação. Por sua vez, para que isso ocorra a Universidade precisa de docentes aptos a realizar essas atividades, recurso financeiro para desenvolver essas ações, assim como infraestrutura tecnológica adequada e suporte técnico, já que esses cursos, por enquanto, também ocorrem remotamente.

Essa é uma lógica de necessidade que combina muito mais com a noção de investimentos em diversos campos tais como, recursos humanos, recursos tecnológicos, recursos informacionais do que necessariamente com a tendência de cortes. Isso significa que, para evitar a descontinuidade das atividades de ensino não basta termos docentes e professores implicados, mas investimento em infraestrutura e constituição de equipes de apoio que se dediquem, principalmente, à condução das atividades secretariais, suporte técnico e comunicação, pois a modalidade de educação atual nos impõe outras dinâmicas da gestão acadêmica de ensino.

Pensar sobre o fazer a educação nas Universidades Públicas durante a pandemia e a pós pandemia é sem dúvidas um exercício complexo de se descortinar uma longa teia de reflexões substantivas sobre os papéis e os lugares que ocupam (e que deveriam ocupar) estas instituições na vida da sociedade brasileira. A tríade desafios, tristezas e cortes é só mais um caminho, uma lente de aumento para percebermos os diversos ângulos de fotografias momentâneas e circunstanciais que se nos apresentam na contemporaneidade brasileira. Se os governos continuarem a conceber o caminho da educação como custos passíveis de cortes e não como investimentos que precisam ser mantidos e reinvestidos, continuaremos a perpetuar os ciclos de estagnação e dependência, algo que termina por condenar o presente e o futuro das gerações de hoje e do amanhã.

Rafael para João

Adriano Leal Bruni, Itaigara, julho de 2020

“A concepção da cura e da misericórdia. A proteção e o caminho para o divino, a transição entre o corpo e o espírito. Nas entranhas do fel, as chaves dos olhos. Nos encantos da criação, abraçados e vivos nos mistérios azuis do mar”.



Para Além de Cortes Orçamentários: Cortes de Sonhos

Grace Kelly Marques Rodrigues
Florianio Barboza Silva

Historicamente, as universidades públicas estão presentes na sociedade mais do que como formadoras de profissionais e intelectuais, mas também como agentes de inserção social, de aproximação de jovens e adultos - no sentido de pertencimento - à sociedade da qual fazem parte, mas, muitas vezes, sem qualquer reconhecimento que verdadeiramente os dignifiquem. É quando o status de aluno lhes confere mais sentido e importância do que tinham até então perante os seus, família, círculo de amigos e demais conviventes. Ser parte de uma comunidade universitária, ainda que sem qualquer outro benefício imediato, é o reconhecimento de existência em sociedades que inviabilizam o ser que não produz economicamente ou ao menos, não se prepara para este fim. De alguma forma, é um meio de identificação e afirmação social.

Dessa inserção decorrem participações em atividades acadêmicas como estágios, grupos de pesquisa e extensão, que unem aprendizado em sala de aula a vivências em campo (na comunidade, em organizações públicas, privadas e da sociedade civil), possibilitando, também, o acesso a auxílios importantes como bolsas de pesquisa e recursos específicos para assistência estudantil, muitas vezes determinantes para a permanência de alunos na universidade. Aliás, grande parte do alunado UFBA encontra-se em situação socioeconômica vulnerável (UFBA, 2018) - alunos que têm a dura tarefa de decidir entre trabalhar ou estudar ou, ainda, assumir ambas as responsabilidades com desempenho aceitável. Nesse sentido, pode-se dizer que a universidade, para além da formação educacional, ou seja, simboliza a perspectiva de futuro realizável e próspero.

A dinâmica da vida universitária proporciona o encontro, o debate, o contato com a experiência e a descoberta científica, bem como a construção coletiva de conhecimento. A universidade é também o espaço para a livre manifestação de pensamento, de ideias, de compreensão da realidade e de soluções para muitas questões de ordem prática e teórica.

No, entanto, o contexto de crise que atinge as universidades e institutos federais no Brasil, notadamente após publicação da emenda do “teto de gastos” (nº 95/2016), tem ameaçado a continuidade do cumprimento de sua função social primordial - a educação. Com cortes orçamentários sucessivos, até as atividades operacionais básicas têm sido reduzidas ao mínimo custo possível para evitar a suspensão completa de serviços como segurança, limpeza e manutenção predial, de equipamentos, entre outros.

Tal situação se agravou substancialmente diante do imponderável: a pandemia provocada pelo vírus Covid-19 que afetou o mundo e o Brasil, mais claramente, a partir de março de 2020, e cujos efeitos até o presente momento



se mostram dramáticos, com consequências irreparáveis - em termos de vidas humanas perdidas – ultrapassando a marca de 530 mil vítimas fatais, de acordo com números oficiais da pandemia (BRASIL, 2021) e acarretando danos de ordem econômica e social, como a perda de empregos, falências de empresas de todos os portes e a suspensão de atividades diversas, como as de ensino em todas as faixas etárias, em instituições públicas e privadas.

Ocorre que, nas escolas e universidades públicas, a situação de crise é aprofundada, uma vez que os recursos materiais que já eram escassos, praticamente se extinguíram. Some-se a isso a ausência de contato humano, de aulas e atividades acadêmicas presenciais, do distanciamento e afrouxamento de vínculos, projetos, e sonhos - sim, mais do que projetos de estudo, de pesquisa, os projetos pessoais de quem sonha e faz uma série de planos com a conquista de um diploma de graduação no ensino superior.

Tal cenário se insere em uma crise muito mais complexa - de dimensão política e ideológica com desdobramentos em comportamentos sociais, que afetam, muito possivelmente, o bem-estar psicológico de quem chega ao ponto de questionar, inclusive, a validade de postulados científicos seculares sem base racional ou qualquer evidência que os contradigam. E é da ciência, sobretudo, que a universidade se ocupa. É este seu mote diário e sua busca incessante – a produção e disseminação de conhecimento científico. É a atividade cotidiana de docentes, dentre os quais, pesquisadores ativos e amplamente reconhecidos. É com esse tipo de polêmica inócua que professores se deparam em sala de aula quando, além de lidar com a falta condições físicas básicas, como internet, climatização, quando não, água e energia elétrica, ainda têm que reverter a desinformação e o negacionismo em diversas áreas do conhecimento.

Quando instituições de ensino não são apoiadas e, mais do que isso, são desqualificadas e atacadas, seja por discursos pejorativos e enganosos para fins de manipulação da opinião pública, ou por ações concretas como cortes orçamentários, decretos, portarias que a amarrem e a impeçam de exercer suas atividades em mínimas condições de funcionamento, quem mais perde ao final e ao cabo é a própria sociedade. Compromete-se a formação e os sonhos de uma geração de jovens e adultos, muitos que mal adentraram à universidade, outros que estão a ponto de concluir uma graduação e tantos mais sem saber se, de fato, existem condições concretas de conclusão do curso. Isso, sem mencionar a eventual falta de apoio familiar e do círculo de convivência dada a falta de informação e de recursos que minimamente garantam a esse aluno dedicar tempo e recursos materiais para o estudo. E, em se tratando de alunos da UFBA, considere-se, em grande parte, estejam desprovidos de outra alternativa à formação superior, senão pela universidade pública.

Diante de tantos revezes, a UFBA, como também outras universidades federais brasileiras sobrevivem, enfraquecidas, porém, resistentes. Mas até quando? Como a sociedade pode se mobilizar para garantir que os sonhos não sejam efetivamente interrompidos?

É importante que se reforce: o acesso e as condições de permanência não se tratam de bem-estar ou privilégio, mas de direito fundamental (Constituição Federal, art. 205). E é ao cumprimento desse princípio que a universidade se propõe, atualmente, extremamente desassistida. Portanto, é urgente a união de forças da sociedade que prezem pelo cumprimento do direito à educação, em manifestações mais claras de apoio à autonomia, à plena atividade das universidades, e de resistência a projetos que visem o desgaste e o dismantelamento estrutural das instituições públicas de ensino no país. Sem educação não há futuro digno.

Referências

BRASIL - MINISTÉRIO DA SAÚDE. COVID – 19. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>
UFBA. Perfil socioeconômico aluno UFBA, 2018. Disponível em <https://ufba.br/ufba_em_pauta/mais-negra-e-inclusiva-ufba-precisa-de-mais-verba-para-assistencia-estudantil>.

Ícaro do Pentadente

Adriano Leal Bruni, Itaigara, agosto de 2015

“Nos encantos do filho de Dédalo, o desejo e a razão. Sobre as costas, a ascensão ao Divino, os passaportes para o infinito. Na mão esquerda, o mistério do centro e da harmonia. Deus manifestado no Ser: Bondade, justiça, amor, sabedoria e verdade. Na mão direita, a lembrança umbilical: somos vida, realidade e sonhos”.



Assistência Estudantil Afirmativa: Compromisso da Universidade Pública com a Sociedade que Almejamos

Ana Cristina Muniz Décia
Cláudia Isabele dos Santos Pinho Rocha

A ideia de que precisamos nos engajar ativamente nos processos de questionamento e mudança da realidade com vistas ao enfrentamento das iniquidades sociais está no centro dos debates políticos, sociais e técnicos sobre o fomento e suporte à produção de bem-estar social na contemporaneidade. Neste sentido, as ações afirmativas na educação superior se configuram como um conjunto de mecanismos que nos permitem, enquanto Estado, sociedade e/ou instituições, manter sob vigilância eixos estruturais de opressão e envidar esforços e investimentos sistemáticos para enfrentamento e mitigação desses efeitos. Em última análise, nos permitem cumprir responsabilidades com grupos historicamente excluídos das oportunidades de formação e acesso ao mundo do trabalho, e constituir patamares civilizatórios e outras sociabilidades afins aos direitos humanos e ao desenvolvimento econômico sustentável, conjugando democracia com equidade sociorracial.

Como fundante na produção de conhecimento científico, técnico, artístico e cultural da sociedade, a universidade pública é espaço estratégico de produção de ideias, debates e respostas aos desafios da sociedade brasileira. E a Universidade é convocada a construir seus próprios mecanismos para alcance da diversidade populacional da sua comunidade interna. No âmbito deste desafio é que a Assistência Estudantil passa por complexificação, compelindo as Universidades a ultrapassar modelos de assistência pontuais, centrados em noções de ajuda e exceção para modelos de política pública que assegurem a permanência estudantil material e simbólica como parte das responsabilidades do Estado e suas instituições.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no âmbito da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), esse processo de complexificação é visibilizado por pelos menos quatro produtos que refletem a reorganização da estrutura socioassistencial: a reescrita e a regulamentação da Política de Assistência Estudantil (2016); a proposição da Política de Ações Afirmativas (2016) e o avanço na cobertura assistencial e, conseqüentemente do potencial assistencial, que se refere à capacidade da política produzir suporte e impactos em prol da permanência estudantil qualificada.

A proposição desse marco regulatório, aguardando aprovação, caracteriza o modelo de política pública que sinaliza para a comunidade os compromissos assumidos como marcas distintivas das políticas da UFBA, principalmente por convergir dimensões materiais e simbólicas de atuação. A localização da Assistência Estudantil como uma ação afirmativa inclui a noção de responsabilidade compartilhada com unidades acadêmicas, que podem



e devem desenvolver mecanismos de assistência estudantil consoantes com as especificidades dos cursos ofertados, bem como prover a orientação acadêmica prevista no REGPG (2015), no sentido de produção de um ambiente formativo propício à permanência exitosa e perspectivas promissoras de pós-permanência.

Apesar da grave defasagem da dotação orçamentária para assistência estudantil, em lógica inversa ao aumento da comunidade de estudantes e desmonte/desqualificação das estratégias de assistência estudantil (a exemplo da restrição de público da Bolsa Permanência do Governo Federal em 2016), a UFBA permaneceu investindo em aperfeiçoamento da gestão de recursos para o avanço na cobertura assistencial. No ano de 2015 havia 6.819 benefícios ativos; em 2019, esse número chegou a 9.987. Durante a pandemia de Covid-19, dois novos benefícios foram implantados - um mediante convênio com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para distribuição de chips para acesso à internet e outro próprio para aquisição e/ou melhoria de equipamentos para cursar o semestre letivo suplementar (SLS) -, somando-se a outras medidas pecuniárias e de orientação e educação para aumentar o suporte à comunidade estudantil.

Fazem parte também do avanço e qualificação do suporte socioassistencial da PROAE, a criação do Núcleo de Assistência à Saúde Integral do Estudante (NASIE) em outubro de 2014 e do Programa de Bolsas de Pesquisa e Extensão SANKOFA. O NASIE é um núcleo de atendimento especializado em gestão em saúde do/a estudante que atua com acompanhamento, referência e contrarreferência em ações de promoção de saúde, prevenção, escuta e acompanhamento, responsável ainda pela gestão de auxílios eventuais de saúde.

O SANKOFA é uma estratégia que, à exemplo do já existente Programa Permanecer, combina democratização de acesso a modalidades de extensão, pesquisa, iniciação ao ensino e a aprendizagens profissionais, mediante projetos e oferta de bolsas para qualificação curricular de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com estímulo à produção de conhecimento, saberes e intervenções nas áreas da assistência estudantil, ações afirmativas, direitos humanos e justiça.

Não menos relevante, em 2019, é a implantação do processo de heteroidentificação para aferição da autodeclaração de pessoa negra, assegurando o direito para quem o tem e coibindo as fraudes em um esforço conjunto entre PROAE e Pró-reitora de Graduação (PROGRAD), que reflete o afinamento do diálogo intersetorial na UFBA, tendo impactos concretos principalmente nos mecanismos de ações afirmativas no acesso à graduação e pós-graduação. Ainda neste sentido, a proposição de editais de benefícios com reservas de vagas e o aperfeiçoamento da coleta e processamento de dados sobre pessoas trans, travestis, imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, fortaleceram as condições de permanência para os grupos sociais atendidos por ações afirmativas na nossa Universidade.

Em razão do contexto da pandemia de COVID-19, de recrudescimento de insegurança e pauperização, a partir de 2020 a PROAE precisou reinventar processos administrativos para atuar remotamente e, mais uma vez, produzir avanços assistenciais, em especial no campo da inclusão digital. Além de benefícios pecuniários, materiais de educação e orientação biopsicossocial, presença em redes sociais e elaboração de notas técnicas, foi implantado, em consonância com as determinações do Comitê de Assessoramento do Coronavírus, o Projeto TENDAS VIRTUAIS para viabilizar o acesso seguro e exclusivo de estudantes a computador em unidades da universidade, no sentido de diversificar a oferta de suporte à inclusão digital, utilizando recursos já disponíveis.

Há ainda muitos desafios a serem desbravados e, notadamente, todos eles se relacionam com as condições de financiamento da assistência estudantil, que é parte fundamental de como equacionamos historicamente a cultura institucional de oferta de benefícios, serviços especializados (a exemplo de Creche, Serviço de Residência Universitária, Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades

Educacionais Especiais) e estratégias longitudinais de assistência e acompanhamento, ao invés da bolsificação da assistência estudantil.

No que diz respeito às dez áreas da assistência estudantil para a graduação estabelecidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010), contempladas no Decreto nº 7.234, os desafios são: a defesa do eixo prioritário (áreas I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde); o aperfeiçoamento das estratégias de mapeamento e suporte à inclusão digital (área V); a consolidação, diversificação e transversalização das ações de apoio pedagógico (área IX); a manutenção e fortalecimento dos serviços especializados de suporte à parentalidade e necessidades educacionais especiais (áreas VIII - creche e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação).

Entre os desafios correspondentes à materialização das finalidades dessa Política, temos a estruturação e consolidação do suporte assistencial a estudantes de pós-graduação e das ferramentas de vigilância socioassistencial. No campo da gestão, a implementação de sistema para gestão de informações e seleções e adequação ao plano de Dados Abertos da UFBA.

Diante da diversificação do tecido social da Universidade, também somos desafiadas a aprender com quem somos agora: utilizando a expertise institucional adquirida no contato com demandas e necessidades para desenvolver novas estratégias e formas de diálogo, seja na escuta de indígenas, quilombolas, trans e travestis para visibilizar e alcançar outros grupos socialmente marginalizados; seja na escuta de estudantes imigrantes, refugiados ou do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que recepciona estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento - para aperfeiçoar o suporte a esse grupo de estudantes, qualificar o intercâmbio cultural e fortalecer o processo de internacionalização.

Que os aprendizados sistematizados sejam mobilizadores de novas conquistas na direção de uma universidade pública, de qualidade referenciada e inclusiva, que inspire caminhos para uma sociedade rica em sua diversidade e capacidade de abraçar desafios e sonhos como metas possíveis.

Referências

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 18/06/2021.

DÉCIA, Ana Cristina Muniz. Programa de ações afirmativas na UFBA à luz da visibilidade midiática no ambiente virtual: entre ações institucionais e percepções dos sujeitos (estudo de caso do curso de odontologia), UFBA, 2013. (Tese de Doutorado). Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12962>>. Acesso em 20/06/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Regulamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação. Salvador, 2015. Disponível em <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolucao_n_012015_REGPG_atualizado_01-04-2015%29.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Medidas Preventivas COVID-19. [Comunicado Nº 06/2020]. Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Salvador, 18 de março de 2020. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/comunicado_06_2020.pdf>. Acesso em 19/06/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Nota Técnica: Condições de oferta do Programa de moradia nas Residências Universitárias em circunstâncias da pandemia COVID-19. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Salvador, 18 de março de 2020. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/Nota_Tecnica_Condicoes_de_oferta_do_Programa_de_moradia_nas_Residencias_Universitarias_em_circunstancias_da_pandemia_COVID-19.pdf>.

br/files/comunicado_06_2020.pdf>. Acesso em 18/06/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Chamada para Semestre Letivo Suplementar nº 01/2020 Auxílio Emergencial para Permanência destinado exclusivamente aos inscritos nos editais nº 02 e 05/2020. [Benefícios da Assistência Estudantil]. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/comunicado_06_2020.pdf>. Acesso em 19/06/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Chamada para Semestre Letivo Suplementar nº 02/2020 Auxílio Emergencial para Permanência destinado exclusivamente aos inscritos no edital nº 06/2020 - Camaçari. [Benefícios da Assistência Estudantil]. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/comunicado_06_2020.pdf>. Acesso em 19/06/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. EDITAL Nº 05/2021.1 INSCRIÇÃO E SELEÇÃO PARA ACESSO AOS BENEFÍCIOS DA PROAE NO SEMESTRE REGULAR E ESPECIAL PARA CAMAÇARI/SALVADOR/VITÓRIA DA CONQUISTA. [Benefícios da Assistência Estudantil]. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Salvador, 22 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_2021_1-22_02_2021_com_2_anexos.pdf>. Acesso em 19/06/2021.

Oxum Iluminada

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2014

“No seu brilho, o ouro e a luz. Os caminhos das águas doce. O mar como destino. Nos meus mistérios, os anseios no ventre que me fez eterno”



A Vulnerabilidade Social-Econômica-Acadêmica dos Discentes da Universidade Federal da Bahia & A Lei Orçamentária Anual (LOA)

Bárbara Maria Dultra Pereira
Mônica da Mota Ferreira

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana. - Carl Jung

Este texto é um convite para refletir sobre a vulnerabilidade social-econômica-acadêmica dos discentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em face dos cortes orçamentários através da Lei Orçamentária Anual (LOA), aprovada pelo Congresso Nacional, no que se refere a educação pública superior.

A diminuição dos valores destinados a educação superior, compromete substancialmente todas as áreas das Instituições Federais de Ensino Superior (IES), obrigando seus gestores a readequar o uso de energia elétrica, água, manutenção dos prédios, segurança, limpeza, a rever o investimento em ensino-pesquisa-extensão e os benefícios destinados aos discentes, através da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAE).

Outros fatores que aumentam a vulnerabilidade dos discentes são pandemia e o índice de desemprego no Estado da Bahia, com reflexos diretos nas oportunidades de estágio, pois, a bolsa que o estudante recebe, para muitos, é direcionada ao sustento dos seus familiares. Embora a principal razão do estágio, dentre outras possibilidades, seja promover o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais.

Portanto, cuidar para que os discentes tenham condições de permanência e diplomação é de extrema importância.

Cuidar deles é condição sine qua non.

E para compreender o que seja cuidar, faz-se necessário conhecer as diversas acepções. A palavra vem de *Sorge* em alemão, usada por Heidegger em sua obra *Ser e Tempo* e traduzida em português por cuidado ou preocupação. A partir da tradução em espanhol por Gaos, usa-se como “cura”. Na derivação latina passou a ser traduzida também por “solicitude”, “atenção especial” “cautela”, “desvelo”, “preocupação” (CAPALDO, 2001 p. 39).

Segundo Boff (2013) “[...] O cuidado é mais que um ato; é uma atitude [...] (p. 37). “Representa uma atitude de **ocupação, preocupação, responsabilidade** e de **envolvimento afetivo com o outro**; está na origem da existência humana, é um a priori ontológico [...]” (p. 117, grifo nosso). Essas condutas relacionadas, deveriam fazer parte do ‘cardápio’ dos gestores públicos, responsáveis pela educação neste país. Se ocupar com as questões educacionais e com os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é dever do Estado.

No âmbito da UFBA, a responsabilidade que a PROAE tem para com os



seus discentes em vulnerabilidade, reflete nas atitudes de (pre)ocupação com eles, no envolvimento com as questões sociais plurais e a missão da Instituição.

Vulnerabilidade Social-Econômica-Acadêmica dos Discentes da UFBA

Aquele que escolhe atuar como gestor(a) público(a) deve empreender com humanização nas instituições/órgãos, cuidar do bem maior que é sociedade e ter como bússola a Constituição.

No campo educacional, a Constituição Federal de 1988, no Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I - Da Educação, no Art. 205 – afiança: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação pública e gratuita deve ser assegurada a todos os cidadãos, haja vista os impostos arrecadados, serem destinados também para sua manutenção.

Neste mesmo Capítulo, no Art. 206, itens IV- “Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e VII - “Garantia de padrão de qualidade”, não deixa dúvidas que o mantenedor, o Estado Brasileiro, tem o dever de não colocar empecilhos, no que se refere a gratuidade e qualidade das atividades.

A educação é um dos principais instrumentos que oportuniza igualdade a todos os cidadãos. Sem ela, os menos favorecidos continuarão a margem da sociedade, aumentando a exclusão social, portanto, a não redução dos recursos destinados às atividades que englobam o ensino-pesquisa-extensão, permitirão aos estudantes em condições de vulnerabilidade social, assegurar a sua permanência nas IES, e conseqüentemente o seu desenvolvimento.

No entanto, os cortes já estabelecidos no orçamento tendem a aumentar a vulnerabilidade, o que significa a ausência de cuidado para com a sociedade brasileira, e o descaso com um dos pilares do desenvolvimento humano, a Educação.

Reforçando o descaso na área educacional há mais um agravante, a aprovação da Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 (EC), no Art. 106 onde “Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros”, avultando ainda mais a crise financeira nas IES, sendo o Ministério da Educação um dos mais atingidos.

Na Universidade Federal da Bahia, a situação não é diferente das demais IES, haja vista, o Comunicado 10/2021 da PROAE, cuja previsão de corte no orçamento discricionário da UFBA para o ano de 2021, poderá ultrapassar os R\$ 26,8 milhões, sendo R\$ 6,5 milhões correspondem à rubrica Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Como consequência, as seguintes ações foram adotadas pela PROAE, para amenizar as necessidades dos discentes:

1. Manutenção da assistência apenas para inscritos em componentes curriculares no semestre letivo 2021.2, exceto trancamento previsto no REGPG por motivo de saúde;
2. O valor das bolsas acadêmicas⁵ relativas aos Projetos Especiais, PAPAD, PBA, passará a ser de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com vigência a partir de abril/2021;
3. O valor das bolsas acadêmicas relativo aos Projetos Sankofa e Permanecer⁶, edição 2019, no

⁵ Antes R\$ 400,00

⁶ Idem R\$ 400,00

- último mês de vigência (abril/2021), será de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais);
4. O valor das bolsas acadêmicas relativas aos Projetos Sankofa e Permanecer, edição 2021, Editais 02/2021 e 03/2021, será de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com vigência a partir de junho de 2021 (ver retificação dos Editais 02/2021 e 03/2021 no site da PROAE <https://proae.ufba.br/>);
 5. A implementação do Auxílio Especial para Permanência, de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), Edital 05/2021.1, será feita a partir de junho de 2021;
 6. O valor do Auxílio de Apoio à Inclusão Digital⁷, Edital 05/2021.1, será de R\$400,00 (quatrocentos reais), (ver retificação do Edital 05/2021.1 no site da PROAE <https://proae.ufba.br/>);
 7. O Auxílio Alimentação Fechamento RU-COVID passará a ser de R\$200,00 (duzentos reais), para estudantes que atualmente recebem qualquer outro auxílio/bolsa, da PROAE e/ou PBP- Programa Bolsa Permanência/MEC de valor igual ou superior a R\$ 400,00 (quatrocentos reais);
 8. A manutenção do Auxílio Transporte, como auxílio emergencial, será mantida apenas para os estudantes que recebem exclusivamente este auxílio, com vigência a partir de maio de 2021;
 9. As novas concessões de auxílios financeiros para saúde ficam suspensas, por tempo indeterminado;
 10. O Auxílio Material Didático fica suspenso por tempo indeterminado.

A PROAE atua de acordo com a PNAES, adotado pelo MEC, contemplando suas importantes missões:

- a) Assegurar a permanência bem-sucedida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por entender que estes(as) têm maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica devido a condições adversas que interferem concretamente na presença do contexto universitário;
- b) Contribuir, através de ações afirmativas concretas, para a construção de uma universidade mais democrática em que as diferenças individuais e socioculturais não resultem em desigualdade de oportunidades.

Apesar das adversidades, a UFBA tem envidado esforços para atender ao maior número de discentes, mas, mesmo assim, a dificuldade é imensa.

Não obstante o contexto totalmente desfavorável, a UFBA mantém o compromisso ético-político-acadêmico-social de cuidar da sua Comunidade, sobretudo dos seus discentes, em situação de vulnerabilidade social-econômica-acadêmica.

Manter e cuidar das IES é dever do Estado Brasileiro.

⁷ Idem R\$ 400,00

Referências

- BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- CAPALBO, Creusa. Maurice Merleau-Ponty: a percepção e a corporeidade - o cuidar do corpo numa perspectiva de totalidade. In: Fenomenologia do cuidado e do cuidar: perspectivas multidisciplinares. Adão José Peixoto, Adriano Furtado Holanda (coords.). Curitiba: Juruá, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Readequação orçamento PNAES 2021. [Comunicado nº 10/2020]. Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Disponível em <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/comunicado_10.2021_proae.pdf>.

Anubis

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2018

“Abridor dos caminhos da transição da vida. Nos bálsamos, a eternidade do corpo. Na balança o destino da alma. O coração e a pena da verdade. A redenção ou o suplício”.



A Crise na Educação e a Terceirização

Floriano Barboza Silva
Grace Kelly M. Rodrigues

Não é recente nem inédito o fato de que as universidades públicas enfrentam cotidianamente dificuldades financeiras, como o contingenciamento de verbas governamentais para o exercício de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo prejudicados de forma direta e indireta praticamente todos seus setores de atuação e projetos. No entanto, essa situação tem se agravado especialmente no período mais recente, levando essas instituições a trabalharem no limite de suas possibilidades, algumas delas prestes a encerrar suas atividades.

A Crise nas Universidades

Desde a instalação da ditadura militar em 1964, quando a repressão, o cerceamento da liberdade e a falta de recursos fez a sociedade brasileira sofrer pela falta de investimento e desvalorização da educação superior, passamos por várias fases e governos, mas o maior choque para as universidades vem com a gestão do governo federal eleito em 2018, desprezando a importância das universidades públicas perante a sociedade, desqualificando seus profissionais e asfixiando financeiramente sua atuação (professores, servidores e prestadores de serviços). Testemunha-se, assim, um momento de total desvalorização da educação, em especial, a educação superior pública e de qualidade no Brasil. De forma reiterada, seja no período de governos ditatoriais ou democráticos, com maior ou menor ênfase, as universidades foram impactadas por alterações nas estruturas sociais, na economia e na política nacional.

No cumprimento de sua função social, dedicando-se a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, a universidade pública conta com participações de profissionais das mais variadas áreas do saber, intelectuais e a comunidade discente, sempre alinhados aos valores democráticos. E hoje, sofrem justamente por defenderem esses valores, por serem espaços que promovem o exercício do pensamento crítico, da liberdade de posicionamento político e do amplo desenvolvimento do conhecimento científico e da cultura.

Historicamente, sempre tiveram a dura tarefa de resistir às investidas privatistas e atualmente, resistem às medidas do atual governo, que por meio de cortes, decretos, entre outros instrumentos, afirma a intenção de se eximir da proteção, investimento e expansão dessas instituições, para claramente beneficiar e financiar o ensino superior privado. Conforme Marques pontua perfeitamente:

O governo utiliza a lei, conforme seus interesses. Assim sendo, por medida provisória ou por legislação ordinária, segue realizando as mudanças sem que a Universidade esteja envolvida, chegam com o carimbo de cumpre-se. O projeto



da Universidade para o século XXI demonstra a determinação do governo em realizar seu intento privatista e de desresponsabilização do Estado do financiamento para a educação superior universitária de ensino, pesquisa e extensão (MARQUES, 2005, p 361).

Gestão e Terceirização

Nesse contexto, o ambiente universitário se encontra imerso em profundas transformações de gestão devido a essas tentativas de asfixiamento. Por falta de valorização e de apoio material, as universidades públicas buscam soluções alternativas para gerir os recursos cada vez mais escassos. Uma das formas encontradas para assegurar a manutenção de atividades essenciais ao seu funcionamento é a terceirização de serviços operacionais como segurança, limpeza, administrativos, entre outras atividades meio, atendendo as necessidades da comunidade docente e discente. Terceirizar, na visão de Jamil (2001), significa a:

Transferência de parte do processo produtivo para outra empresa, mantendo-se o controle e a gestão pelo gestor, visando a agilidade administrativa, aumento da produtividade, entre outros benefícios, sendo objeto de contratos e mecanismos de revisão que garantam a qualidade e adequação do trabalho sendo feito. (JAMIL, 2001, p.467).

A terceirização no serviço público cresceu significativamente a partir dos anos 1990, com a publicação da Lei 9.632, de 07 de maio de 1998 que extinguiu cargos até então considerados na estrutura do serviço público federal. A prática da terceirização para a manutenção de uma universidade pública é percebida como medida paliativa para a redução de despesas, desencadeando uma situação de grande vulnerabilidade para os trabalhadores, alta rotatividade de pessoal e, por consequência, danos à efetividade dos serviços realizados (DRUCK e outros, 2018).

Se por um lado, a adoção da terceirização auxilia a contenção de gastos, por outro, expõe a fragilidade das condições de trabalho desses profissionais nas universidades, os quais, além de enfrentarem junto a professores e alunos os impactos de cortes de orçamento e de falta de apoio às suas atividades, sofrem particularmente pelo que lhes atinge, principalmente a falta de estabilidade funcional (podendo ser dispensados a qualquer momento), a ausência de representação, contratos de trabalho frágeis do ponto de vista de garantias de direitos, e sua classificação unicamente como custo para as universidades. Portanto, quando se fala da gravidade dos ataques e da desqualificação das universidades públicas, fala-se e defende-se, também, os interesses desses atores que são parte da comunidade universitária.

Diante das sucessivas reduções e atrasos nos repasses de verbas destinadas às universidades federais, como é o caso da UFBA, a estrutura universitária tem cada vez menos condições de manter administrativamente e operacionalmente ativa, colocando em risco, além de suas atividades essenciais, a manutenção dos colaboradores terceirizados. E a transformação social a que as universidades se propõem, não será efetiva sem o reconhecimento e recursos financeiros necessários que atendam, também, as demandas desses trabalhadores da Educação.

Referências

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina; ARAÚJO, Sâmia. IPEA. A Terceirização no serviço público: particularidades e implicações. Brasília: IPEA, 2018.

JAMIL, George Leal. Empregabilidade nos Tempos Modernos. In: Repensando a TI na Empresa Moderna: atualizando a gestão com a tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil Editora, 2001. p.466 - 470.

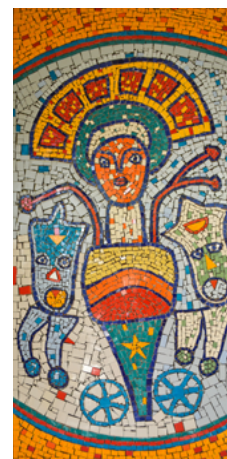
MARQUES, Maria Inês Corrêa. UFBA na Memória: 1946-2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Helios*

Adriano Leal Bruni, Itaigara, julho de 2019.

“Na estrada do aprendiz, a trilha e o traço. No sagrado de Beth Alpha. No ensinar de Marianos e Hanina. No centro da espiral do tempo. No conduzir da chama. No caminhar do Sol”.

*É uma releitura da parte central do mosaico “A roda do Zodíaco” da sinagoga de Beth Alpha (Israel, sec. VI), com autoria atribuída a Marianos e seu filho Hanina.



A UFBA na Pólis: A Consciência Iminente

Tânia Maria Diederichs Fischer

“Nesta cidade, a consciência é um perigo iminente.” Os versos fortes de Alberto Luiz Baraúna falam de Salvador, pedindo a todos “que se retirem de suas portas, ou seja, saiam de suas zonas de conforto, quaisquer que sejam.”. Resgatados pela professora Dalila Machado em livro sobre a obra do poeta baianos precocemente falecido, o poema de Baraúna, é uma metáfora dos sentimentos coletivos expressos nas mídias, nas ruas e nos debates sucessórios.

A UFBA é representativa da cidade do Salvador como organização hipercomplexa que é, com tantos espaços ocupados pela cidade. A estrutura híbrida das antigas escolas, departamentalizadas, com cursos e colegiados, convivem com institutos, centros, núcleos, laboratórios e coletivos de ensino, pesquisa e extensão com formatos inovadores. Os vários campi espalhados pela polis representam um patrimônio que vai de um túmulo no Campo Santo às plataformas virtuais, das casas de estudantes aos teatros, da capela aos cinemas e museus, até um palácio azulejado chamado de reitoria. A população de estudantes, funcionários e professores representa todas as classes sociais. Diversas gerações convivem e a diversidade é cada vez maior.

Se podemos perguntar quantas cidades tem a cidade de Salvador, com seus bairros com culturas tão diferentes quanto Cajazeiras, Barra e Ribeira, quantos enclaves culturais tem a UFBA? Aí coloca-se outra questão: qual é o perfil ideal do líder para gerir culturas acadêmicas que coexistem, confrontam-se, divergem e convergem nas decisões? Pois se a UFBA é o reflexo desta pele em que habita, do reitor serão exigidas, no mínimo, as capacidades de gestão de um prefeito, já que as tarefas são simétricas. Em primeiro lugar, a capacidade de desenhar o futuro, preservando o legado cultural. De um reitor espera-se apaixonada capacidade de criação e uma obstinada gerência condominial, tal como se cobra de um prefeito.

Como disse Antanas Mockus, que foi um raro caso de alguém que foi reitor e depois prefeito de Bogotá, em entrevista inesquecível: - Reitor e prefeito são estrategistas em esferas e escalas diferentes da polis. Ambos devem ser planejadores, executores, reguladores, controladores e educadores. Ambos devem conviver com a diversidade máxima deixando espaço para a criação, sem perder a medida do possível, do lícito e do lícitado.

A universidade não pode punir a inovação como um crime, pois o diálogo com a sociedade traz sempre novos desafios. Há tradições a manter e a tensão entre o novo e o antigo gera reações às pessoas que ousam inovar. Como líder de uma instituição com tanta densidade simbólica, o reitor tem um número muito grande de representações, desde a esfera de uma sala de aula, até um salão de atos, das redes sociais à uma audiência com ministros. O reitor transita da esfera microlocal à internacional. Deve, portanto, ter habilidades de comunicação e resiliência para enfrentar um incêndio, a tragédia de um



assassinato, uma auditoria nas contas ou uma visita à uma universidade estrangeira para estabelecer cooperação ou uma pandemia.

Um líder formula o que se chama de imaginário convocante, seja um projeto em co-criação de uma universidade, de um movimento social, de uma cidade.

A construção da governança é feita pela descoberta do que integra, apesar de tudo o que separa e desune. Particularmente, o reitor deve zelar pela intensa conexão entre os interesses da sociedade e pela garantia de espaço para a produção científica e tecnológica qualificada e qualificante.

A cidade é educadora pois nela aprendemos a conviver como cidadãos. A universidade é, essencialmente, um espaço de formação de cidadãos e profissionais. Alberto Luiz Baraúna foi aluno do extinto colégio de Aplicação, participou de oficinas de literatura orientadas por Judith Grossmann, cursou Direito e Ciências Sociais, tendo participado do movimento estudantil nos anos setenta. Construiu com outros poetas, a “lírica do lugar” com aguda consciência crítica.

O reitor, quando eleito, lidera um pacto possível e eticamente orientado entre as cidades de todos e de cada um. Se a UFBA formou um poeta em seus diversos espaços que aqui volta para nos inspirar, formou lideranças em todos os campos de atividade. Se a cidade pode e deve ser educadora e o prefeito torna-se um educador por contingência do ofício, o reitor é, essencialmente um educador. E um educador deve ser um apaixonado criador de utopias. A consciência deste sentido é, para todos nós, um perigo iminente.

Cristo e Mensageiros

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2021

“Nos meus mistérios, todo o meu sagrado. Todos os meus encantos. A proteção e os protegidos. A luta, a cura e o renascimento”.



Posfácio

Adriano Leal Bruni

O contexto de uma Universidade Plural, rica nos seus saberes, valiosa nos seus fazeres, é morada sagrada das ciências e das artes. Na interseção, divina e profana, a penumbra da vida. A escuridão fecundada pela luz. Na ciência, o método. Seu caminho e seu destino. O desejo da certeza. Nas artes, a emoção. Metáfora e poesia. A alegria filha da incompletude. Mistérios e encantos. Desafios e preenchimentos.

As obras, aqui grata e honrosamente apresentadas, nasceram do acaso. Produzidas e acumuladas. Sem destino certo. Sem planos. Sem registros. Sem pretensões. Desafios impostos pelos mistérios da vida ao professor de Administração que queria ser carpinteiro. Nas horas formais, discussões sobre moeda e tempo. Diálogos sobre códigos e significâncias. Regras do risco e do petisco. Trilhos, com raras trilhas, do método e do número.

De um artista próximo que se encantou, o destino trouxe pinacoteca e biblioteca. Os livros foram compartilhados com os universos das Escolas de Belas Artes (alojada nos mistérios do prédio que deu início ao meu destino, quando, um veterano de Geologia se ofereceu para segurar os livros de uma caloura...) e de Teatro. A arte era apenas pequena curiosidade.

Os quadros preencheram os vazios das paredes da casa e abriram novos olhares. Os poucos e escolhidos livros, quase todos sobre arte produzida na Bahia, em mãos curiosas, acostumadas a juntar letras e buscar conhecimentos, muito se multiplicaram. Agora, desejados, sem limites ou preconceitos dos fazeres artísticos. Ganham hoje, com feliz folga, dos do ofício, ainda que a arte, por enquanto, ocupe os espaços menos acessíveis da morada. Ainda é a técnica que alimenta o corpo e a arte que faz a alma sonhar.

Em 2013, o pós almoço, ao acaso, na Vitória implicou ida ao Café do Palacete das Artes. Os encantados na exposição de Mário Cravo Júnior me desafiaram. O acaso de estar síndico de um prédio antigo, que sempre tentava capturar a racionalidade do aço inox nas manutenções, fazia conhecer os caminhos de parte da matéria do encanto. Os livros e quadros, herdados e ampliados, haviam iluminado a estrada do espírito.

Com o cajado da sabedoria sobre o tangível na obra do Velho Cravo, os Exus da Fundação e da Casa de Jorge Amado me chamaram. Queriam um mabaço. E desafio que se impõe, é felicidade que se alcança. E assim foi... Mas sem bússola sem norte sem traço. A criação vem do caos.... e a ordem impõe o coração.... Peças foram garimpadas... Ferro velho para os cétricos. Jardim dos encantamentos para os sonhadores. Cabeças, troncos e membros? Abebés, ogós e eruxins? O tudo ou o nada? A trilha estaria no fazer... Nos fazeres...

Em janeiro de 2014, Exu abriu os caminhos entre o Orum e o Aiê... Se fez



e exigiu manter as portas abertas... Exu Primeiro queria os seus... Grande é o mundo... Maiores suas pretensões... A ordem estava na desordem... Sua molequeira fez larga a bateia... No acaso das coletas, os superlativos dos encantos. Muitos foram os inicialmente concebidos. Outros mabaços, familiares de diferentes graus... Na primeira criação, quase um festivo xirê. Novos Exus, Ibejis, Xangô, Iansã, Oxossi, Ogum, Oxalá trazidos dos encantamentos da África, nascidos na beira do mar de Jauá, abençoados pelas copas das amendoeiras, que protegem e delimitam minha singela maternidade dos sonhos. Sincréticos, metafóricos e plurais no contexto da Bahia.

Logo depois, vidas e transições encantam mistérios católicos. Renasce Cristo Primeiro. Materializado em cruz da minha história, já que seu esteio é sobra de antiga cama, dividida entre cupins e o térmita e singularmente esculpido recamier. Afinal, o carpinteiro também cria e trabalha... Após negativa de novo rumo pela original destinatária do primeiro, o acaso do mar da Pedra Furada presenteia com o encanto de vivida peça de massaranduba. Nos seus mistérios, as marcas de Iemanjás e Poseidons. Uma única garimpagem traz, no seu acaso, cabeça, tronco, membros e robusto plexo. O Alfa e o Ômega. Infinito e circular. Renasce Criador e Criatura. No físico, o maior dos Encantados. No destino, bela e singela morada no profundo das minhas raízes cacaeueiras.

Longos são os limites do Orum. Variadas as chaves de Exu. A mensagem carrega os mistérios da minha infância. O menino que ouviu, do avô e do pai, muitas histórias e estórias e que se fez professor para poder contar outras tantas histórias e estórias lembra que no Ayê reside Gaia e, do mesmo portal das revelações, surgem, nas asas de Bulfinch, tatuadas na memória, gregos, romanos, assírios e egípcios. Nascem Ícaros, Minotauros, Anubis, Lamassus e Poseidons.

Em 2016, o pioneiro aboio da nossa eternidade. Nosso Yin. Nossa primeira maior criação. No seu nome, o segredo circular e infinito da vida. O tributo à minha história que também era um tributo à sua própria história. Para o cabedal da sua chegada, desce dos céus um coletivo de arcanjos. Com eles, as mensagens de anunciação, luta e proteção.

Até então, no ventre da criação, os caminhos do velho Cravo, Exu Iluminado. Na sua substância, o arrogante aço que busca a eternidade como destino e que desconhece o envelhecer. No mistério da criação, a energia contida no arco de fogo. Luz que ilumina, que concebe e que queima. Criador e criaturas são tatuados com o ferro do divino. Compartilham suas marcas da concepção. Suas cicatrizes do nascimento. Passam a carregar, com alegria, seus novos mistérios.

O acaso trouxe as cores e os mosaicos. O professor se torna Nobre aprendiz. Os limites se ampliam. A criação se modifica. Único é plano do Divino. Mas, agora, dois são os planos da concepção. No criar, o todo, forte, com os seus segredos e mistérios, nada mais é que o coletivo de singelos fragmentos.

Com tecelas, contornos e assentamentos, Eros promoveu sagrada boda. Com a concepção surgem as Completudes. A monocromia do aço se fecunda com as cores do vidro. Os limites da sua força são violados pela fragilidade da cerâmica. Na essência superior, sagrados desafiadores de Cronos. Almejam a imortalidade. Mas, na base, humanos e efêmeros. Carregam nos corpos os mistérios do barro, do qual o divino verbo se fez profana carne. Epifanias em sonhos de Ícaro. A partida é a quimera da vida.

As Completudes amadurecem. Sentem fome e frio. Clio faz soar sua trombeta. É seu o alimentar. Minerva e Aracne compartilham o vestir. Não existem desavenças do passado. Tecem, com a linha do tempo e as cores da história, formosas vestes. Fragmentos e mistérios, agora em sagradas Urdiduras. Imortais e efêmeras.

Em 2020, outro sopro do Divino amplia a promessa do nosso infinito. Nosso Yang. Nossa segunda maior criação. No seu nome, a homenagem aos segredos e mistérios do seu avô materno. O

brilho dos olhos que ilumina o nosso viver. O sorriso que cumplicia a nossa criação. Para saudar a sua chegada, novos e coloridos arcanjos descem dos céus.

Como traduzi-los? Divindades? Superlativo demais. Não haveriam portas para a dualidade humana. Imaginários? Restritivo demais. Os sonhos estão umbilicalmente ligados ao real. Arquétipos? Acadêmico demais. Esconderia a simplicidade do seu nascimento e do seu feitio. Mensageiros entre diferentes mundos. Pontes entre o sonhar e o viver. Imaginários, metafóricos, duais, sincréticos, divinos, profanos, míticos... O desafio de definir o indefinível foi atenuado por um sopro do acaso que, no cartório do eterno, os registrou: “Encantados”.

Que ajudem a travar a melhor batalha... Que abram portas... Que compartilhem luz... Que tragam felicidade...

Muito obrigado!

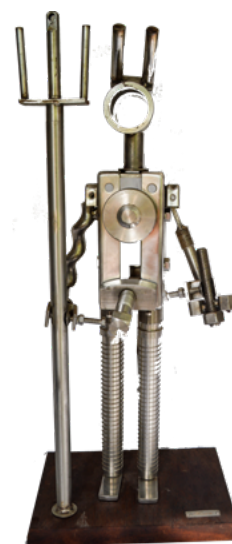
Salvador, julho de 2021.

Adriano Leal Bruni

Exu Primeiro

Adriano Leal Bruni, Jauá, janeiro de 2014.

“Muitos são os caminhos que precisamos abrir, com longas e perigosas as estradas a percorrer. Mas andar, desafiar e vencer são ingredientes do mistério da vida. Na nossa cidade, todos eles guardados por Exu. Intrépido e invencível. Menino reinador, senhor das estradas e mensagero dos deuses. Ponte entre o humano e o divino. Dialético. Completo e incompleto, bom e ruim, quente e frio, sombra e luz. Que seja o não onde existir o sim e que seja o sim onde estiver o não. Que traga movimento e criação. Que abra nossos caminhos e que proteja nossas encruzilhadas. Laroyê Exu!”



Participaram desta Produção

[Adriano Leal Bruni](#)

Professor Titular da EAUFBFA. Doutorado e Mestrado em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Graduação em Administração pela Universidade Católica do Salvador, UCSAL. Membro da Academia Baiana da Ciência da Administração, Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA/BA).

[Alana Ventura Moura](#)

Estudante da graduação em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia. É Vice coordenadora do Diretório Acadêmico (Gestão Açucena).

[Ana Cristina Muniz Décia](#)

Professora Adjunta IV, doutora em Educação/UFBA. Na PROAE/UFBA, desde 2019 assume a Coordenação de Programas de Assistência Estudantil.

[Ana Rita Silva Sacramento](#)

Professora Adjunta II da Escola de Administração (Ea) da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Doutora em Administração (Ufba). É líder do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

[André Luis Nascimento dos Santos](#)

Professor Associado I da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Administração pela UFBA, com estágio doutoral na IEP Toulouse- França. Pesquisa sobre os campos dos direitos humanos, das políticas públicas, da gestão social e da gestão da diversidade, com especial ênfase nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural afro-brasileiro. Atualmente ocupa o cargo de vice-diretor da EAUFBFA e de editor chefe da Revista NAU Social.

[Andréa Cardoso Ventura](#)

Professora Adjunta II da EAUFBFA. Pós-Doutorado e Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Mestrado em Estudos Contemporâneos em América Latina pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Coordenadora do grupo de pesquisa GpS – Governança para Sustentabilidade e Gestão de Baixo Carbono. No Painel Salvador de Mudança do Clima, é coordenadora da Câmara de Resiliência e coordenadora adjunta da Câmara de Inovação para a Sustentabilidade. Pesquisadora colaboradora da Cátedra UNESCO em Sustentabilidade. Prêmio ‘Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade’ (2014).

[Bárbara Maria Dultra Pereira](#)

Professora Associada II da Escola de Administração/UFBA. Coordenadora do Curso de Secretariado Executivo/UFBA. Doutora em Difusão do Conhecimento/UFBA. Mestre em Administração/UFBA. Especialista em Administração e Desenvolvimento Humano/UFBA. Bacharela em Secretariado Executivo/UFBA.

[Cláudia Isabele dos Santos Pinho Rocha](#)

Assistente Social lotada na PROAE/UFBA, especialista em Gestão de Políticas de Gênero e Raça, Coordenadora do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na UFBA.

[Claudiani Waiandt](#)

Professora Associada II da EAUFBFA. Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado e Graduação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vinculada ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/EAUFBFA) e do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão da Segurança Pública (PROGESP/UFBA).

[Denise Ribeiro de Almeida](#)

Professora Associada I da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Doutora em Administração (Ufba). É vice-líder do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

[Elizabeth Matos Ribeiro](#)

Professora Associada II da EAUFBFA. Doutorado em Ciência Política e da Administração pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Mestrado Profissional em Administração (MPA – NPGA/EAUFBFA), do Núcleo de Apoio Acadêmico e Profissional ao Estudante (NAAPE/EAUFBFA), do Programa de Estudos Aplicados em Administração Política (PROAP/EAUFBFA) e do Núcleo de Estudos Conjunturais em Administração (NEC).

[Fabiano Maury Raupp](#)

Professor Associado do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Doutor em Administração (Ufba). É líder do Núcleo de Estudos para o Desenvolvimento de Instrumentos Contábeis e Financeiros e membro do Observatório de Finanças Públicas (Ofip).

[Felipe Tumenas Marques](#)

Professor Adjunto II da EAUFBFA. Doutorado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, EAESP-FGV, com estágio sanduíche na Kellogg School of Management da Northwestern University, Estados Unidos. Mestrado em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Mestrado em Estatística pela Universidade Federal de São Carlos. Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

[Florian Barboza Silva](#)

Professor Adjunto II da EAUFBFA. Doutorado em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos. Graduação em Administração pela Faculdade Castro Alves e em Ciências Econômicas pela Universidade Santana. Coordenador do Curso de Graduação em Administração da EAUFBFA e do grupo de pesquisa Cultura, Economia, Criatividade e Inovação (Faculdade de Educação, UFBA).

[Genauto Carvalho de França Filho](#)

Professor Titular da EAUFBFA. Doutorado em Sociologia pela Université de Paris VII, França. Mestrado e Graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EAUFBFA). Pesquisador no Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS/EAUFBFA). Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA). Pesquisador CNPq: Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora – DT II.

[Grace Kelly M. Rodrigues](#)

Professora Associada I da EAUFBFA. Doutorado e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Londrina. Pesquisadora no CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (UFBA). Vice coordenadora do Colegiado do Curso de Administração da EAUFBFA. Editora-chefe da RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social.

[Horácio Nelson Hastenreiter Filho](#)

Professor Associado II da Escola de Administração da UFBA. Doutorado e Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Especialização em Análise de Sistemas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Graduação em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica, PUC-Rio. Pesquisa e publica nas áreas de gestão de redes interorganizacionais, inovação social, inovação aberta e relações da ciência e tecnologia com a sociedade. Atualmente vem coordenando o Observatório da Sociedade Pós-Pandêmica.

[Isaac de Santana dos Santos](#)

Estudante da graduação em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia. É diretor de Marketing do Diretório Acadêmico (Gestão Açucena).

[João Martins Tude](#)

Professor Adjunto IV da EAUFBFA. Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil, com estágio sanduíche na Michigan State University, Estados Unidos. Mestrado em Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha. Mestrado e Graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Bento. Diretor da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

[Maria Carolina de Souza](#)

Professora Adjunta IV da Escola de Administração da UFBA (EAUFBFA). Doutora em Difusão do Conhecimento (FACED/UFBA), Mestre em Ciência da Informação (ICI/UFBA). Bacharel em Ciência da Computação (UNIFACS). Membro do Grupo de Pesquisa GEPICC (ICI – UFBA) e CIAGS (EAUFBFA – UFBA). Atualmente compõe a equipe de professores do Programa de Formação Docente (FORPED – PROGRAD) da UFBA.

[Maria Elisabete Pereira dos Santos](#)

Professora Associada II da EAUFBFA. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, Brasil. Mestrado em Ciências Sociais e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Pesquisadora no CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (UFBA) e no NPGA – Núcleo de Pós-graduação em Administração. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Águas (Grupo Águas/CNPQ).

[Mônica da Mota Ferreira](#)

Servidora da Universidade Federal da Bahia. Secretária do Colegiado do Curso de Secretariado Executivo/EUFBA. Mestre em Administração/UNIFACS. Especialista em Administração, Marketing e Comunicação Integrada/FASB. Bacharela em Secretariado Executivo/UCSAL.

[Paulo Wenderson Teixeira Moraes](#)

Professor de Psicologia da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Graduação em Psicologia (1999), mestrado em Administração (2003) e doutorado em Psicologia (2014), todos pela Universidade Federal da

Bahia. Experiência de docência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional. Trabalha promovendo a saúde através do Yoga.

[Renata Alvarez Rossi](#)

Professora Adjunta II da EAUFBA. Doutorado em Administração, Mestrado em Ciências Sociais e Graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Brasil. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Águas Ambiente e Sociedade (DG/CNPq) e no Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS).

[Simone Maria Lima de Carvalho](#)

Doutoranda em Administração pelo NPGA/EAUFBA. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS (2001), Especialização em Economia e Gestão Pública (UEFS,2003), Especialização em Gestão Estratégica (UNICAMP,2010), Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social (UFBA, 2014). Atualmente integra a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, no Governo do Estado da Bahia.

[Tânia Maria Diederichs Fischer](#)

Professora Titular da EAUFBA. Pós-doutorado em Administração pela Universidad Autónoma de Madrid, Espanha, pelo Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França e pelo Centre de Sociologie des Organisations, França. Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Administração e Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora DTI 1A do CNPq. Membro titular da Academia Baiana de Ciências. Coordenadora do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS/EAUFBA. Conselheira da Fundação Banco do Brasil, do SEBRAE e da FIEB.

[Victor Azevedo do Amaral](#)

Estudante da graduação em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia. É Coordenador Geral do Diretório Acadêmico (Gestão Açucena).

O povo não pode pagar
com a própria vida



Em luto, na luta.

UFBA